

CENSOS  **2021**

XVI Recenseamento Geral da População
VI Recenseamento Geral da Habitação

RESULTADOS DEFINITIVOS



FICHA TÉCNICA

Título

Censos 2021 Resultados Definitivos - Portugal

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA – Portugal

Presidente do Conselho Diretivo

Francisco Lima

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Publicação periódica

Decenal

População e sociedade | População

Edição em papel

Tiragem: 500 exemplares

Depósito legal: 349722/12

ISSN: 0872-6493

ISBN: 978-989-25-0619-7

Preço: € 7,00 (IVA incluído)

Errata

Dados atualizados em 5-12-2022 (pág.6)

 Apoio | ao utilizador

218 440 695

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P., Lisboa • Portugal, 2022

A informação estatística disponibilizada pelo INE pode ser usada de acordo com a Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) da Creative Commons Attribution 4.0, devendo contudo ser claramente identificada a fonte da informação.



O Instituto Nacional de Estatística divulga na presente publicação os Resultados Definitivos do XVI Recenseamento Geral da População e do VI Recenseamento Geral da Habitação, abreviadamente designados por Censos 2021, realizados no primeiro semestre de 2021, depois de vários anos de uma cuidada preparação.

Com os Resultados Definitivos dos Censos 2021, cumpre-se um dos objetivos fundamentais do INE para esta operação censitária: devolver à Sociedade um vasto conjunto de dados estatísticos oficiais que permitam melhorar o conhecimento do país, através da caracterização da população e do respetivo parque habitacional.

Esta publicação disponibiliza a análise dos principais resultados dos Censos 2021 com informação de síntese e comparada, sempre que possível, com a operação censitária de 2011. Pretende-se fornecer uma visão geral das principais características demográficas, socioeconómicas e habitacionais do país, bem como dar nota da evolução ocorrida na última década. A publicação está organizada em três áreas temáticas: população, agregados e núcleos familiares e habitação. Para cada tema é apresentado um conjunto de indicadores sintéticos, maioritariamente com desagregação a NUTS II.

Vários outros modos de difusão facilitam o acesso a estes resultados, procurando responder às diversas necessidades dos utilizadores. O Portal de Estatísticas Oficiais do INE disponibiliza uma área dedicada à divulgação dos Resultados Definitivos dos Censos 2021, com um conjunto de produtos de difusão: destaca-se a disponibilização de um elevado número de indicadores estatísticos até ao nível geográfico de freguesia, uma plataforma de visualização dos principais resultados e ainda, um produto geográfico que permite tirar partido do detalhe territorial associado à informação censitária.

Em jeito de conclusão de um longo e profícuo processo, é importante registar as circunstâncias excecionais de saúde pública em que os Censos foram realizados, com a pandemia COVID-19, que sujeitaram o INE a desafios imprevistos e de elevada complexidade para a operação censitária. No entanto, é com satisfação que o INE reconhece que foram desafios ultrapassados por todos os intervenientes nos Censos, com profissionalismo e elevado sentido de responsabilidade no cumprimento dos objetivos inicialmente definidos. Para tal, foi necessário a conceção de um Plano de Contingência, nunca antes realizado, de modo a garantir a qualidade da execução dos Censos e acautelar os riscos para a população, recenseadores e demais colaboradores. Neste contexto, o sucesso desta operação censitária é inseparável do elevadíssimo nível de colaboração por parte dos cidadãos, que aderiram de forma expressiva à resposta pela internet, através do eCensos, que registou 87,5% do total de respostas. Este resultado ascende a 99,3% se adicionarmos as respostas que foram apoiadas pelos recenseadores ou remetidas através dos eBalcões localizados nas Juntas de Freguesia.

O INE dirige um agradecimento especial a todas as equipas que integraram a estrutura dos Censos 2021, com destaque para os Recenseadores e para as Autarquias Locais. Importa ainda salientar a Direção Regional de Estatística da Madeira e o Serviço Regional de Estatística dos Açores que, sob coordenação do INE, asseguraram a organização desta operação de forma eficaz nas respetivas Regiões Autónomas.

É justo ainda agradecer o envolvimento de um conjunto muito alargado de entidades que colaboraram de forma ativa e empenhada, com sentido de comunidade e de co-responsabilidade face aos desafios que a excecionalidade do momento motivou, na realização e divulgação desta operação estatística. Um agradecimento muito especial a toda a população do país é ainda devido que, com destacado sentido cívico, contribuiu para o sucesso dos Censos 2021 e qualidade dos resultados alcançados.

O Presidente

Novembro de 2022

With this publication Statistics Portugal disseminates the final results of the XVI Population Census and the VI Housing Census, commonly designated as the Census 2021, conducted during the first semester of 2021, after a thorough preparation over the last years.

With the dissemination of the final results of the Census 2021 Statistics Portugal achieves one of its main objectives within this operation: delivering a considerable number of official statistics results to society at large, that will allow a better knowledge of the country, by way of the characterization of its population and housing stock.

In this edition users will find an analysis of the principal results of the Census 2021 by means of a comparable synthesis, whenever possible, with the last census results (2011). This aims providing a global insight of the most important demographic, socioeconomic and housing characteristics, and their evolution over the last decade. The publication is organized in three thematic areas: population, private households and families and housing. For each theme a set of synthetic indicators is presented, mostly by NUTS II disaggregation.

Other dissemination products facilitate the access of these results, aiming at meeting diversified user needs. Statistics Portugal official statistics website provides a specific area fully dedicated to the Census 2021 final results, with various possibilities, namely: a large number of statistical indicators at the level of parish disaggregation; a visualization platform for the main results of the Census 2021; and a geographic product that enables the territorial analysis of the Census data.

In a moment when we are concluding a long and fruitful process like the Census, it is imperative to register the exceptional circumstances of public health in which the Census was conducted, with the Pandemic Covid-19. This challenged Statistics Portugal to a set of unpredictable and complex situations for such a statistical operation. Nonetheless, it is our satisfaction to recognize that those challenges were overcome by all involved in the Census, with professionalism and high sense of responsibility in meeting the targets as previously deemed. To that extent, a conception of a contingency plan was delivered and implemented, as never before, so as to ensure the quality of the Census results and to guarantee the safety conditions of public health for all those involved in the field work and the population at large. In this context, the success of the Census 2021 is inseparable from the high level of collaboration of all citizens that replied vastly to the electronic response mode by the internet, by means of the eCensos application, reaching 87.5% of total responses. These results are even higher, by 99.3%, if we add the replies supported by the enumerators or sent through the parishes making use of the eBalcões assistance.

Statistics Portugal addresses all teams involved in the Census with gratitude and appreciation for the work undertaken, with a special emphasis to all enumerators and parishes. A special word to the statistical services of Azores and Madeira that, under Statistics Portugal coordination, effectively conducted the Census in their respective autonomous region.

High appreciation is also due to a vast number of entities that were involved in the publicity and sensibilization for the importance of the Census replies, in a very active and supportive manner, and with a sense of community and co-responsibility, in response to the exceptional times of the venture. A special acknowledgement to the whole population of the country, that with high civic conduct contributed for the success and quality of the 2021 Census.

President

November, 2022

De acordo com os resultados dos Censos 2021, referenciados a 19 de abril, a população residente em 2021 é de 10 343 066 indivíduos, dos quais 4 920 220 (47,6%) são homens e 5 422 846 (52,4%) são mulheres.

Assinala-se uma descida de 2,1% na população residente face a 2011. A diminuição observada marca uma inversão na tendência de crescimento da população que se verificava desde 1864, apenas interrompida de forma pontual em 1970.

Em termos de estrutura etária, observa-se em 2021 uma diminuição da população jovem e um aumento da população idosa. O índice de envelhecimento cresce em relação a 2011 e situa-se nos 182 idosos por cada 100 jovens. A idade média em Portugal fixa-se nos 45,4 anos.

A população estrangeira residente em Portugal era de 542 314 indivíduos, representando 5,2% do total de população, sendo que a comunidade mais representativa era a de nacionalidade brasileira.

Em 2021, 16,4% da população de nacionalidade portuguesa já tinha residido no estrangeiro, sendo França o principal país de residência anterior.

Na Educação, os Censos 2021 mostram uma melhoria no nível de escolaridade da população residente, com incremento da população com o ensino superior, que representa 21,2% da população com 21 ou mais anos. A proporção de população com o ensino secundário e pós-secundário também progrediu, situando-se nos 24,7% em 2021.

A população ativa em Portugal totalizava 4 817 978 indivíduos, correspondendo a uma taxa de atividade de 46,6%, valor ligeiramente inferior ao verificado em 2011.

Em 2021, a dimensão média dos agregados domésticos privados era de 2,5 pessoas. Na última década, aumentou o número de agregados domésticos constituídos apenas por uma pessoa que passaram a representar 24,8%.

Em termos de estruturas familiares, os Censos 2021 revelam uma diminuição do número de casais com filhos, a par do aumento dos núcleos familiares monoparentais.

Segundo os Censos 2021, os edifícios destinados à habitação aumentaram 0,8%, valor inferior ao registado nas décadas anteriores.

Dos 5 981 482 alojamentos existentes em Portugal, 69,4% eram ocupados como residência habitual, as residências secundárias representavam 18,5% e os alojamentos vagos 12,1%.

A maioria dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual eram ocupados pelo proprietário (70,0%), sendo que 61,6% destes não tinha encargos financeiros relacionados com a aquisição da habitação. O número de alojamentos ocupados em regime de arrendamento aumentou na última década e o valor médio mensal das rendas neste período também subiu (42,1%).

According to the final results of the Census 2021 (19 April as the census day), the resident population in 2021 is 10 343 066 persons, of which 4 929 220 (47.6%)* men, and 5 422 846 (52.4%) women.

The results show a decline of the resident population (-2.1%) when compared to 2011. The decrease in population marks a reversal in the population growth trend that had been observed since 1864, only occasionally interrupted in 1970.

With respect to age structure in 2021, the census data observes a decrease in the young population and an increase in the elderly population. The population ageing ratio grows in relation to 2011 and stands at 182 elderly people per 100 young people. The average age in Portugal was 45.4 years old.

The foreign population living in Portugal was 542 314, representing 5.2% of the total population, with the most representative community being those of Brazilian nationality.

In 2021, 16.4% of the Portuguese population had already lived abroad, with France being the main country of previous residence.

The population's level of education has increased over the last decade. The Census 2021 shows an increase of those with high education, that represents 21.2% of the population with 21 or more years of age. The proportion of the population with secondary and post-secondary education also increased by 24.7% in 2021.

The total active population in Portugal was 4 817 978 persons, corresponding to an activity rate of 46.6%, slightly lower than in 2011.

In 2021 the average size of private households comprises 2.5 persons. In this last decade, the number of single-person households accounts for 24.8%.

With respect to family status, the Census 2021 reveals a decrease in the number of couples with children, along with an increase in lone-parental families.

According to the Census 2021, the number of residential buildings increased by 0.8%, lower than in the previous decade.

From the 5 981 482 dwellings in Portugal, 69.3% were main residences. Secondary residences represented 18.5% and vacant ones 12.1%.

The majority of the occupied conventional dwellings are owner-occupied (by 70.0%), of which 61.6%* did not incur in financial expenses regarding house purchase. The number of rented dwellings increased in the last decade and the average monthly rents increased by 42.1%.

* Data updated on 05-12-2022

3 Nota de Apresentação

5 Resumo

Análise dos Resultados

População

- 11 POPULAÇÃO RESIDENTE
- 12 VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE
- 14 DENSIDADE POPULACIONAL
- 16 ESTRUTURA ETÁRIA
- 18 IDADE MÉDIA
- 20 ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO
- 22 ÍNDICE DE REJUVENESCIMENTO
- 24 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE POTENCIAL
- 26 ESTADO CIVIL
- 28 UNIÃO DE FACTO
- 30 POPULAÇÃO ESTRANGEIRA
- 32 MOBILIDADE TERRITORIAL
- 34 POPULAÇÃO PORTUGUESA QUE JÁ RESIDIU NO ESTRANGEIRO
- 36 NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO
- 38 POPULAÇÃO COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO
- 40 ENSINO SUPERIOR
- 42 ENSINO SUPERIOR - ÁREAS DE ESTUDO
- 44 ANALFABETISMO
- 46 CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO
- 48 TAXA DE EMPREGO
- 50 PROFISSÃO
- 52 SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA
- 54 DESEMPREGO
- 56 EMPREGO E DESEMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE
- 58 FONTE DE RENDIMENTO
- 60 LOCAL DE TRABALHO
- 62 DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES
- 64 MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO NOS MOVIMENTOS PENDULARES
- 66 GRAU E TIPO DE DIFICULDADE NA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS

Agregados e Núcleos Familiares

- 70 EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS
- 72 DIMENSÃO MÉDIA DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS
- 74 AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS UNIPESOAIS
- 76 AGREGADOS INSTITUCIONAIS
- 78 NÚCLEOS FAMILIARES DE CASAIS
- 80 NÚCLEOS FAMILIARES MONOPARENTAIS
- 82 NÚCLEOS FAMILIARES RECONSTITUÍDOS

Habitação

- 87 EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS
- 88 ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO
- 90 NECESSIDADE DE REPARAÇÃO
- 92 DENSIDADE DE ALOJAMENTOS
- 94 FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS
- 96 REGIME DE PROPRIEDADE
- 98 ENCARGOS POR COMPRA
- 100 RENDAS
- 102 ÁREA ÚTIL
- 104 ÍNDICE DE LOTAÇÃO
- 106 ANOS DE RESIDÊNCIA

109 Nota metodológica

123 Inquérito de Qualidade



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

população

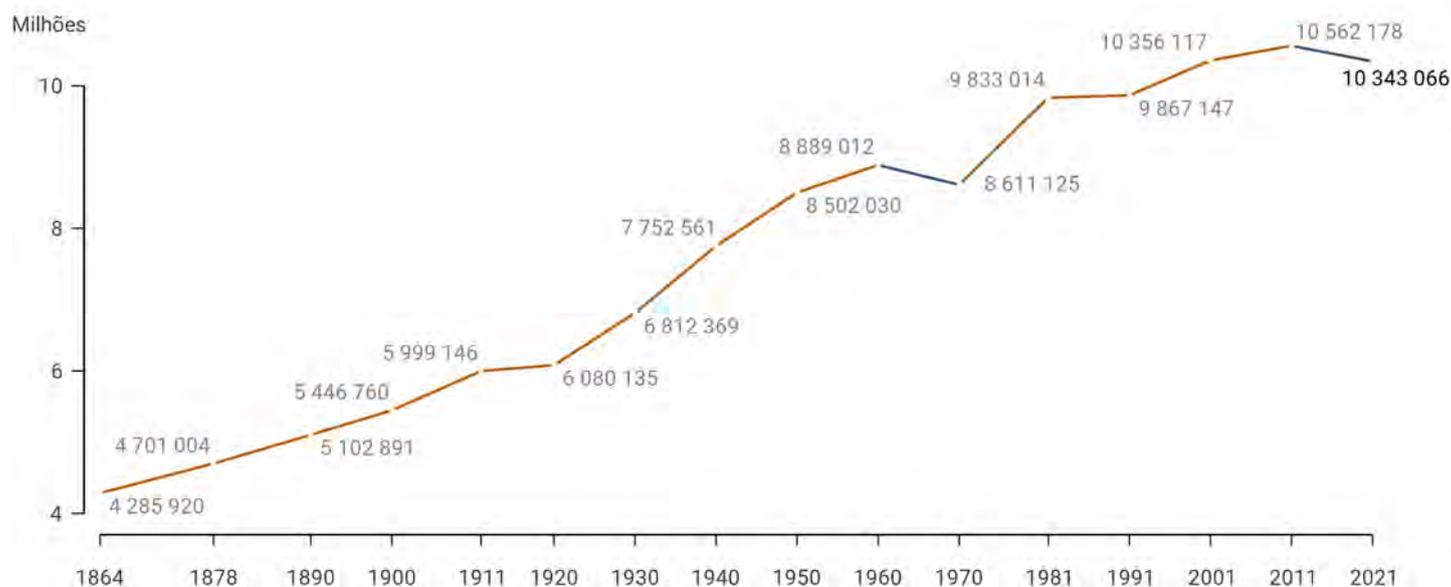


CENSOS 2021

XVI Recenseamento Geral da População
VI Recenseamento Geral da Habitação

POPULAÇÃO RESIDENTE

População residente em Portugal, 1864 - 2021

**Censos 2021 assinala descida da população residente**

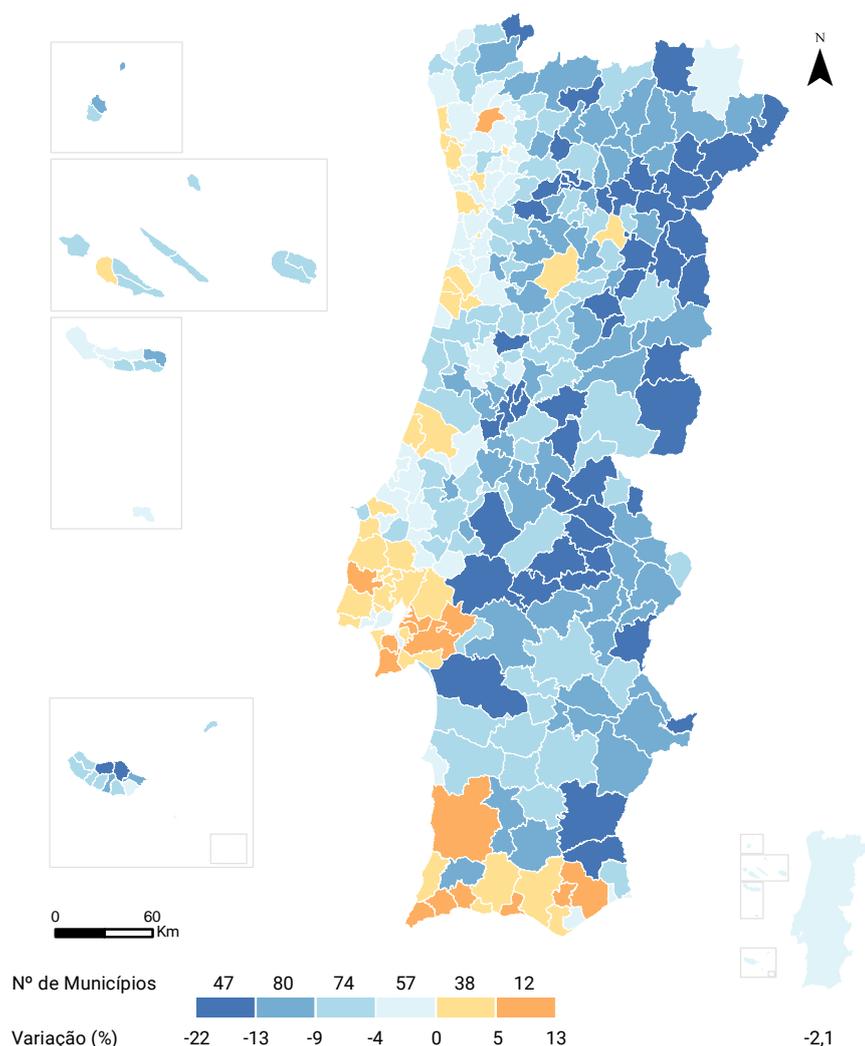
Segundo os Resultados Definitivos do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação - Censos 2021, residiam em Portugal 10 343 066 pessoas. Este valor traduz uma inversão na tendência de crescimento da população a que se assistia nas últimas décadas e representa a segunda quebra populacional registada desde 1864, ano em que se realizou o I Recenseamento Geral da População.

Em termos de série censitária, Portugal apenas tinha registado uma redução do seu efetivo populacional nos Censos de 1970, como resultado da elevada emigração verificada na década de 60.

População residente

Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE



Variação da população residente (%), Município, 2011-2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Na última década, Portugal registou um decréscimo populacional de 2,1%

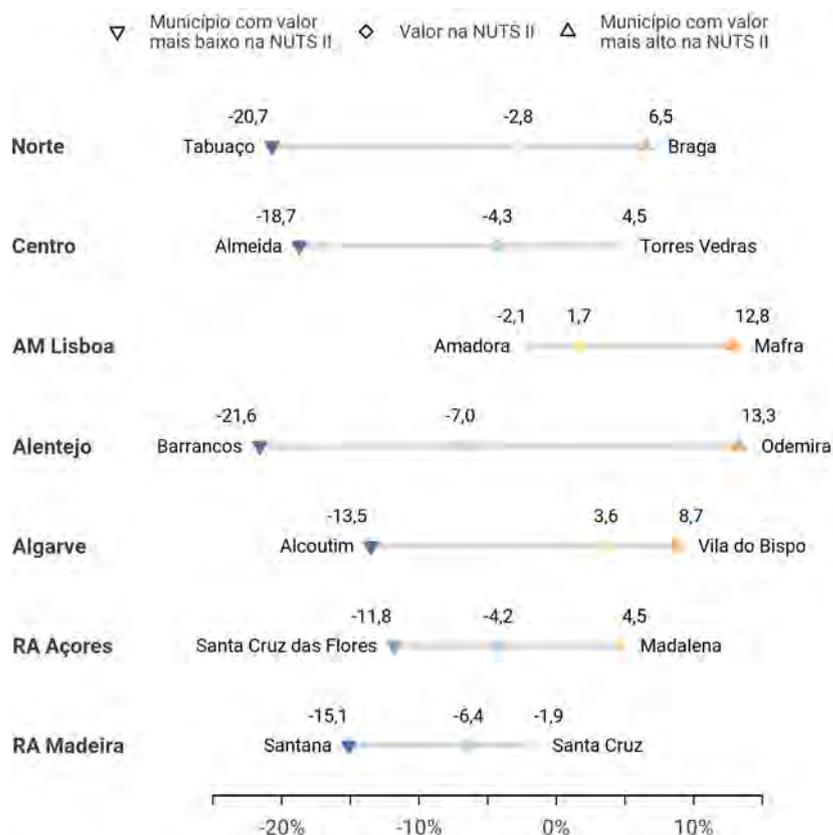
À data de 19 de abril de 2021, residiam no país 10 343 066 pessoas, das quais 4 920 220 eram homens e 5 422 846 eram mulheres. Nos últimos 10 anos, a população residente em Portugal reduziu-se em 219 112 pessoas, representando um decréscimo populacional de 2,1%.

Em termos regionais, o Algarve (3,6%) e a Área Metropolitana de Lisboa (1,7%) foram as únicas regiões NUTS II que registaram um crescimento da população. As restantes regiões viram decrescer o seu efetivo populacional, com o Alentejo (-7,0%) e a Região Autónoma da Madeira (-6,4%) a registarem as descidas mais significativas.

A evolução demográfica da última década ao nível de município permite verificar que os territórios localizados no interior do país perdem população, e que os que registam um crescimento populacional, se situam predominantemente no litoral, com uma concentração em torno de Lisboa e no Algarve. Os municípios que se destacam pelo maior acréscimo populacional são Odemira (13,3%) na região do Alentejo e Mafra (12,8%) na Área Metropolitana de Lisboa; pela razão inversa, destacam-se os municípios de Barrancos (-21,6%), também no Alentejo e Tabuaço (-20,7%) na região Norte.

Local de residência habitual

Local onde a pessoa passa habitualmente o seu período de descanso quotidiano (independentemente de ausências temporárias por motivos de lazer, férias, visita a amigos e familiares, atividade profissional, tratamento médico ou outras), e onde vive ou tem a intenção de viver a maior parte do ano, tendo por referência os últimos 12 meses.



Variação da população residente (%), NUTS II, 2011-2021

Nota de leitura: Entre 2011 e 2021 na região Norte a população decresceu em média -2,8%. Tabuaço foi o município que registou o maior decréscimo da região (-20,7%), enquanto Braga registou o maior crescimento da população 6,5%.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

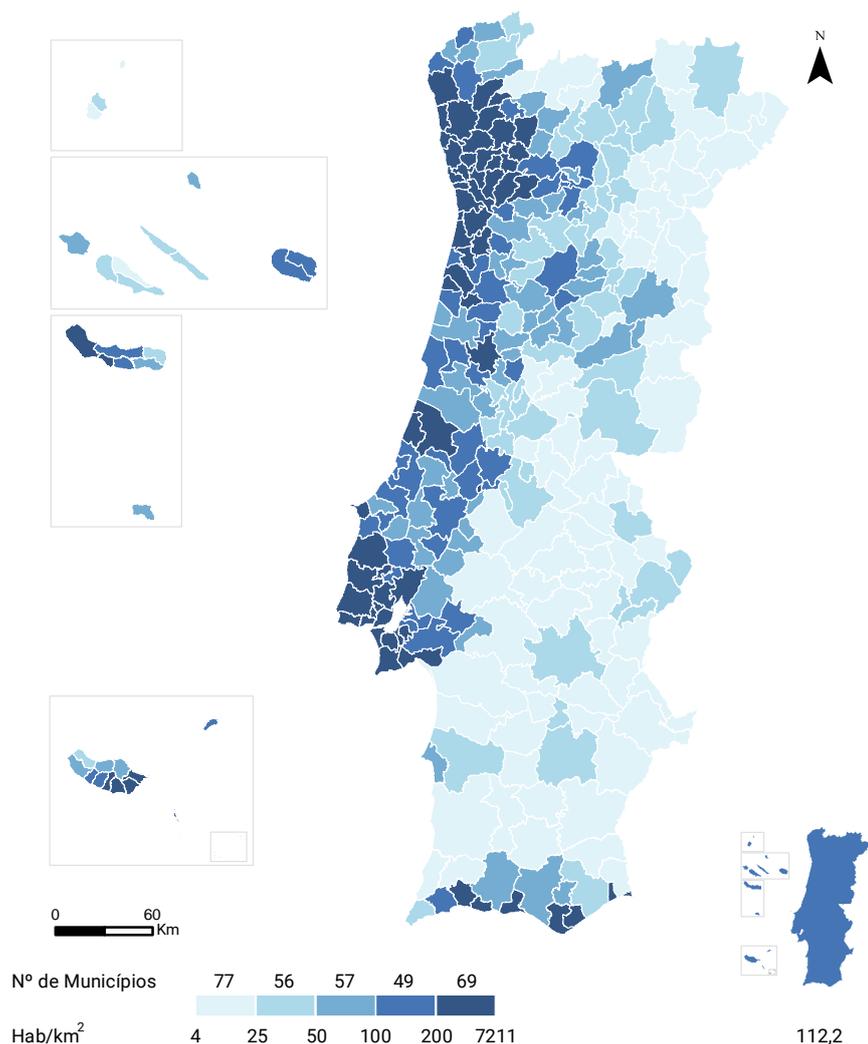
População residente, por sexo, NUTS II, 2011-2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	População residente						Variação 2011-2021	
	2011			2021				
	HM	H	M	HM	H	M	HM	%
Portugal	10 562 178	5 046 600	5 515 578	10 343 066	4 920 220	5 422 846	- 219 112	-2,1
Norte	3 689 682	1 766 260	1 923 422	3 586 586	1 707 820	1 878 766	- 103 096	-2,8
Centro	2 327 755	1 111 263	1 216 492	2 227 239	1 060 611	1 166 628	- 100 516	-4,3
AM Lisboa	2 821 876	1 334 605	1 487 271	2 870 208	1 350 446	1 519 762	48 332	1,7
Alentejo	757 302	366 739	390 563	704 533	341 403	363 130	- 52 769	-7,0
Algarve	451 006	219 931	231 075	467 343	226 775	240 568	16 337	3,6
RA Açores	246 772	121 534	125 238	236 413	115 480	120 933	- 10 359	-4,2
RA Madeira	267 785	126 268	141 517	250 744	117 685	133 059	- 17 041	-6,4

DENSIDADE POPULACIONAL



Densidade populacional, Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

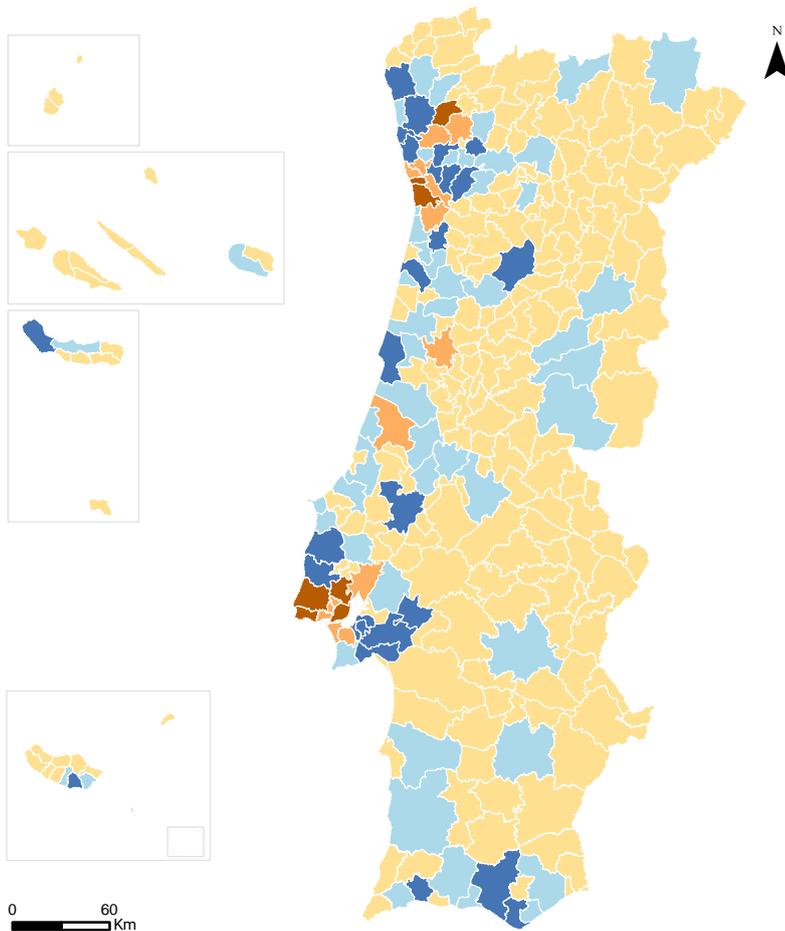
Na última década acentuaram-se os desequilíbrios na distribuição da população pelo território

A densidade populacional do país é de 112,2 habitantes/Km², existindo, no entanto, grandes disparidades em termos territoriais. A análise da densidade populacional evidencia um notório contraste entre os municípios localizados na faixa litoral do Continente e os localizados no interior. Na Região Autónoma dos Açores, as ilhas de São Miguel e da Terceira registam o maior valor de densidade populacional, enquanto na Região Autónoma da Madeira, é na parte sul da ilha que se verifica a maior densidade.

O padrão de litoralização do país e de concentração da população junto da capital, foi reforçado na última década. Cerca de 20% da população do país concentra-se nos 7 municípios mais populosos, que abrange uma área de apenas 1,1% do território. No outro extremo, representando também cerca de 20% da população, temos os 208 municípios menos povoados e que ocupam 65,8% da área do país.

Densidade populacional

Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território, habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado.



Distribuição da população no território

Nota de leitura: Ordenando os municípios do menos populoso ao mais populoso, e agrupando-os em cinco grupos de aproximadamente igual população, os 208 municípios menos populosos incluem 19,8% da população residente. Os sete municípios mais populosos incluem 20,1% da população residente.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Nº de Municípios	208	53	26	14	7
Porcentagem	19,8	19,9	19,5	20,7	20,1

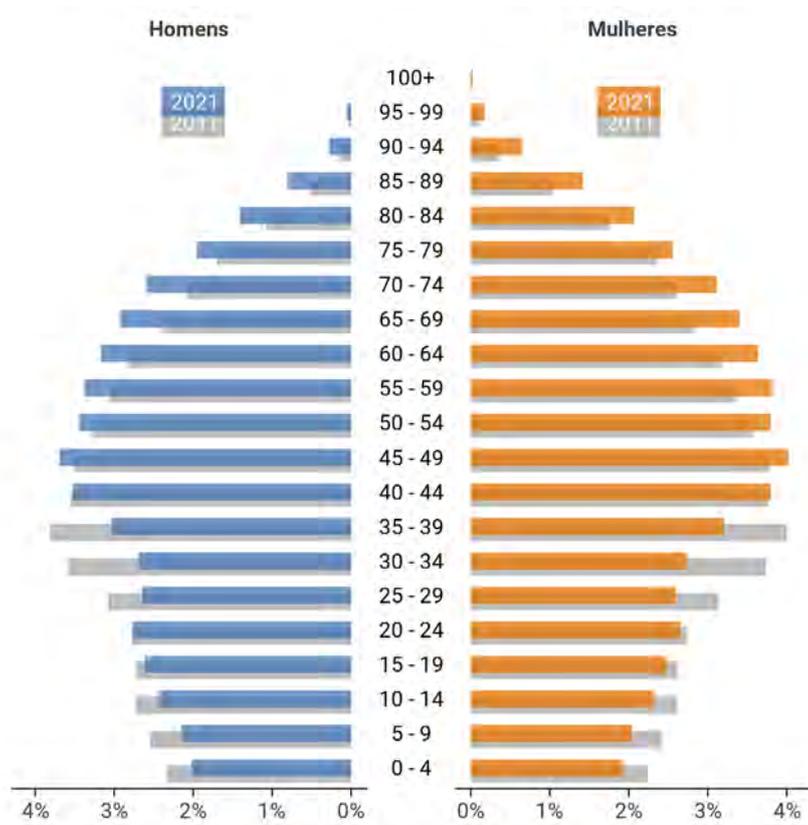
Número de municípios, população residente e área do território, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

	Nº Municípios	População	Área (km²)	População (%)	Área (%)
	7	2 076 064	1 077	20,1	1,1
	14	2 140 668	2 400	20,7	2,6
	26	2 019 142	6 715	19,5	7,3
	53	2 056 426	21 407	19,9	23,2
	208	2 050 766	60 626	19,8	65,8
Total	10 343 066	92 225	100,0	100,0	100,0

ESTRUTURA ETÁRIA



Estrutura etária da população, 2011- 2021

Nota de leitura: Em 2021, 3,2% (3%) da população são mulheres (homens) com idade entre 35 e 39 anos. Em 2011, a mesma faixa etária correspondia a 4% (3,8%).

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Nos últimos 10 anos, assistiu-se à diminuição da população nas idades mais jovens

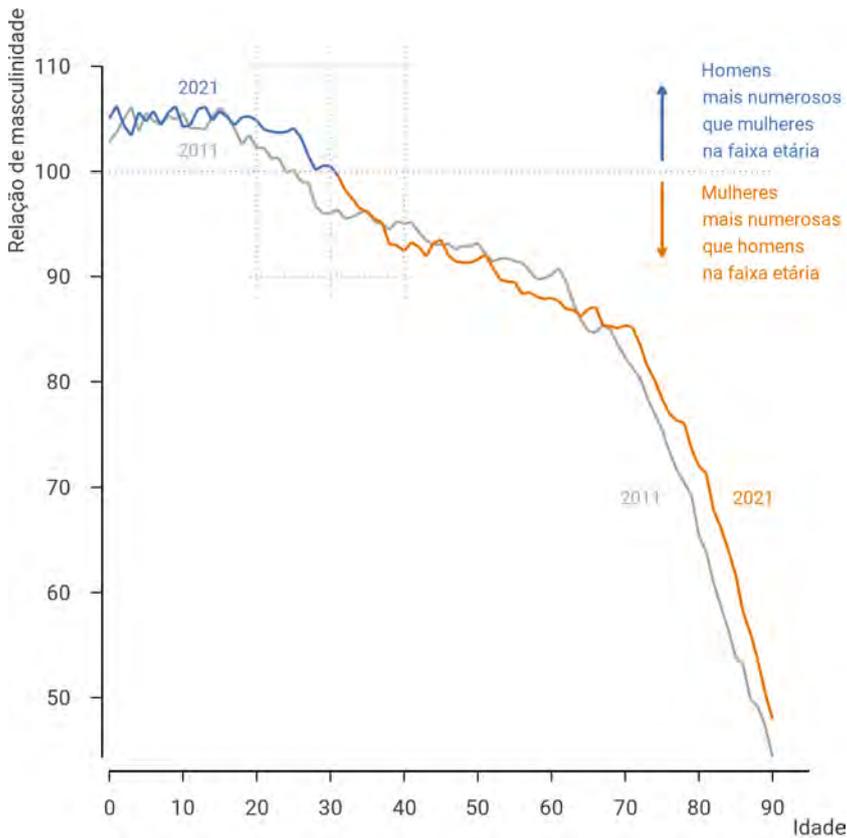
Em consequência da baixa natalidade e do aumento da longevidade que caracterizam as últimas décadas, a pirâmide etária correspondente aos Censos 2021 reflete uma população envelhecida, evidenciando um estreitamento dos grupos etários da sua base e um alargamento nas idades mais elevadas.

Entre 2011 e 2021 verificou-se uma diminuição da população em todos os grupos etários até aos 39 anos, particularmente evidente nas idades entre os 30 e os 39 anos. A faixa etária dos 0 aos 39 anos representa em 2021, 40,3% da população, quando, em 2011, essa proporção era de 47,1%. Por sua vez, todos os grupos etários acima dos 44 anos aumentaram a sua importância relativa.

A relação de masculinidade é de 91 homens por 100 mulheres. O número de homens é superior ao das mulheres nas idades até aos 30 anos; a partir dessa idade assiste-se à inversão deste rácio. Nas idades mais avançadas, o número de mulheres é claramente superior ao dos homens refletindo os maiores níveis de mortalidade da população masculina.

Relação de masculinidade

Quociente entre os efetivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino, habitualmente expresso por 100 mulheres.



Relação de masculinidade, 2011 e 2021

Nota de leitura: A relação de masculinidade em 2021 é acima de 100 para indivíduos com menos de 30 anos; em 2011 era acima de 100 para indivíduos com menos de 25 anos. Em 2021, a relação de masculinidade para indivíduos com 90 anos é de 50, ou seja, para cada 100 mulheres com 90 anos há 50 homens com 90 anos.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

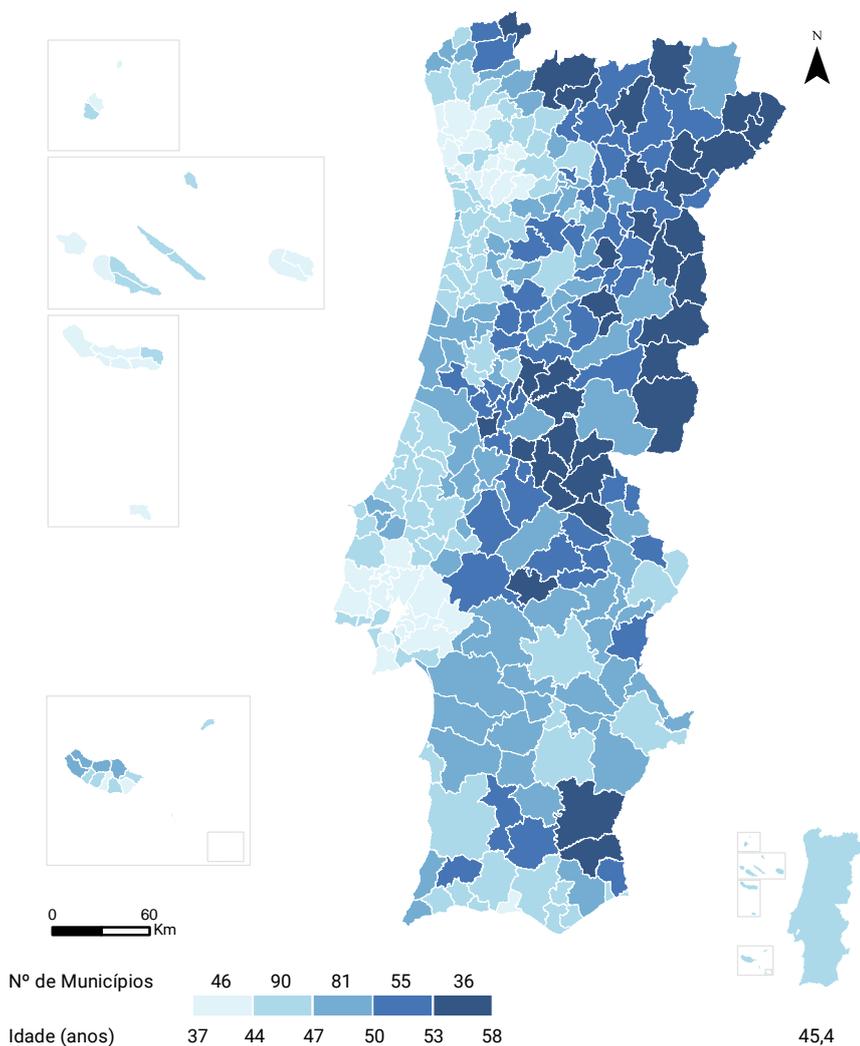
População residente, por sexo e grupo etário, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Sexo	Total	Grupo etário (anos)										
		0 - 9	10 - 19	20 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 69	70 - 79	80 - 89	90 - 99	100 e +
HM	10 343 066	840 288	1 019 090	1 101 758	1 206 317	1 555 415	1 492 217	1 358 436	1 056 568	590 681	119 495	2 801
H	4 920 220	430 681	522 274	558 900	591 775	746 646	705 216	630 282	470 105	229 614	34 223	504
M	5 422 846	409 607	496 816	542 858	614 542	808 769	787 001	728 154	586 463	361 067	85 272	2 297

IDADE MÉDIA

**Idade média da população, Município, 2021**

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Em 2021, a idade média da população é de 45,4 anos

Numa década, a idade média da população residente em Portugal aumentou 3,1 anos, situando-se em 45,4 anos de acordo com os Censos 2021. A análise por sexo, evidencia um valor para as mulheres (46,9 anos) superior ao registado para a população masculina (43,8 anos).

Em termos territoriais, as idades médias mais elevadas situam-se predominantemente no interior Norte e Centro do país, em contraste com o litoral e as Regiões Autónomas que observam idades médias mais baixas.

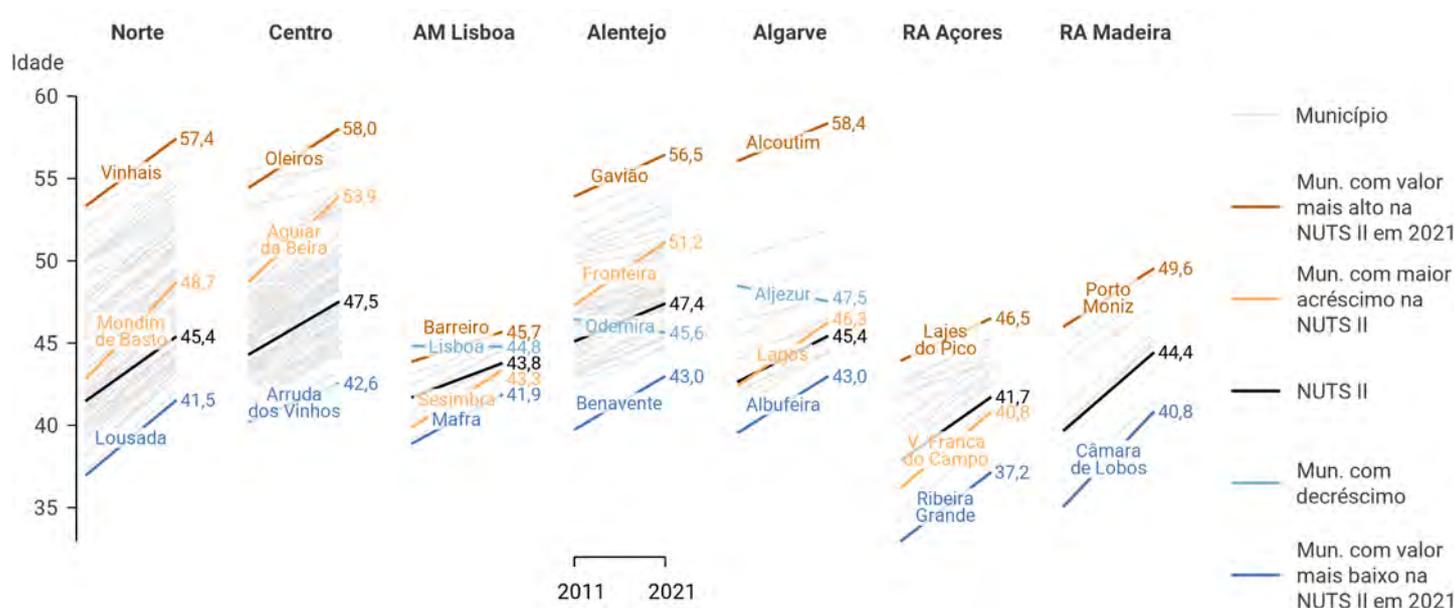
Em 2021, o município de Alcoutim, na região do Algarve, apresentava o valor de idade média mais elevado (58,4 anos), enquanto Ribeira Grande, na Região Autónoma dos Açores, registava o valor mais baixo (37,2 anos).

Entre 2011 e 2021, o aumento da idade média foi transversal a todas as regiões NUTS II. Em 2021, a Região Autónoma dos Açores continua a ser a que apresenta valor mais baixo (41,7 anos), enquanto o Centro e o Alentejo registam os valores mais elevados (47,5 anos e 47,4 anos respetivamente).

Idade média, NUTS II, 2011 e 2021

Nota de leitura: Na região do Algarve, a idade média em 2021 é 45,4 anos (aumentou relativamente a 2011), os residentes de Alcoutim apresentam a idade média mais elevada (58,4 anos) da região, enquanto que Albufeira apresenta a menor idade média (43,0 anos). O município em que a idade média mais cresceu foi em Lagos (46,3 anos). O município em que a idade média mais decresceu foi em Aljezur apresentando, os residentes deste município, uma idade média de 47,5 anos em 2021.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



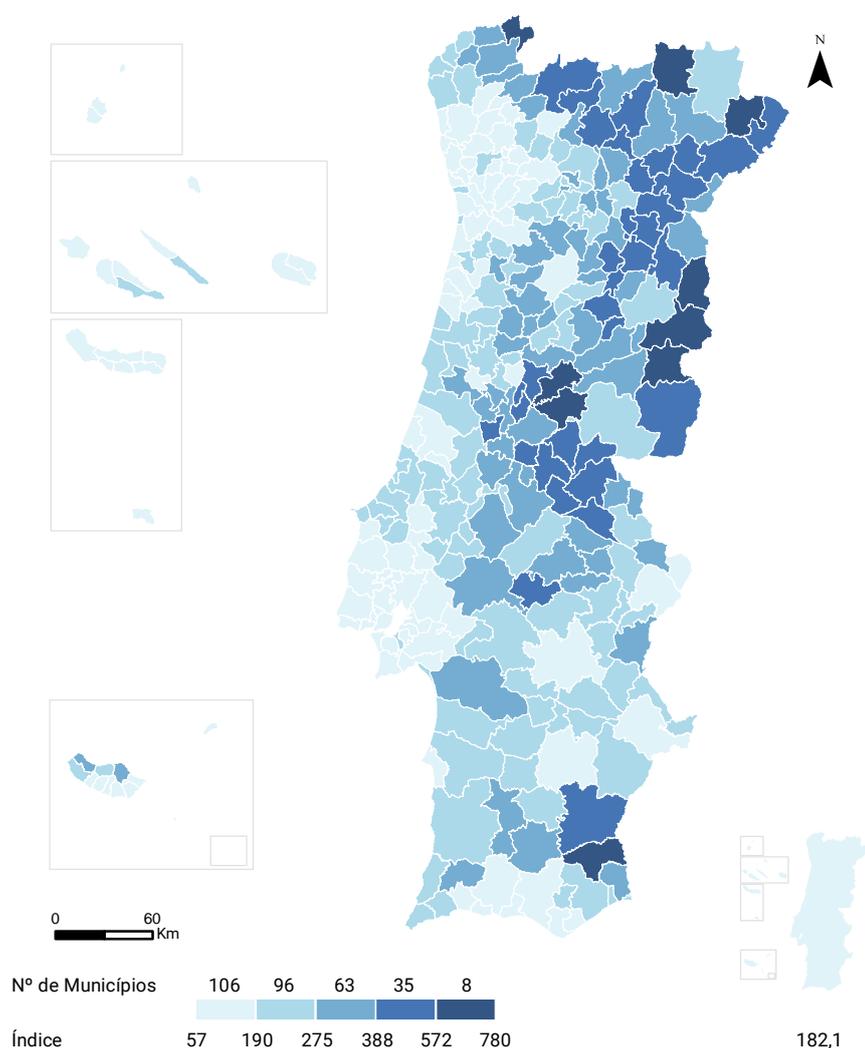
População residente por grupo etário e idade média por sexo, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Grupo etário				Grupo etário (%)				Idade média		
	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 ou mais	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 ou mais	HM	H	M
Portugal	1 331 188	1 088 087	5 500 152	2 423 639	12,9	10,5	53,2	23,4	45,4	43,8	46,9
Norte	440 165	385 934	1 950 231	810 256	4,3	3,7	18,9	7,8	45,4	43,9	46,7
Centro	263 399	220 555	1 141 105	602 180	2,5	2,1	11,0	5,8	47,5	45,9	49,0
AM Lisboa	411 213	310 578	1 527 795	620 622	4,0	3,0	14,8	6,0	43,8	42,0	45,4
Alentejo	87 139	68 763	358 168	190 463	0,8	0,7	3,5	1,8	47,4	45,7	49,0
Algarve	62 781	45 829	247 784	110 949	0,6	0,4	2,4	1,1	45,4	44,3	46,5
RA Açores	34 553	28 239	134 512	39 109	0,3	0,3	1,3	0,4	41,7	40,4	43,0
RA Madeira	31 938	28 189	140 557	50 060	0,3	0,3	1,4	0,5	44,4	42,4	46,3

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO



Índice de envelhecimento, Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Existem em Portugal 182 idosos por cada 100 jovens

O envelhecimento demográfico em Portugal continuou a acentuar-se de forma muito expressiva. De acordo com os Censos 2021, o índice de envelhecimento da população é de 182, ou seja, existem 182 idosos por cada 100 jovens. Este índice era de 128 em 2011.

A análise do índice de envelhecimento a nível de município mostra uma dicotomia entre o litoral e o interior do país, com o interior das regiões Centro e Norte a concentrarem os territórios mais envelhecidos.

O aumento do índice de envelhecimento é comum a todas as NUTS II, com as regiões do Centro e do Alentejo a apresentarem os valores mais elevados, com 229 e 219 idosos por cada 100 jovens, respetivamente. No extremo oposto, a Região Autónoma dos Açores, a Área Metropolitana de Lisboa e a Região Autónoma da Madeira, têm os índices mais baixos, com 113, 151 e 157 idosos por cada 100 jovens.

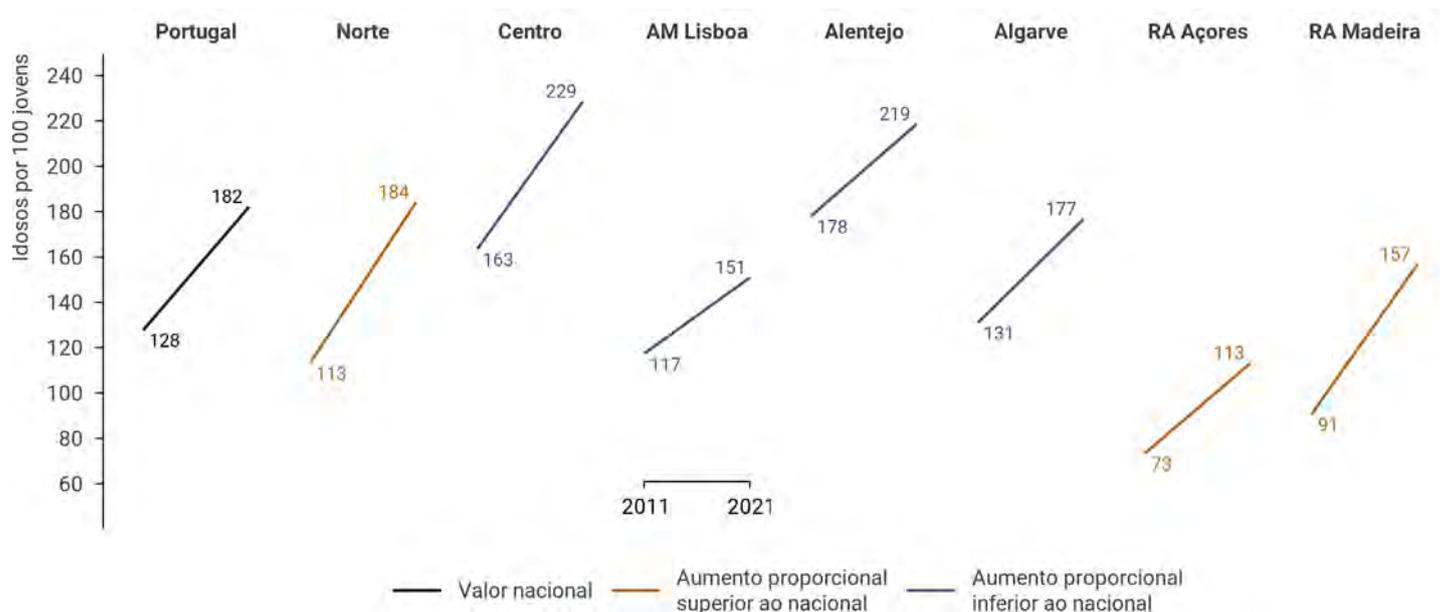
Índice de envelhecimento

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

Índice de envelhecimento, NUTS II, 2011 e 2021

Nota de leitura: Em 2021, o índice de envelhecimento em Portugal é de 182 idosos por cada 100 jovens, valor que em 2011 se situava nos 128. A taxa de crescimento foi superior à média nacional nas regiões Norte, RA Açores e RA Madeira enquanto a taxa de crescimento foi inferior à média nacional nas regiões Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



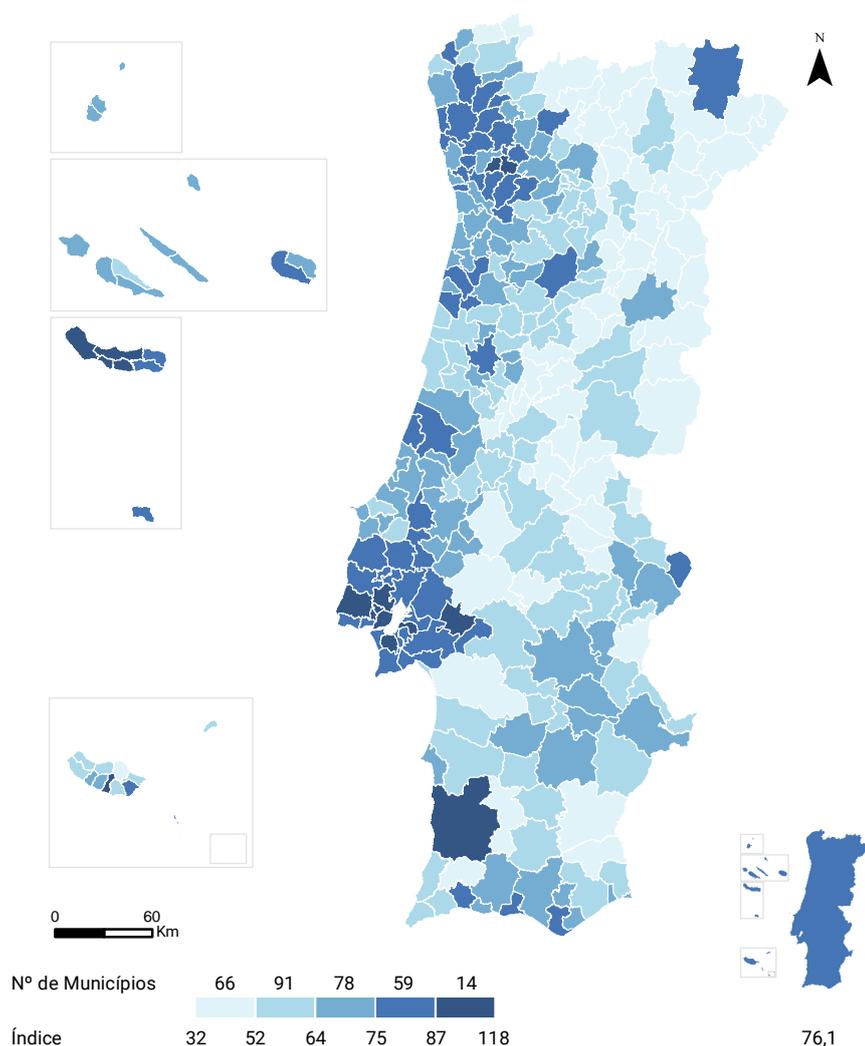
População residente dos 0-14 anos e com 65 ou mais anos e índice de envelhecimento, por sexo, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Grupo etário						Índice de envelhecimento		
	0 - 14			65 ou mais			HM	H	M
	HM	H	M	HM	H	M			
Portugal	1 331 188	682 244	648 944	2 423 639	1 036 788	1 386 851	182,1	152,0	213,7
Norte	440 165	225 587	214 578	810 256	349 663	460 593	184,1	155,0	214,7
Centro	263 399	134 949	128 450	602 180	260 066	342 114	228,6	192,7	266,3
AM Lisboa	411 213	210 923	200 290	620 622	258 126	362 496	150,9	122,4	181,0
Alentejo	87 139	44 530	42 609	190 463	81 964	108 499	218,6	184,1	254,6
Algarve	62 781	32 178	30 603	110 949	50 923	60 026	176,7	158,3	196,1
RA Açores	34 553	17 743	16 810	39 109	16 630	22 479	113,2	93,7	133,7
RA Madeira	31 938	16 334	15 604	50 060	19 416	30 644	156,7	118,9	196,4

ÍNDICE DE REJUVENESCIMENTO



Índice de rejuvenescimento da população em idade ativa, Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Por cada 100 pessoas que potencialmente saem do mercado de trabalho, apenas entram 76

Entre 2011 e 2021 agravou-se a sustentabilidade e o rejuvenescimento da população ativa. O índice de rejuvenescimento da população ativa em 2021 é 76, significando que, potencialmente, por cada 100 indivíduos que saem do mercado de trabalho, apenas ingressam 76. Este valor era de 94 em 2011, valor já abaixo daquele que permite assegurar a reposição da população em idade ativa (considera-se que existe rejuvenescimento quando o valor deste índice é superior a 100).

O decréscimo do índice de rejuvenescimento foi comum a todas as regiões NUTS II. Enquanto em 2011 ainda existiam duas regiões (Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira) com valores acima de 100 e que, como tal, asseguravam a renovação da população em idade ativa, esta situação deixou de se verificar em 2021, com todas as regiões a não assegurarem o rejuvenescimento da população ativa. O Alentejo (66) e o Centro (67) registavam os valores mais baixos, enquanto a Área Metropolitana de Lisboa (91) registava o valor mais elevado.

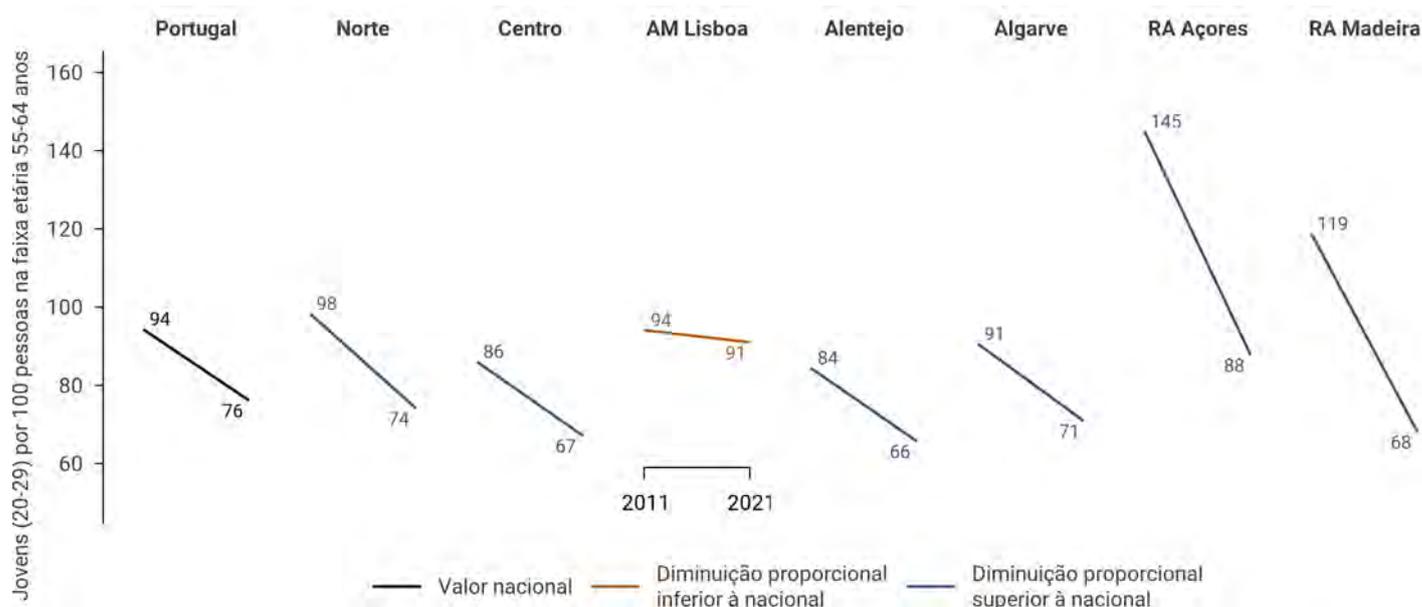
Índice de rejuvenescimento/renovação da população em idade ativa

Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 55-64 anos).

Índice de rejuvenescimento, NUTS II, 2011 e 2021

Nota de leitura: O índice de rejuvenescimento da população em idade ativa caiu, em média, de 94 em 2011 para 76 em 2021. Na região do Algarve, o índice de rejuvenescimento da população em idade ativa caiu, em média, de 91 em 2011 para 71 em 2021.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



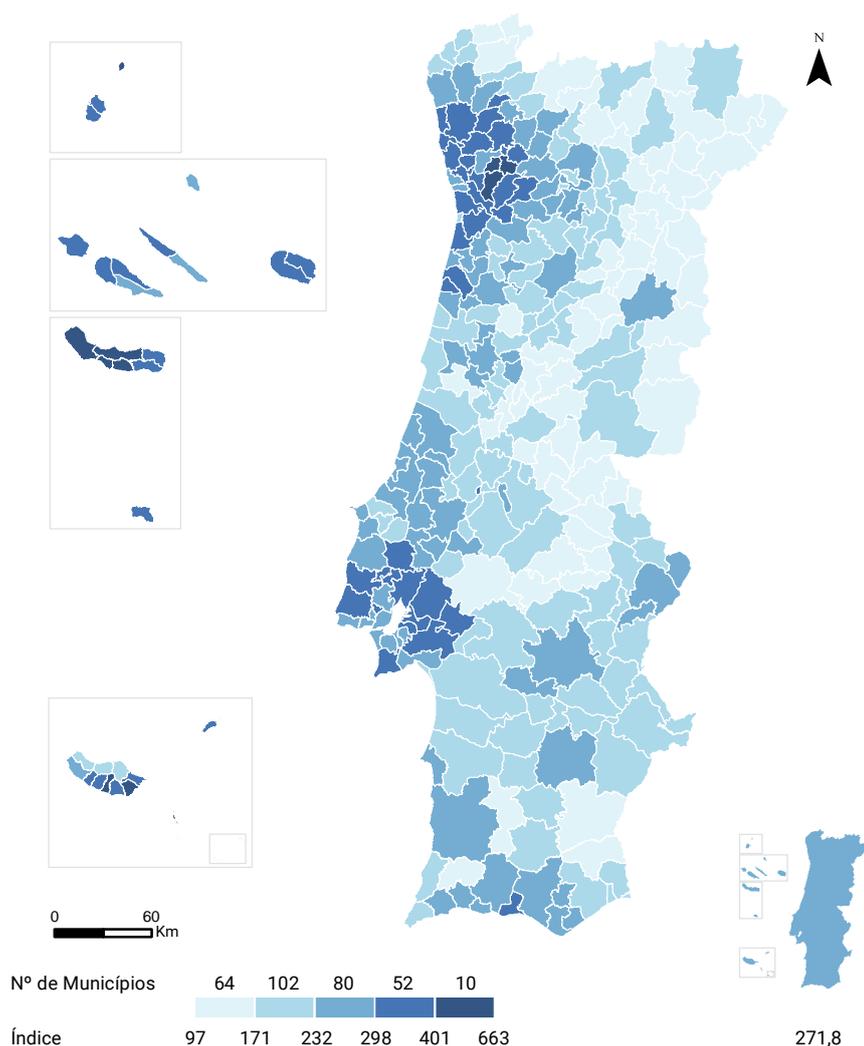
População residente com 20 a 29 anos, com 55 a 64 anos e índice de rejuvenescimento, por sexo, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Grupo etário						Índice de rejuvenescimento		
	20 - 29			55 - 64			HM	H	M
	HM	H	M	HM	H	M			
Portugal	1 101 758	558 900	542 858	1 447 630	676 815	770 815	76,1	82,6	70,4
Norte	393 734	199 433	194 301	531 116	249 178	281 938	74,1	80,0	68,9
Centro	217 311	110 927	106 384	323 930	153 174	170 756	67,1	72,4	62,3
AM Lisboa	323 457	161 988	161 469	355 450	161 055	194 395	91,0	100,6	83,1
Alentejo	66 305	35 252	31 053	100 919	48 807	52 112	65,7	72,2	59,6
Algarve	45 998	23 503	22 495	64 893	30 825	34 068	70,9	76,2	66,0
RA Açores	28 519	14 429	14 090	32 492	15 937	16 555	87,8	90,5	85,1
RA Madeira	26 434	13 368	13 066	38 830	17 839	20 991	68,1	74,9	62,2

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE POTENCIAL

Índice de sustentabilidade potencial,
Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Na última década, o índice de sustentabilidade potencial (número de indivíduos em idade ativa por 100 idosos) sofreu um recuo, descendo de 347 para 272.

Todas as regiões NUTS II partilham deste comportamento de descida do índice de sustentabilidade potencial, mas é nas Regiões do Alentejo e do Centro que este índice assume os valores mais baixos, situando-se nos 224 e 226 respetivamente, no ano de 2021. Em contrapartida, o índice de sustentabilidade potencial, assume o valor mais elevado na Região Autónoma dos Açores (416) e na Região Autónoma da Madeira (337).

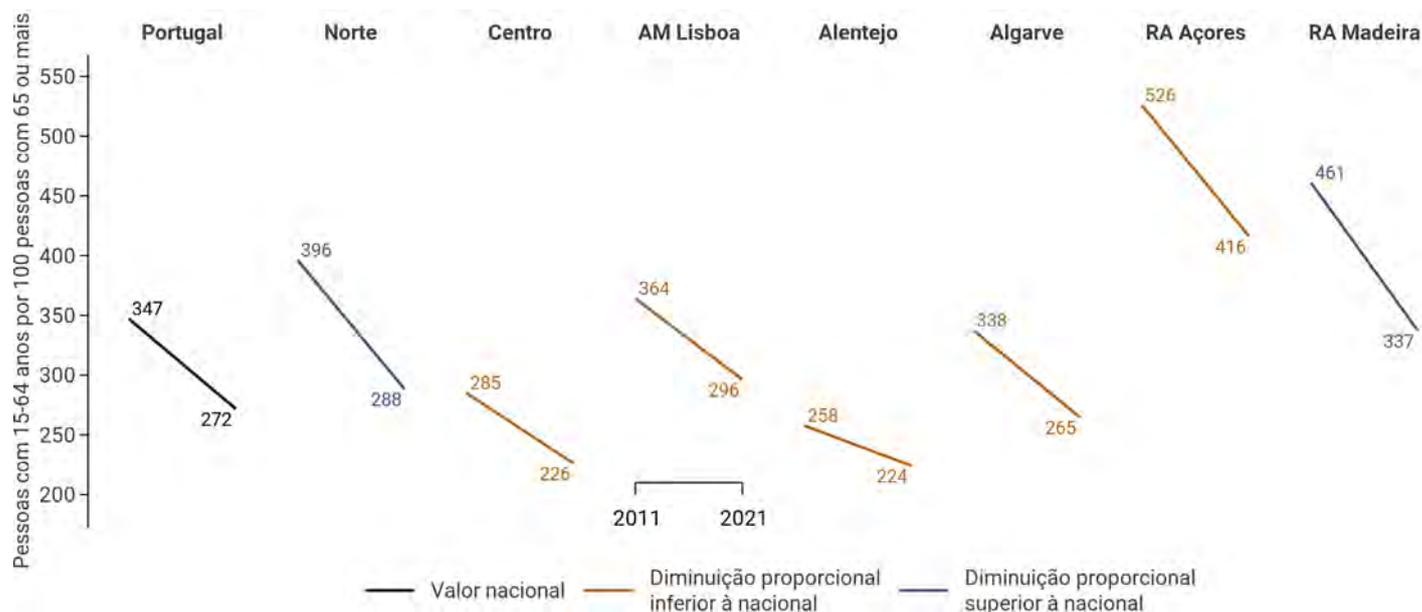
Índice de sustentabilidade potencial

Relação entre a população em idade ativa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por cada pessoa com 65 ou mais anos).

Índice de sustentabilidade potencial, NUTS II, 2011 e 2021

Nota de leitura: Em 2021, o Índice de sustentabilidade potencial em Portugal é de 272 pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos, valor que em 2011 se situava nos 347. A taxa de variação entre 2011 e 2021 foi superior à média nacional nas regiões Norte e RA Madeira e inferior a essa média nas restantes regiões.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



População residente com 15 a 64 anos, com 65 ou mais anos e índice de sustentabilidade potencial, por sexo, NUTS II, 2021

Unidade: Número

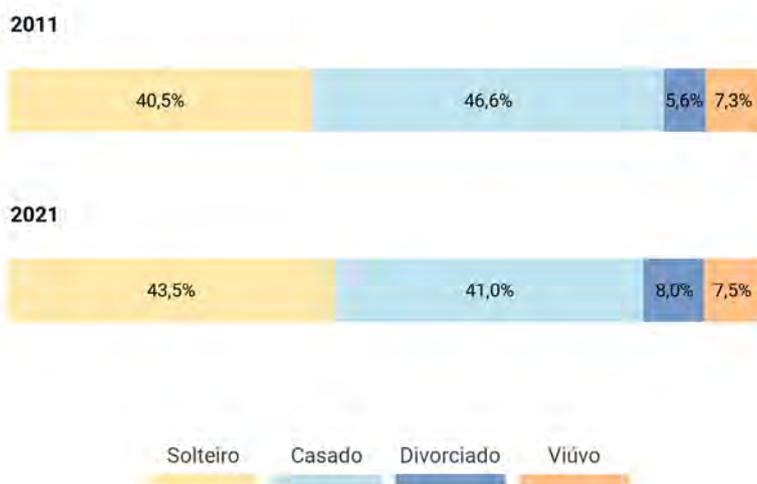
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Grupo etário						Índice de sustentabilidade potencial		
	15 - 64			65 ou mais			HM	H	M
	HM	H	M	HM	H	M			
Portugal	6 588 239	3 201 188	3 387 051	2 423 639	1 036 788	1 386 851	271,8	308,8	244,2
Norte	2 336 165	1 132 570	1 203 595	810 256	349 663	460 593	288,3	323,9	261,3
Centro	1 361 660	665 596	696 064	602 180	260 066	342 114	226,1	255,9	203,5
AM Lisboa	1 838 373	881 397	956 976	620 622	258 126	362 496	296,2	341,5	264,0
Alentejo	426 931	214 909	212 022	190 463	81 964	108 499	224,2	262,2	195,4
Algarve	293 613	143 674	149 939	110 949	50 923	60 026	264,6	282,1	249,8
RA Açores	162 751	81 107	81 644	39 109	16 630	22 479	416,1	487,7	363,2
RA Madeira	168 746	81 935	86 811	50 060	19 416	30 644	337,1	422,0	283,3

ESTADO CIVIL

População, por estado civil e sexo (%),
2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

**Homens (2021)****Mulheres (2021)****Diminuiu a percentagem da população casada**

Os dados dos Censos 2021 indicam que 43,5% da população residente em Portugal é solteira, seguindo-se a população casada com 41,0%, os divorciados com 8,0% e os viúvos com 7,5%.

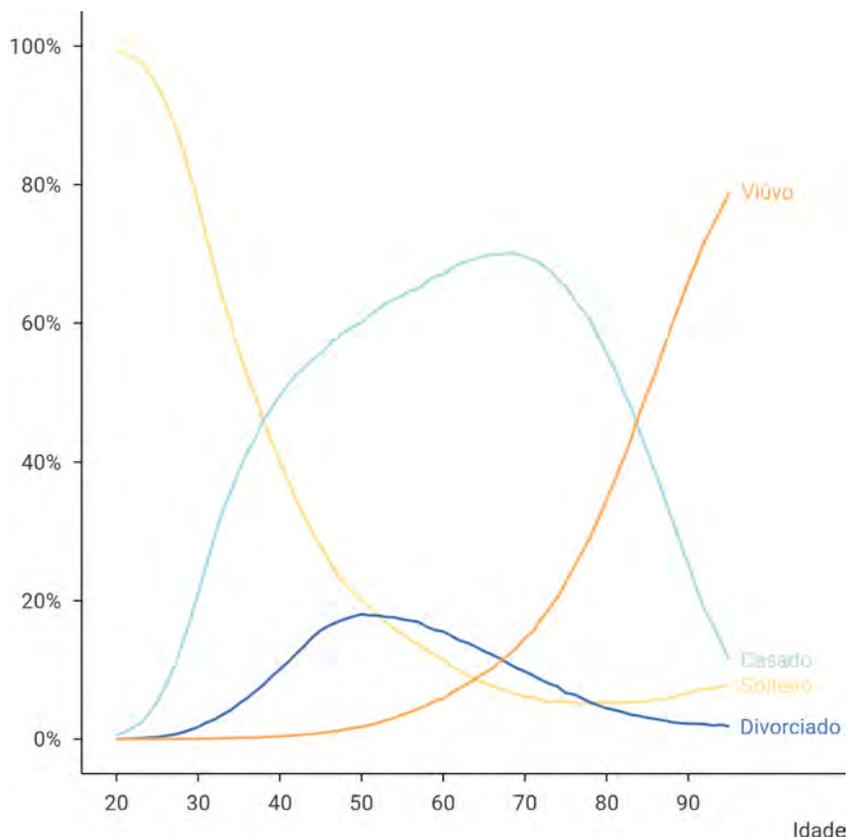
Face a 2011, verificou-se uma descida 5,6 p.p. na população casada, enquanto a população divorciada tem um acréscimo de 2,4 p.p. De notar que, pela primeira vez, a população com estado civil de divorciado passa a ser superior ao valor da população com estado civil de viúvo.

A análise do estado civil por sexo evidencia algumas diferenças entre homens e mulheres: os homens têm uma maior representatividade no estado civil de solteiro e no de casado, enquanto as mulheres estão mais representadas no estado civil de viúvo. Neste último estado civil a proporção de mulheres é de 11,7%, enquanto a de homens é de apenas 3,0%.

Em termos de distribuição por idades, é na faixa etária dos 70 anos que se encontra a maior percentagem de população com o estado civil de casado; no caso da população divorciada, a maior proporção regista-se por volta dos 50 anos.

Estado civil

Situação jurídica da pessoa composta pelo conjunto das qualidades definidoras do seu estado pessoal face às relações familiares, que constam obrigatoriamente do registo civil. Compreende as seguintes situações: solteiro, casado, viúvo e divorciado.



População, por estado civil e idade (%), 2021

Nota de leitura: Em 2021, entre as pessoas com 50 anos, aproximadamente 20% são solteiras, 60% são casadas, 18% divorciadas e as restantes pessoas (2%) são viúvas.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

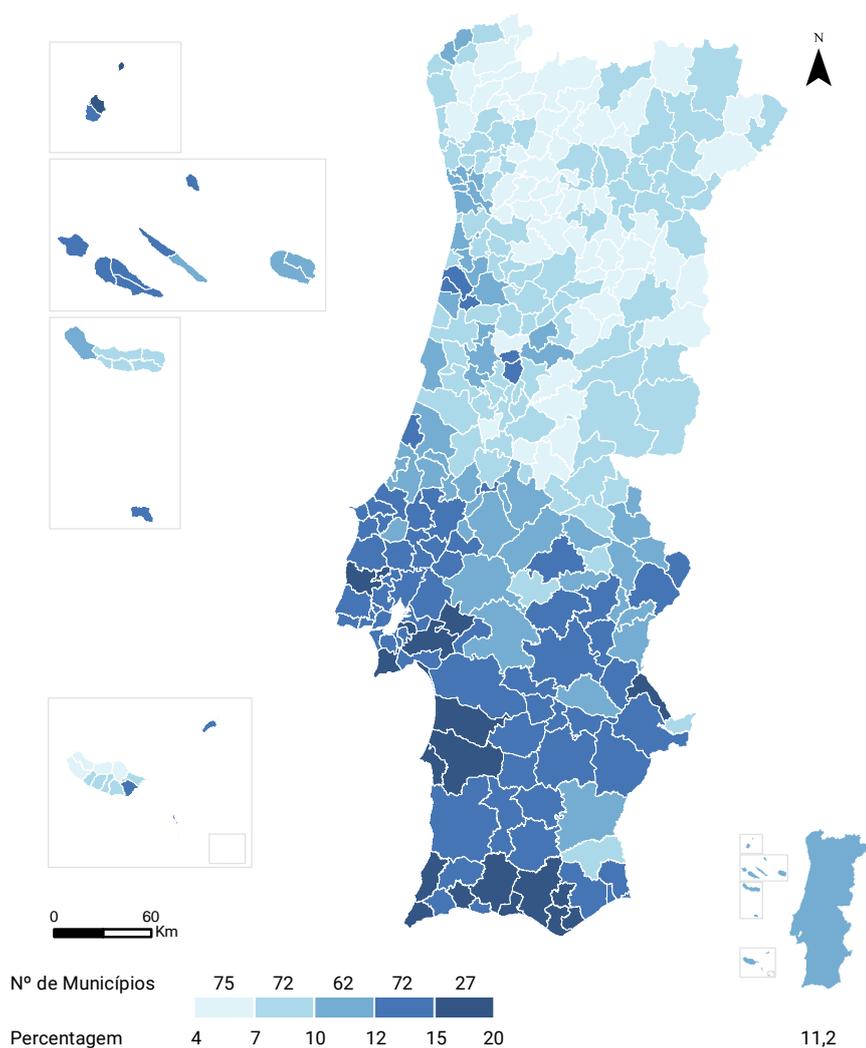
População residente, por estado civil e sexo, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Solteiro			Casado			Divorciado			Viúvo		
		HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	10 343 066	4 495 408	2 310 057	2 185 351	4 237 312	2 116 858	2 120 454	830 227	345 866	484 361	780 119	147 439	632 680
Norte	3 586 586	1 469 631	751 412	718 219	1 604 343	799 574	804 769	255 547	106 806	148 741	257 065	50 028	207 037
Centro	2 227 239	879 265	458 258	421 007	981 264	490 125	491 139	172 314	74 502	97 812	194 396	37 726	156 670
AM Lisboa	2 870 208	1 410 947	710 381	700 566	1 003 520	501 607	501 913	263 771	103 578	160 193	191 970	34 880	157 090
Alentejo	704 533	297 029	160 149	136 880	284 597	143 455	141 142	56 060	25 040	31 020	66 847	12 759	54 088
Algarve	467 343	218 489	115 226	103 263	171 664	86 366	85 298	43 585	18 836	24 749	33 605	6 347	27 258
RA Açores	236 413	105 575	56 586	48 989	95 590	47 763	47 827	19 113	8 586	10 527	16 135	2 545	13 590
RA Madeira	250 744	114 472	58 045	56 427	96 334	47 968	48 366	19 837	8 518	11 319	20 101	3 154	16 947

UNIÃO DE FACTO



População com 15 ou mais anos que vive em união de facto (%), Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Aumento da proporção das uniões de facto nas formas de conjugalidade

Segundo os resultados dos Censos 2021, 1 008 604 de pessoas viviam em união de facto, o que representa um crescimento de 38,2% face a 2011.

Em termos regionais há uma diferenciação entre os municípios do Norte e do Sul do país, região onde as uniões conjugais por via da condição de união de facto assumem maior relevância.

Ao longo da última década, houve um aumento das uniões de facto em todas as regiões NUTS II. No Algarve e na Área Metropolitana de Lisboa, 15,5% e 14,0% da população residente, respetivamente, vive em união de facto. Contudo, o crescimento nestas duas regiões, ao longo desta década, foi inferior ao das restantes regiões, com exceção da Região Autónoma da Madeira.

É no grupo etário dos 30 aos 39 anos que se regista a proporção mais elevada de população residente em Portugal a viver em união de facto: 27,3%.

União de facto

Situação de duas pessoas que, independentemente do sexo, vivem em situação análoga à dos cônjuges, sem que sejam legalmente casadas uma com a outra.

População em união de facto (%), NUTS II, 2011 e 2021

Nota de leitura: Em 2021, a percentagem da população em União de Facto é de 11,2%, valor que em 2011 se situava nos 8,1%. A taxa de crescimento entre 2011 e 2021 foi superior à média nacional nas regiões Norte, Centro, Alentejo e RA Açores, enquanto que nas restantes regiões a taxa de crescimento foi inferior à média nacional.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



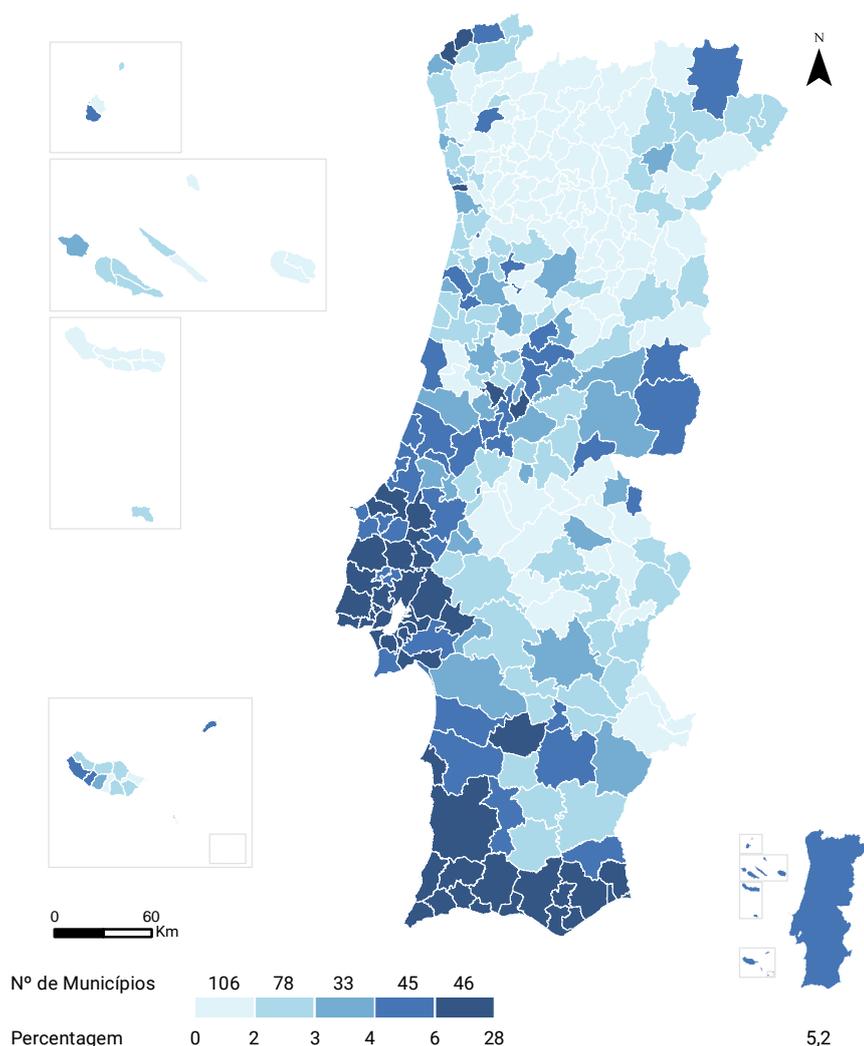
População residente que vive em união de facto, por sexo e grupo etário, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total			Grupo etário					
	HM	H	M	Menos de 20	20 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 ou mais
Portugal	1 008 604	505 195	503 409	3 011	157 958	328 991	271 110	142 199	105 335
Norte	278 122	139 264	138 858	759	48 596	96 829	69 029	36 537	26 372
Centro	202 194	101 082	101 112	672	33 645	66 550	52 304	27 730	21 293
AM Lisboa	343 836	172 604	171 232	737	48 136	107 895	100 042	50 338	36 688
Alentejo	79 668	39 802	39 866	436	11 604	25 398	21 627	11 530	9 073
Algarve	62 594	31 307	31 287	190	8 169	18 170	17 496	10 275	8 294
RA Açores	21 606	10 816	10 790	178	4 900	7 503	5 138	2 473	1 414
RA Madeira	20 584	10 320	10 264	39	2 908	6 646	5 474	3 316	2 201

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA



População de nacionalidade estrangeira (%), Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

População estrangeira residente em Portugal aumenta de forma significativa

À data da realização dos Censos 2021, a população estrangeira residente em Portugal era de 542 314 indivíduos, representando 5,2% do total de população residente. Entre 2011 e 2021, a população de nacionalidade estrangeira registou um aumento de 37,5%, ficando reforçada a sua importância relativa. Em 2011, a proporção de estrangeiros era de 3,7%.

A nível territorial, a população estrangeira tem maior representatividade no Algarve e na Área Metropolitana de Lisboa, regiões onde se situam os municípios com proporções mais elevadas de estrangeiros.

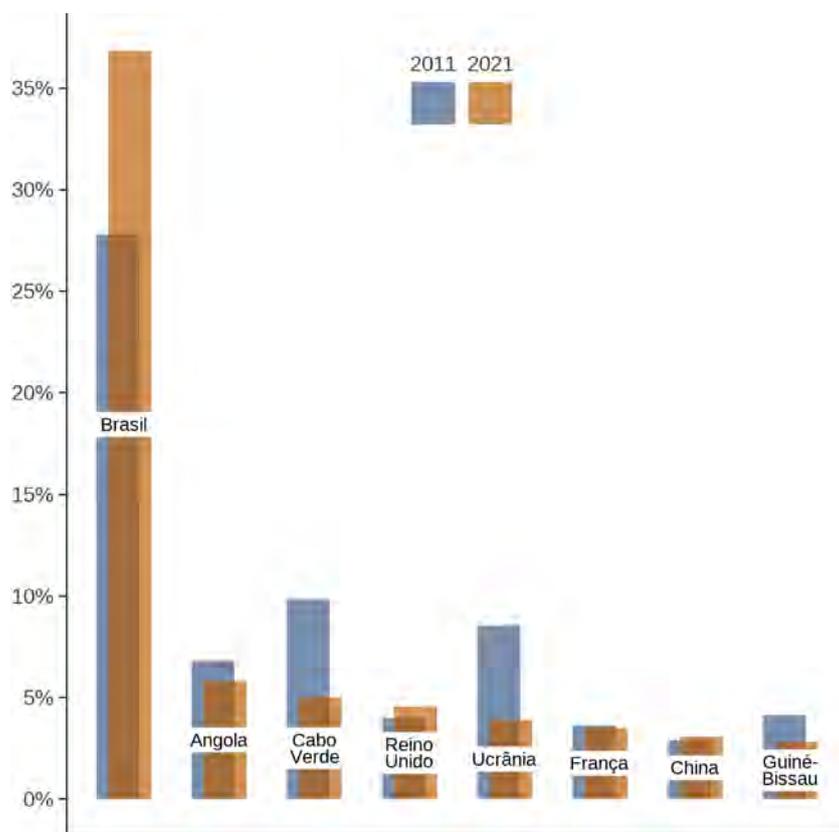
Os nacionais de Cabo Verde, Ucrânia*, Angola e Guiné-Bissau apesar de continuarem a ser das comunidades estrangeiras mais representativas, viram o seu peso relativo diminuir na última década. Em contrapartida, os estrangeiros nacionais do Brasil, Reino Unido e China, reforçaram a sua importância relativa. Destes destaca-se a população de nacionalidade brasileira, que representava, em 2021, 36,8% do total de estrangeiros e que cresceu de forma muito expressiva.

A Região da Área Metropolitana de Lisboa acolhia 46,9% do total de estrangeiros residentes em Portugal, situando-se no extremo oposto a Região Autónoma dos Açores, com 0,6% do total.

*valores referenciados ao dia 19 de abril de 2021 e que que não englobam fluxos posteriores.

População estrangeira residente

Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa que sejam consideradas residentes em Portugal no momento da observação.



População de nacionalidade estrangeira - principais nacionalidades (%), NUTS II, 2011 e 2021

Nota de leitura: Estes são os países com as maiores comunidades estrangeiras em Portugal. O Brasil representa a maior comunidade estrangeira. Em 2021, regista-se um aumento da população estrangeira com origem no Brasil, no Reino Unido e na China, comparando com 2011.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

População residente de nacionalidade estrangeira, total por sexo e principais nacionalidades, NUTS II, 2021

Unidade: Número

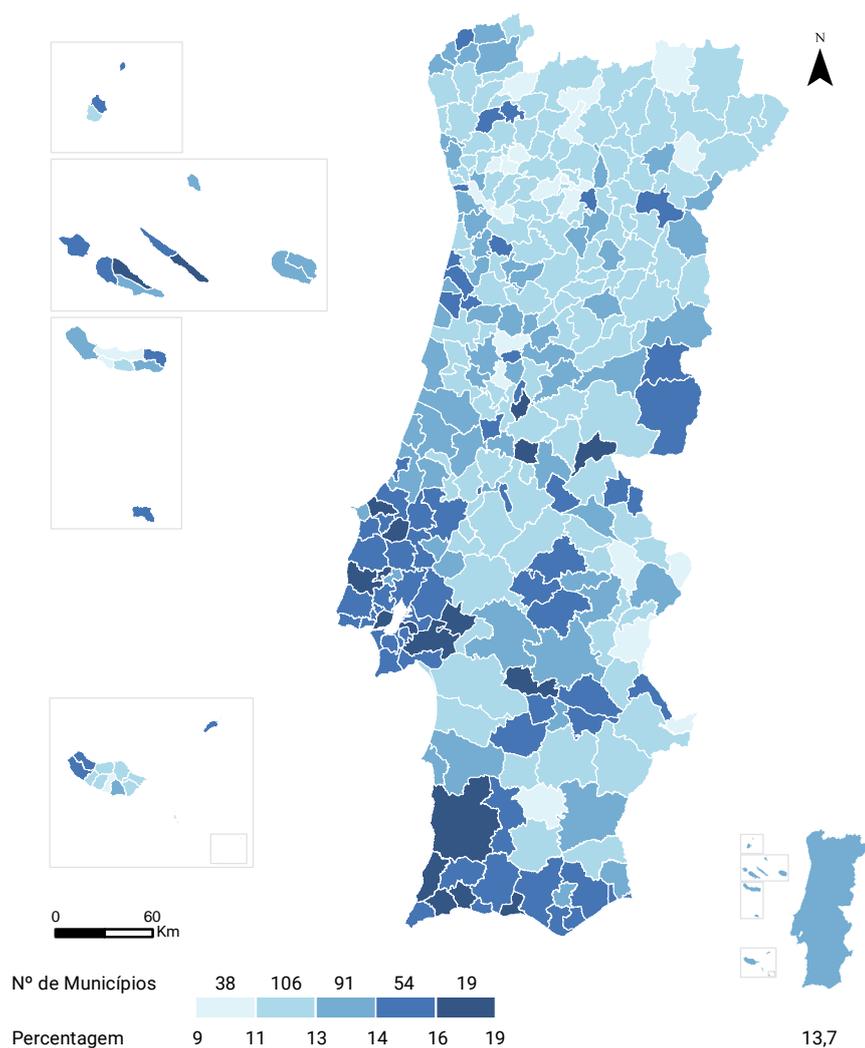
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total*			Principais nacionalidades**							
	HM	H	M	Brasil	Angola	Cabo Verde	Reino Unido	Ucrânia	França	China	Guiné-Bissau
Portugal	542 314	265 652	276 662	199 810	31 556	27 144	24 609	21 199	19 064	16 631	15 298
Norte	92 806	43 535	49 271	48 479	4 302	1 867	1 387	2 623	3 980	3 592	659
Centro	83 811	41 188	42 623	34 120	3 890	1 296	5 262	5 467	3 440	2 281	1 214
AM Lisboa	254 339	122 765	131 574	92 321	21 571	21 887	3 906	7 138	6 695	8 014	12 296
Alentejo	33 032	18 826	14 206	8 885	910	564	963	1 840	564	1 290	228
Algarve	67 945	34 294	33 651	14 694	767	1 376	12 031	3 914	4 045	1 081	868
RA Açores	3 348	1 678	1 670	639	56	126	157	58	130	230	10
RA Madeira	7 033	3 366	3 667	672	60	28	903	159	210	143	23

* Inclui população apátrida

** Nacionalidades com mais de 15 mil residentes

MOBILIDADE TERRITORIAL



População que mudou de residência face a 31/12/2019 (%), Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

13,7% da população residente mudou de residência

A mobilidade territorial observada nos Censos 2021 indica que 13,7% da população mudou de residência, comparativamente a 31 de dezembro de 2019 (1 418 606 indivíduos). Destes, 51,3% mudaram de município, 20,5% alteraram a sua residência dentro da mesma freguesia e 10,3% tinham residência anterior no estrangeiro.

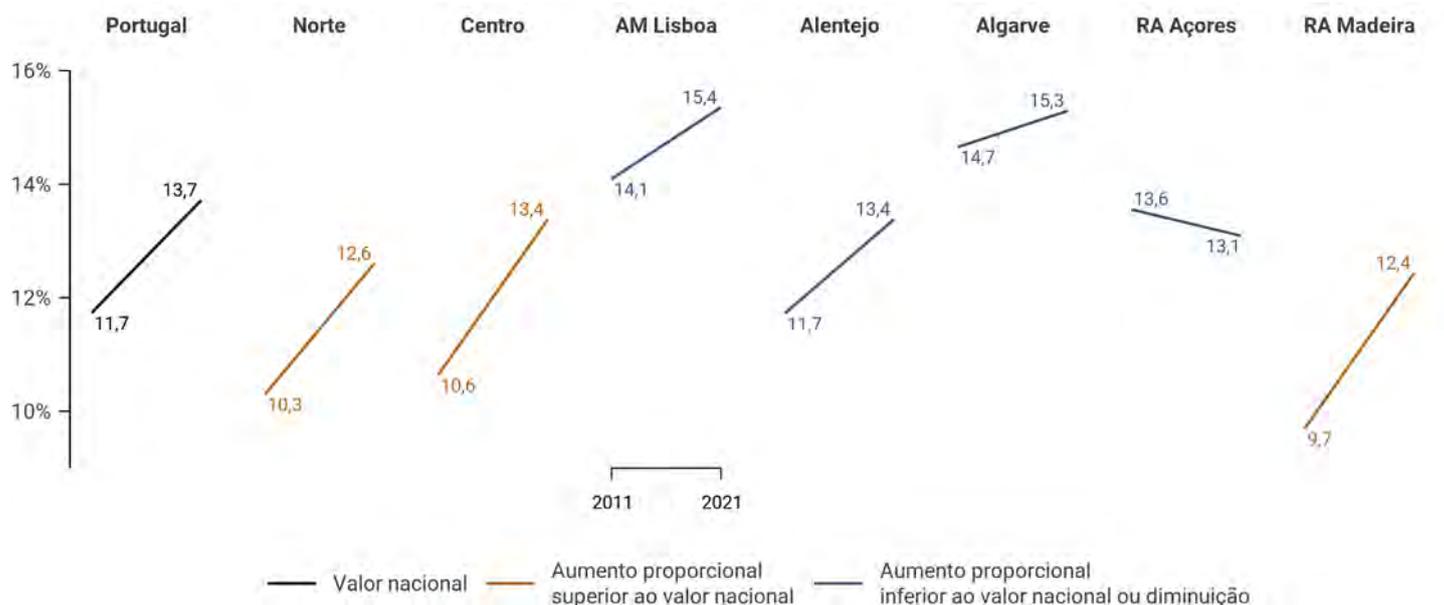
As regiões com maior mobilidade são a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve, com 15,4% e 15,3%, respetivamente. No polo oposto estão a Região Autónoma da Madeira e o Norte, nas quais a percentagem de população que mudou de residência face 31 de dezembro de 2019 é 12,4% e 12,6%.

Na última década, observou-se uma tendência crescente na mobilidade territorial em todo o território, com exceção da Região Autónoma dos Açores, onde a proporção de população que alterou o seu local de residência se reduziu face a 2011.

População que mudou de residência relativamente a um ano antes (%), NUTS II, 2011 e 2021

Nota de leitura: Em 2021, em Portugal, 13,7% da população mudou de residência relativamente a um ano antes, esta percentagem foi de 11,7% em 2011. Nas regiões Norte, Centro e RA Madeira, a variação da percentagem de pessoas que mudou de residência foi superior ao valor nacional.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



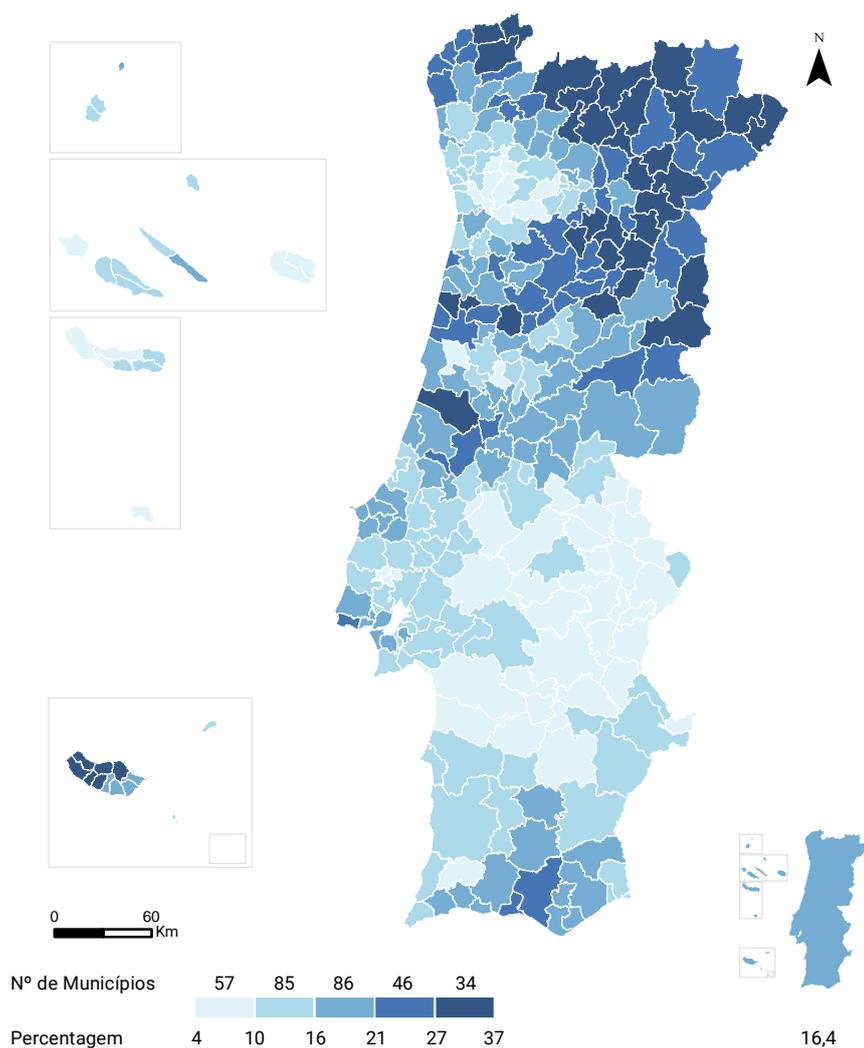
População residente, por residência relativamente a 31/12/2019, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Ainda não tinha nascido	Sem alteração de residência	Alteração de residência			
				Dentro da mesma freguesia	Proveniente de outra freguesia do mesmo município	Proveniente de outro município	Proveniente do estrangeiro
Portugal	10 343 066	98 007	8 826 453	290 260	253 816	728 061	146 469
Norte	3 586 586	32 160	3 102 333	81 951	96 865	230 158	43 119
Centro	2 227 239	19 005	1 910 266	64 372	49 420	154 138	30 038
AM Lisboa	2 870 208	31 006	2 398 524	86 800	72 383	231 524	49 971
Alentejo	704 533	6 419	603 820	26 351	12 010	48 387	7 546
Algarve	467 343	4 657	391 232	19 546	7 858	33 295	10 755
RA Açores	236 413	2 543	202 921	5 774	8 668	15 158	1 349
RA Madeira	250 744	2 217	217 357	5 466	6 612	15 401	3 691

POPULAÇÃO PORTUGUESA QUE JÁ RESIDIU NO ESTRANGEIRO

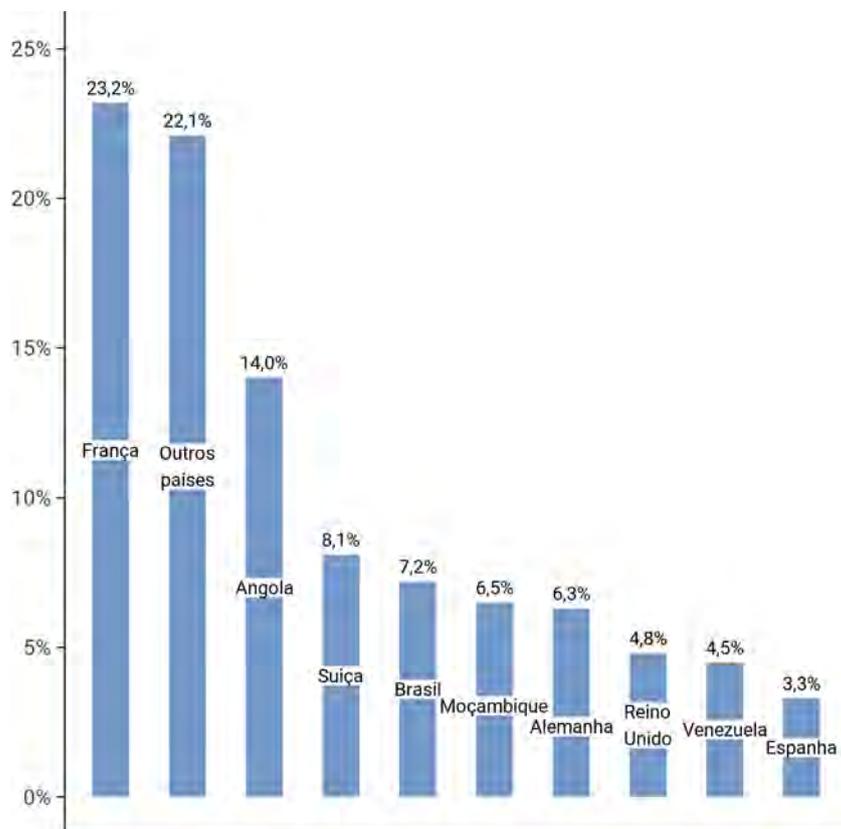


França é o principal país de proveniência dos portugueses que já residiram no estrangeiro

De acordo com os Censos 2021, o número de portugueses que já residiram no estrangeiro, por um período contínuo de pelo menos um ano, e que regressaram a Portugal, é de 1 608 094.

Em termos territoriais, é no interior das regiões Norte e Centro e na Região Autónoma da Madeira que os portugueses que já residiram no estrangeiro estão mais representados.

Os países de proveniência mais representativos são França (23,2%), Angola (14,0%), Suíça (8,1%), Brasil (7,2%), Moçambique (6,5%) e Alemanha (6,3%).



População de nacionalidade portuguesa que já residiu no estrangeiro, por país de proveniência (%), 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

População residente de nacionalidade portuguesa que já residiu no estrangeiro, total por sexo e principais países de proveniência, NUTS II, 2021

Unidade: Número

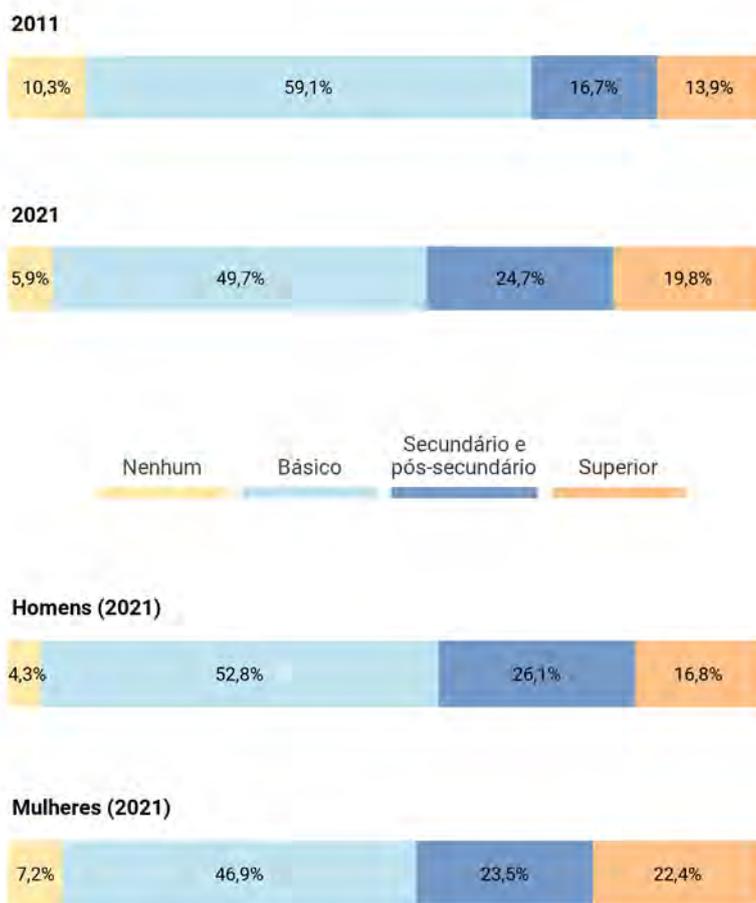
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total			Principais países de proveniência*							
	HM	H	M	França	Angola	Suíça	Brasil	Moçambique	Alemanha	Reino Unido	Venezuela
Portugal	1 608 094	806 163	801 931	372 704	224 597	130 677	115 462	104 722	100 812	77 659	73 096
Norte	531 720	279 224	252 496	178 107	57 513	59 805	33 867	24 527	34 591	16 669	23 360
Centro	408 119	206 190	201 929	123 610	47 493	42 648	20 308	22 591	33 859	12 572	19 581
AM Lisboa	447 223	209 213	238 010	38 331	94 481	14 200	49 490	45 710	18 646	29 533	5 669
Alentejo	70 839	37 015	33 824	12 252	10 596	9 270	3 900	5 563	6 538	4 108	615
Algarve	77 790	37 917	39 873	16 479	10 795	3 818	5 604	4 355	6 470	4 838	2 036
RA Açores	20 692	11 064	9 628	695	1 680	140	1 092	746	251	497	121
RA Madeira	51 711	25 540	26 171	3 230	2 039	796	1 201	1 230	457	9 442	21 714

NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO

População com 15 ou mais anos, por nível de escolaridade completo e sexo (%), 2011-2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



Reforço do nível de escolaridade na população residente em Portugal

Portugal regista uma melhoria no nível de escolaridade na população residente com 15 ou mais anos, com o reforço da população com ensino superior e com o ensino secundário ou pós-secundário.

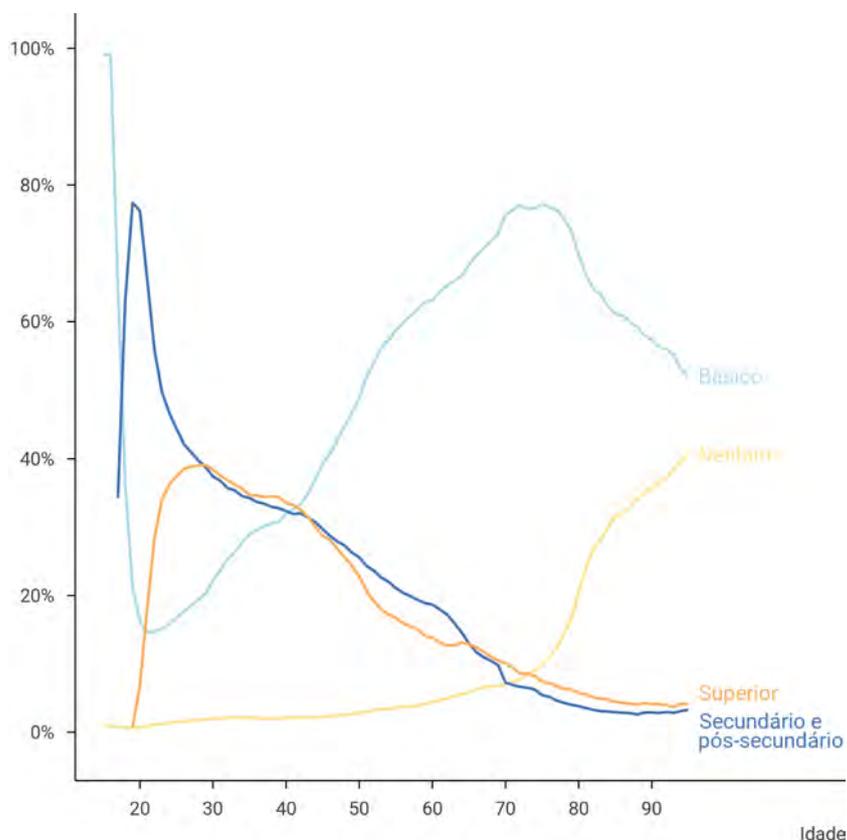
Os Censos 2021 revelam que a população com ensino superior representa 19,8% do total de população com 15 ou mais anos; em 2011, essa proporção era de 13,9%. Também a população com ensino secundário ou pós-secundário progrediu de forma significativa, aumentando de 16,7% em 2011 para 24,7% em 2021.

A análise por sexo permite verificar que as mulheres estão mais representadas no ensino superior, com 22,4%, do que os homens, que registam 16,8%.

Em termos etários, a população mais jovem tem associado um nível de ensino mais elevado, sendo de destacar que a percentagem mais elevada de população com ensino superior se situa nos 30 anos.

Nível de escolaridade completo

Nível de escolaridade mais elevado que foi concluído com êxito ou para o qual se obteve equivalência e que confere um certificado ou um diploma.



População com 15 ou mais anos, por nível de escolaridade completo e idade (%), 2021

Nota de leitura: Entre a população com 30 anos, cerca de 2% não tem nenhuma escolaridade completa, 22% tem o ensino básico, 38% tem o secundário ou pós-secundário e 38% tem o ensino superior.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

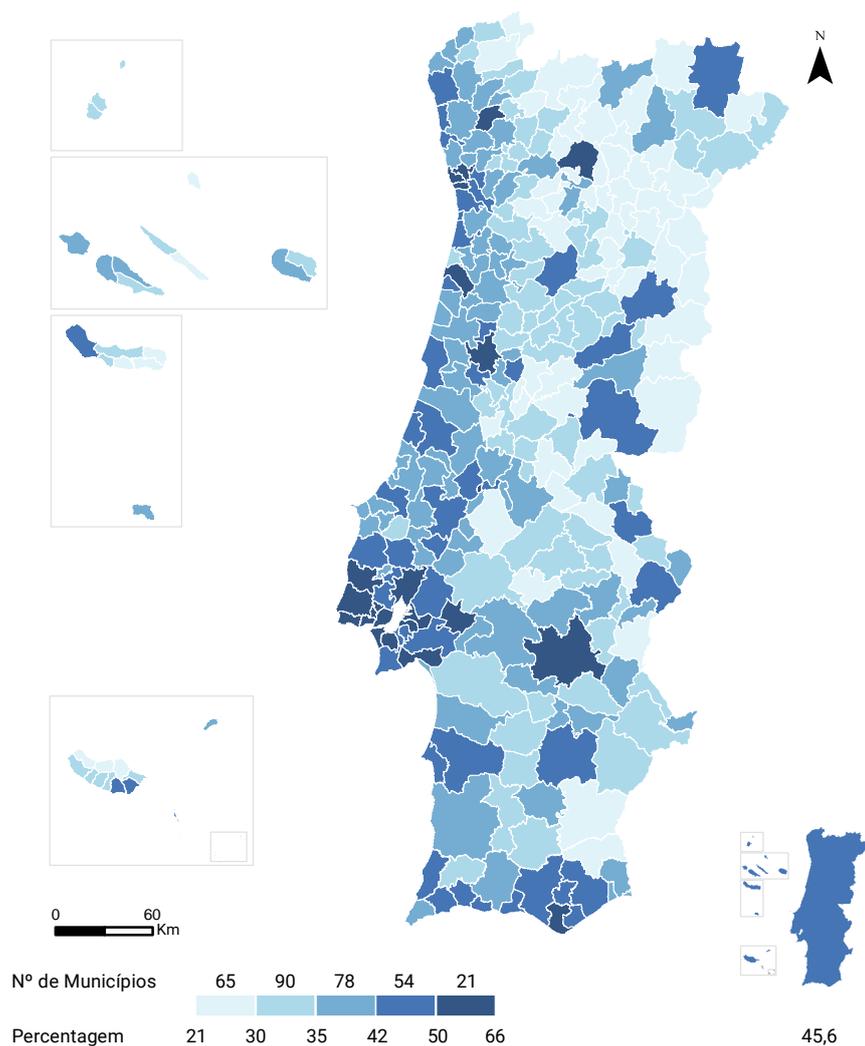
População residente com 15 ou mais anos, por nível de ensino completo, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Nível de ensino						
		Nenhum	Ensino básico			Ensino secundário ou pós-secundário	Ensino superior	
			Total	1º ciclo	2º ciclo			3º ciclo
Portugal	9 011 878	528 088	4 477 240	2 008 075	864 512	1 604 653	2 223 662	1 782 888
Norte	3 146 421	178 244	1 687 052	789 693	356 030	541 329	721 704	559 421
Centro	1 963 840	131 433	1 030 305	500 821	184 795	344 689	459 442	342 660
AM Lisboa	2 458 995	104 934	1 013 885	391 545	175 724	446 616	685 561	654 615
Alentejo	617 394	52 742	324 786	149 409	60 578	114 799	149 315	90 551
Algarve	404 562	31 892	191 553	76 312	33 698	81 543	111 219	69 898
RA Açores	201 860	11 231	116 576	47 165	29 215	40 196	44 406	29 647
RA Madeira	218 806	17 612	113 083	53 130	24 472	35 481	52 015	36 096

POPULAÇÃO COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO



População que completou pelo menos o ensino secundário (%), Município, 2021

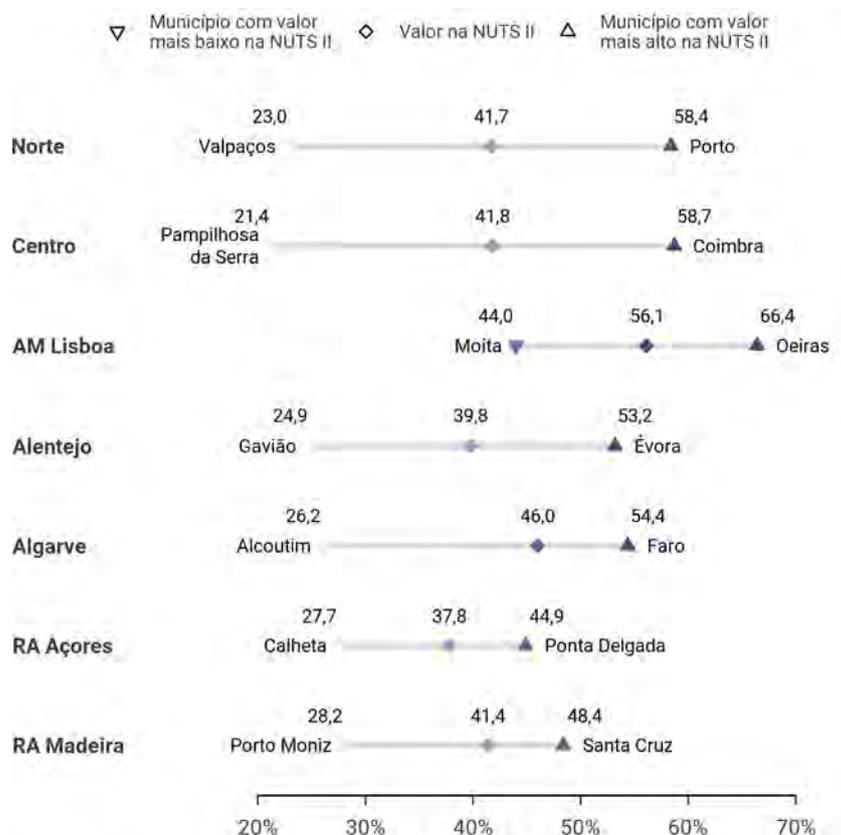
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Aumento significativo da população com pelo menos o ensino secundário

Em 2021, Portugal tinha 3 970 230 indivíduos com mais de 18 anos que completaram pelo menos o ensino secundário ou pós-secundário, o que representa 45,6% da população nessa faixa etária.

A Área Metropolitana de Lisboa é a região onde este valor é mais expressivo (56,1%), registando o município de Oeiras o valor mais elevado do país (66,4%). A Região Autónoma dos Açores e o Alentejo, com valores de 37,8% e 39,8%, são as regiões onde esta proporção é mais baixa.

Da população com pelo menos o ensino secundário ou pós-secundário, 15,6% pertence ao escalão dos 18 aos 24 anos, 75,6% ao escalão dos 25 aos 64 anos e o escalão dos 65 ou mais anos representa apenas 8,9%. De referir que as mulheres revelam valores superiores aos dos homens em todos os escalões etários, totalizando 54,6% da população com pelo menos o ensino secundário completo.



População com 18 ou mais anos que completou pelo menos o ensino secundário (%), NUTS II, 2011 e 2021

Nota de leitura: Em 2021, na região Norte, a proporção da população que completou pelo menos o ensino secundário é de 41,7%. Porto é o município que regista a maior proporção (58,4%), enquanto em Valpaços a proporção é de 23%.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

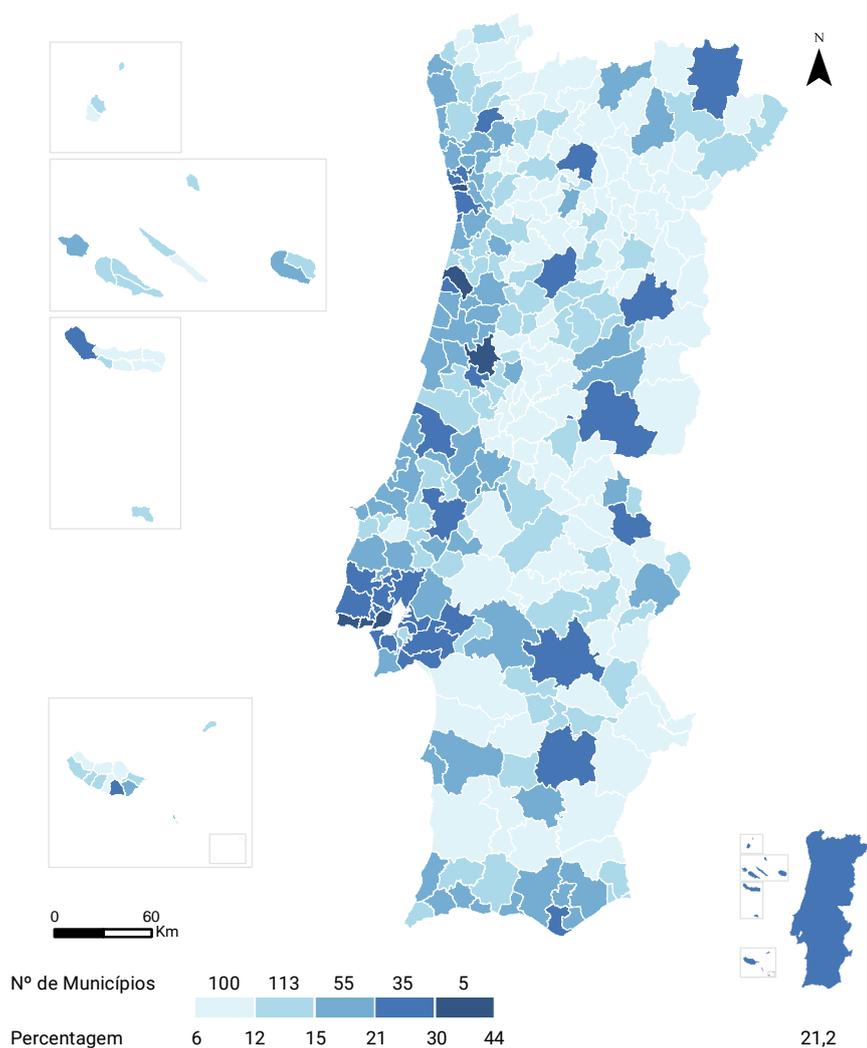
População residente com 18 ou mais anos que completou pelo menos o ensino secundário, por sexo e grupo etário, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total			Grupo etário								
				18 - 24			25 - 64			65 ou mais		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	3 970 230	1 799 593	2 170 637	619 567	300 092	319 475	2 997 989	1 328 920	1 669 069	352 674	170 581	182 093
Norte	1 268 049	574 729	693 320	230 755	111 744	119 011	942 801	417 519	525 282	94 493	45 466	49 027
Centro	795 116	358 534	436 582	128 460	62 754	65 706	600 394	262 940	337 454	66 262	32 840	33 422
A.M. Lisboa	1 329 534	609 897	719 637	172 159	83 204	88 955	1 014 792	458 660	556 132	142 583	68 033	74 550
Alentejo	237 753	107 402	130 351	36 575	18 188	18 387	181 730	79 523	102 207	19 448	9 691	9 757
Algarve	179 588	80 135	99 453	23 139	11 081	12 058	136 983	59 164	77 819	19 466	9 890	9 576
RA Açores	73 147	31 350	41 797	13 000	5 807	7 193	55 083	23 209	31 874	5 064	2 334	2 730
RA Madeira	87 043	37 546	49 497	15 479	7 314	8 165	66 206	27 905	38 301	5 358	2 327	3 031

ENSINO SUPERIOR



População que completou o ensino superior (%), Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

21,2% da população possuía um nível de ensino superior

Segundo os Censos mais recentes, 21,2% da população com 21 ou mais anos de idade possuía como nível de escolaridade o ensino superior completo, correspondendo a um total de 1 782 888 indivíduos.

A licenciatura é o nível de ensino superior mais representativo, com 67,7%, seguindo-se o mestrado, com 21,0%. O nível de doutoramento compreende apenas 3,0% do total da população com ensino superior.

Na distribuição por sexo, os homens estão mais representados nos dois níveis de ensino superior mais elevados (mestrado e doutoramento), e as mulheres têm maior expressão no grau de licenciatura.



População com ensino superior completo, por níveis de ensino e sexo (%), 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Homens



Mulheres



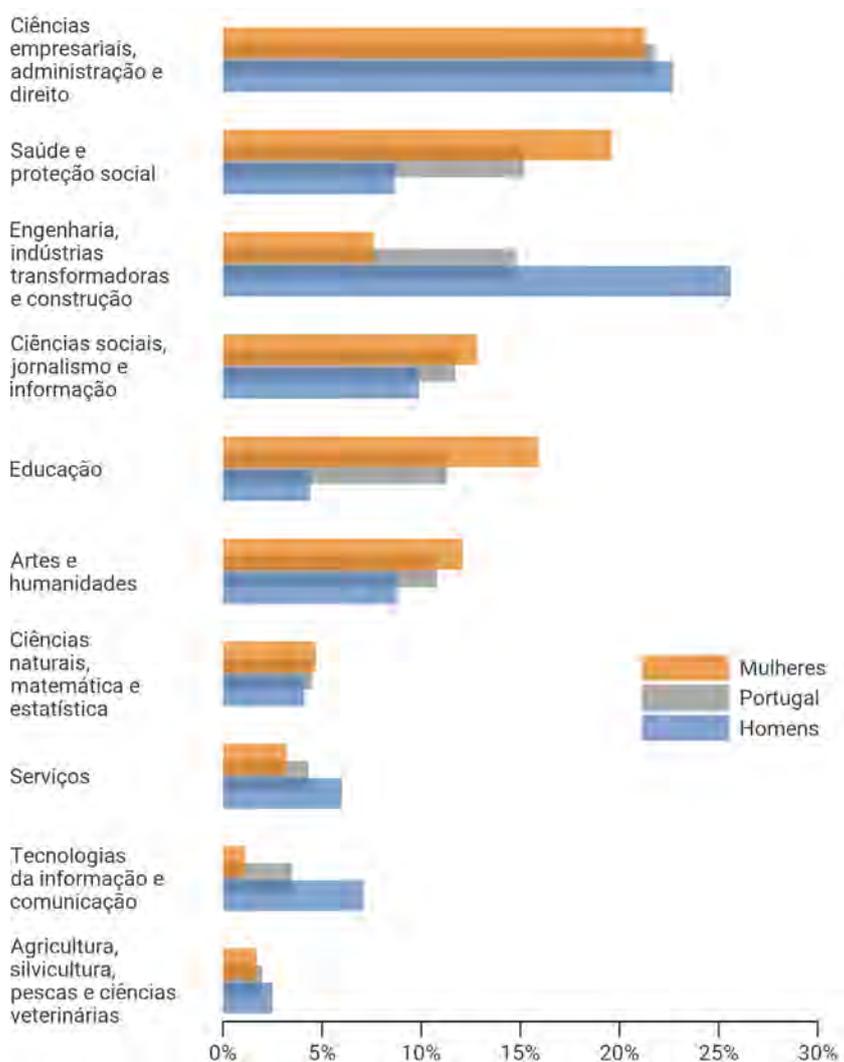
População residente com ensino superior completo, por níveis de ensino superior, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Ensino superior				
		Curso técnico superior profissional	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Portugal	1 782 888	16 542	130 800	1 207 858	374 991	52 697
Norte	559 421	5 697	37 748	378 017	121 777	16 182
Centro	342 660	3 867	26 329	234 742	68 025	9 697
AM Lisboa	654 615	4 599	48 902	433 997	145 758	21 359
Alentejo	90 551	1 023	7 016	65 199	15 304	2 009
Algarve	69 898	585	6 950	48 419	11 873	2 071
RA Açores	29 647	332	1 763	21 197	5 675	680
RA Madeira	36 096	439	2 092	26 287	6 579	699

ENSINO SUPERIOR - ÁREAS DE ESTUDO



População com ensino superior por áreas de estudo e sexo (%), 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

“Ciências empresariais, administração e direito” no topo da escolha das áreas de estudo do ensino superior

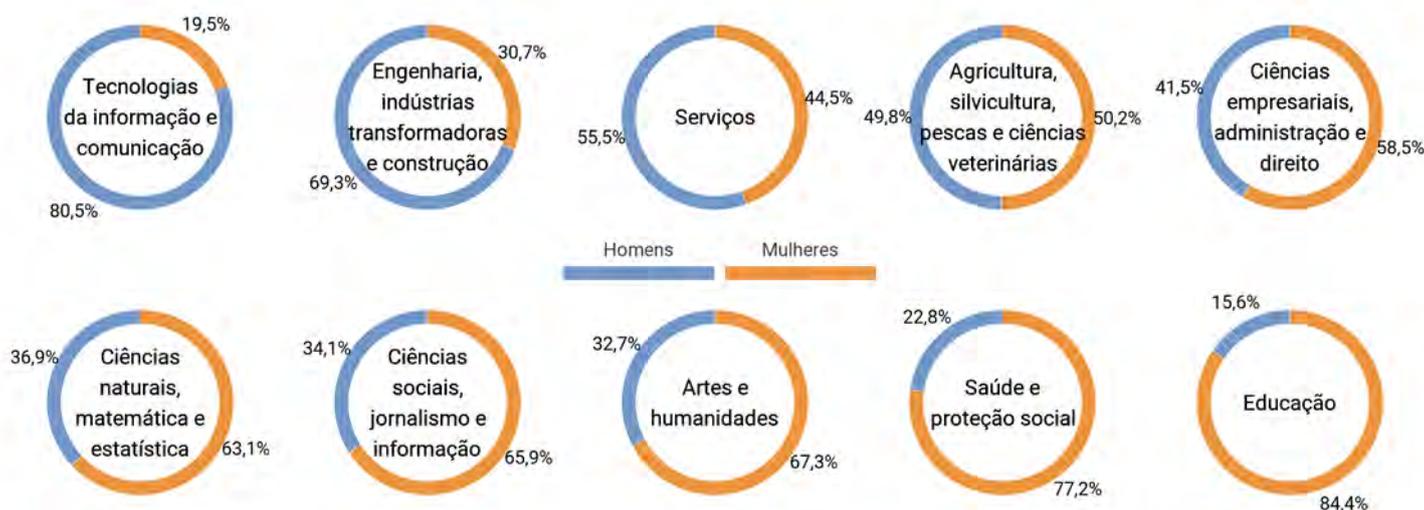
Segundo os Censos 2021, as áreas de estudo do ensino superior mais representativas são “Ciências empresariais, administração e direito” e “Saúde e proteção social”, com 21,8% e 15,2%, respetivamente. Em contrapartida, a área de estudo “Agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias” tem o valor mais baixo, representando apenas 2,0% da população com ensino superior.

A análise por sexo evidencia uma maior expressão das mulheres nas áreas “Educação” e “Saúde e proteção social”, com uma proporção de 84,4% e 77,2%, respetivamente. Os homens, por seu turno, optam predominantemente pelas áreas “Tecnologias da informação e comunicação (TICs)” e “Engenharia, indústrias transformadoras e construção”, onde a sua representação atinge os 80,5% e 68,3%, respetivamente.

No Continente a área de estudo do ensino superior mais representativa é “Ciências empresariais, administração e direito”, enquanto nas Regiões Autónomas essa posição é ocupada pela área “Educação”.

População com ensino superior por áreas de estudo e sexo (%), 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



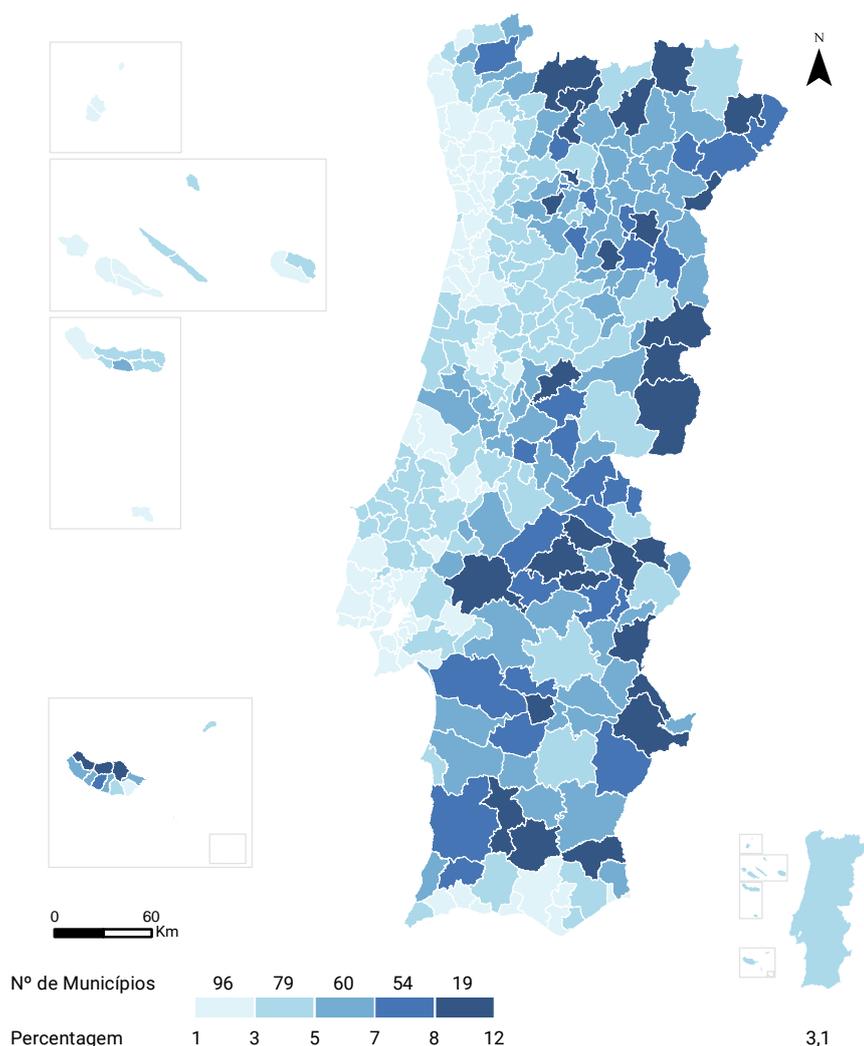
População residente com ensino superior completo, por áreas de estudo, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Áreas de estudo									
		Educação	Artes e humanidades	Ciências sociais, jornalismo e informação	Ciências empresariais, administração e direito	Ciências naturais, matemática e estatística	Tecnologias da informação e comunicação (TICs)	Engenharia, indústrias transformadoras e construção	Agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias	Saúde e proteção social	Serviços
Portugal	1 782 888	201 178	192 833	207 824	389 552	79 870	62 837	263 677	36 432	271 131	77 554
Norte	559 421	72 892	57 342	60 089	112 326	23 208	20 119	87 474	9 210	93 774	22 987
Centro	342 660	46 219	36 827	31 095	67 550	16 509	11 115	52 181	8 395	58 023	14 746
AM Lisboa	654 615	47 578	74 949	92 217	167 084	29 914	25 826	98 072	9 747	81 914	27 314
Alentejo	90 551	13 458	9 135	9 142	16 553	3 784	2 508	10 714	5 837	14 794	4 626
Algarve	69 898	8 660	7 700	7 818	15 357	3 201	1 488	9 178	1 663	10 609	4 224
RA Açores	29 647	5 849	2 655	3 351	4 376	1 660	639	2 752	1 122	5 827	1 416
RA Madeira	36 096	6 522	4 225	4 112	6 306	1 594	1 142	3 306	458	6 190	2 241

ANALFABETISMO



Taxa de analfabetismo, Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

A taxa de analfabetismo em 2021 era de 3,1%

A taxa de analfabetismo registada pelos Censos 2021 foi de 3,1%, correspondente a 292 809 indivíduos com 10 ou mais anos que não sabem ler nem escrever. Face a 2011, verifica-se um decréscimo de 2,1 p.p., ano em que este indicador se situava nos 5,2%.

A distribuição geográfica da taxa de analfabetismo por municípios mostra uma dicotomia entre os municípios do litoral e os do interior, com estes últimos a registarem os valores mais elevados, em resultado do maior envelhecimento.

Na última década, registou-se um decréscimo da taxa de analfabetismo transversal a todas as regiões NUTS II, mantendo-se o Alentejo como a região com o valor mais elevado (5,4%). A Área Metropolitana de Lisboa é a região onde a taxa de analfabetismo tem menor expressão, registando um valor de 2,0%.

A análise por sexo revela que a taxa de analfabetismo nas mulheres (3,1%) é superior em 1,0 p.p. à obtida para os homens (2,1%).

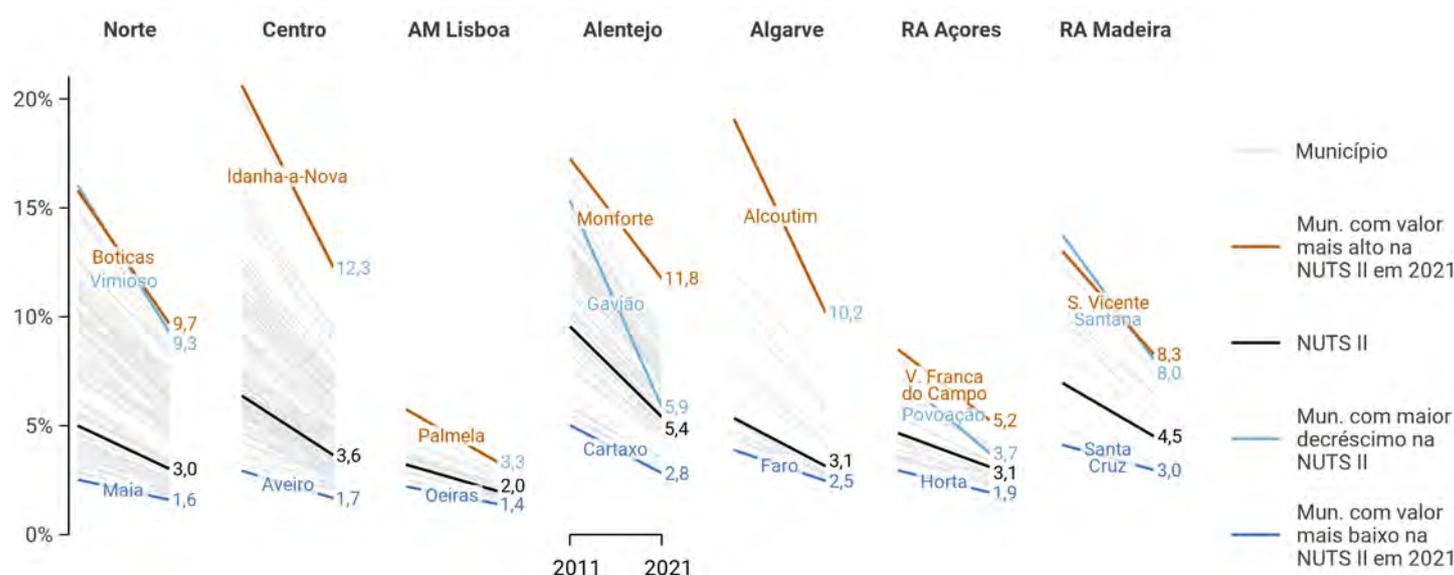
Taxa de analfabetismo

Taxa que traduz o peso da população com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever sobre a população com 10 e mais anos.

Taxa de analfabetismo, NUTS II, 2011 e 2021

Nota de leitura: Na região do Alentejo, a taxa de analfabetismo, em 2021, é de 5,4% (diminuiu em relação a 2011). Nesta região, Monforte apresenta a maior taxa de analfabetismo (11,8%), enquanto o Cartaxo apresenta a menor, 2,8%. Gavião foi o município da região com maior decréscimo na taxa de analfabetismo, na região do Alentejo.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



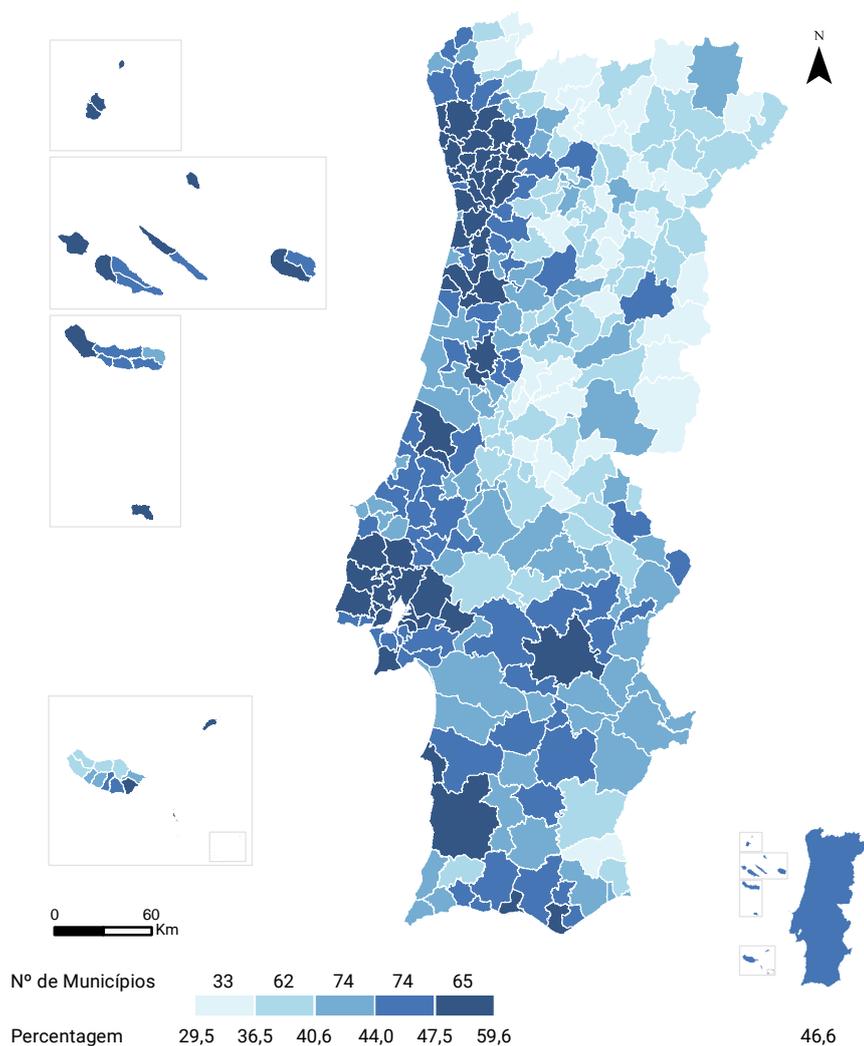
População residente com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever e taxa de analfabetismo, por sexo, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Indivíduos que não sabem ler nem escrever			Taxa de analfabetismo		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	292 809	94 416	198 393	3,1	2,1	4,0
Norte	99 939	31 531	68 408	3,0	2,0	3,9
Centro	75 162	22 552	52 610	3,7	2,3	4,8
AM Lisboa	52 086	15 206	36 880	2,0	1,3	2,7
Alentejo	35 117	12 140	22 977	5,4	3,9	6,8
Algarve	13 409	5 473	7 936	3,1	2,7	3,6
RA Açores	6 663	3 551	3 112	3,1	3,4	2,8
RA Madeira	10 433	3 963	6 470	4,5	3,7	5,2

CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO



Taxa de atividade, Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

A taxa de atividade regista um valor de 46,6%

De acordo com os Censos 2021, a taxa de atividade em Portugal era de 46,6%, valor ligeiramente inferior ao verificado em 2011 (47,6%).

Por NUTS II, destaca-se a Área Metropolitana de Lisboa, onde se regista a taxa de atividade mais elevada (48,0%), seguida da Região Autónoma dos Açores (47,9%). A região do Alentejo (44,6%) e o Centro (44,7%) observaram as taxas de atividade mais baixas.

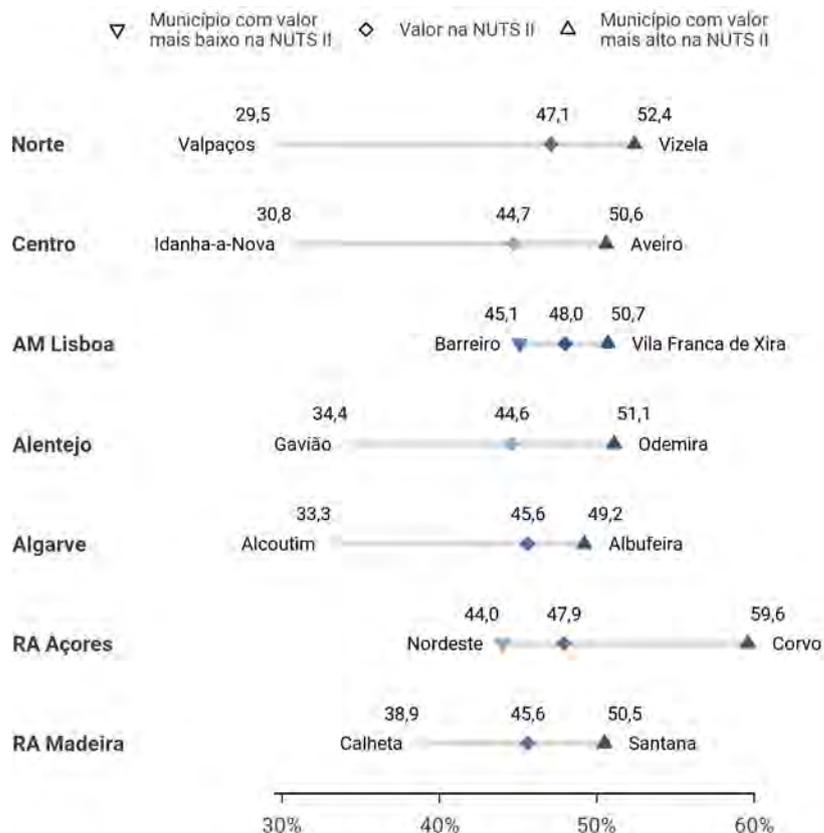
Em 2021, a população não ativa ascendia a 4 193 900 indivíduos, representando 40,5% do total da população residente.

Taxa de atividade

Taxa que define a relação entre a população ativa e a população residente.

População ativa

População com idade mínima de 15 anos que constituía a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).



Taxa de atividade, NUTS II, 2021

Nota de leitura: Em 2021, na região Centro, a taxa de atividade é de 44,7%. Aveiro regista a maior taxa de atividade, da região, com 50,6%, enquanto Idanha-a-Nova regista a menor taxa de atividade (30,8%).

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

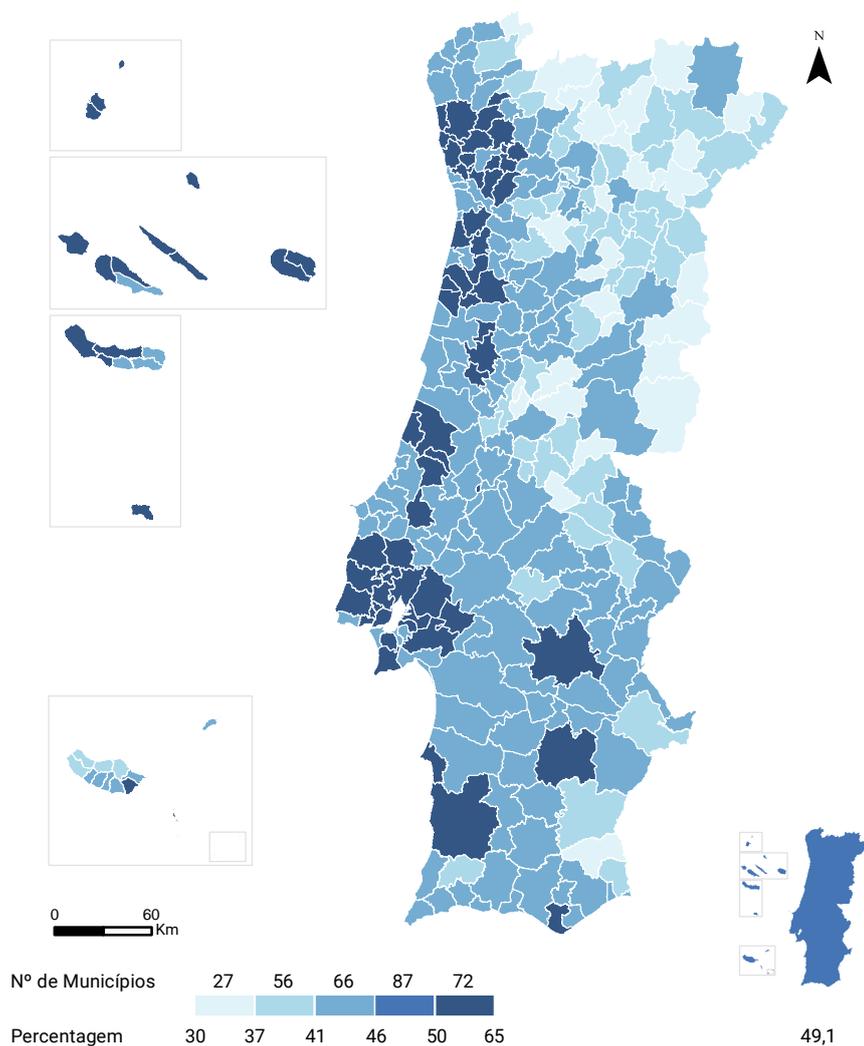
População residente com 15 ou mais anos, por condição perante o trabalho, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	População ativa			População não ativa					
		Total	Empregada	Desempregada	Total	Reformada	Doméstica	Estudante	Incapacitada para o trabalho	Outra situação
Portugal	9 011 878	4 817 978	4 426 461	391 517	4 193 900	2 383 397	304 480	676 812	153 395	675 816
Norte	3 146 421	1 688 814	1 546 569	142 245	1 457 607	817 675	117 283	234 516	56 968	231 165
Centro	1 963 840	996 554	936 569	59 985	967 286	590 252	71 847	141 994	34 534	128 659
AM Lisboa	2 458 995	1 377 766	1 256 872	120 894	1 081 229	591 121	67 403	197 432	31 186	194 087
Alentejo	617 394	313 915	292 269	21 646	303 479	191 632	16 919	41 745	9 673	43 510
Algarve	404 562	213 311	188 144	25 167	191 251	107 207	12 127	27 051	6 252	38 614
RA Açores	201 860	113 166	105 396	7 770	88 694	39 369	9 776	15 664	6 108	17 777
RA Madeira	218 806	114 452	100 642	13 810	104 354	46 141	9 125	18 410	8 674	22 004

TAXA DE EMPREGO



Taxa de emprego, Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Em 2021, a taxa de emprego é de 49,1%.

A taxa de emprego da população com 15 ou mais anos revelada pelos dados dos Censos 2021 para o território nacional era de 49,1%. Em 2011, esse valor era de 48,5%.

Em termos de distribuição geográfica, é na faixa litoral do Continente e na Região Autónoma dos Açores que se registam os valores mais elevados da taxa de emprego.

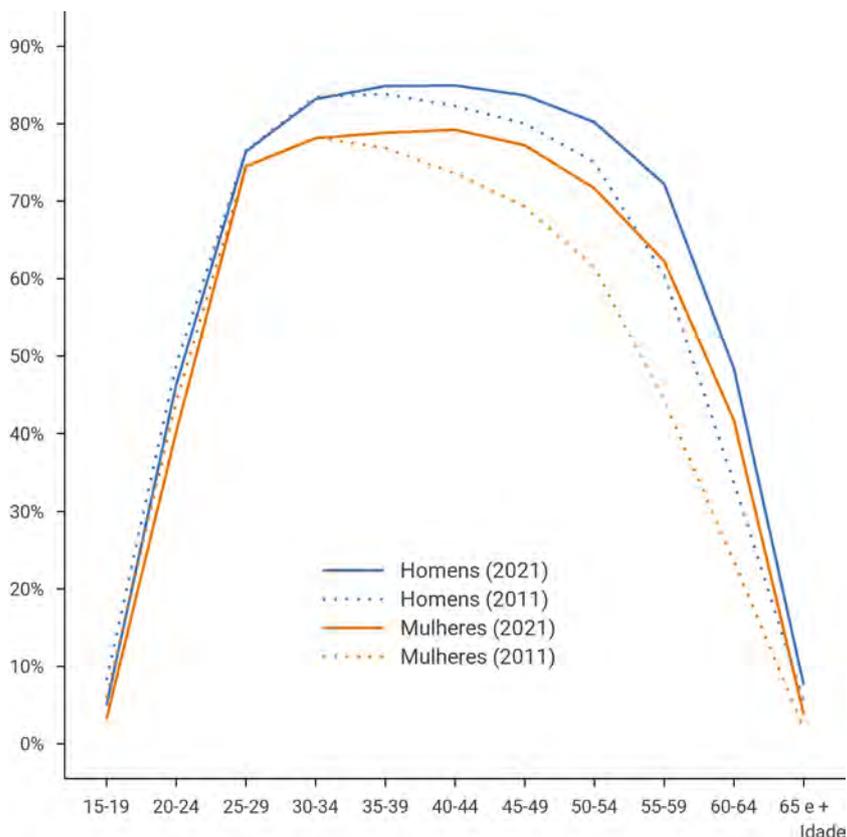
Considerando a distribuição desta taxa por sexo e grupo etário, verifica-se que os homens apresentam taxas de emprego mais elevadas que as mulheres em todos os grupos etários.

Taxa de emprego

Taxa que define a relação entre a população empregada e a população com 15 ou mais anos.

População empregada

População com 15 ou mais anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: tinha trabalhado durante pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar, em dinheiro ou em géneros; tinha um emprego e não estava ao serviço, mas mantinha uma ligação formal com o seu emprego; tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica.



Taxa de emprego, por sexo e idade, 2011 e 2021

Nota de leitura: Na população com idade entre os 35 e os 39 anos, a taxa de emprego das mulheres (homens) é de 78,8% (84,8%). Em 2011, a taxa de emprego para o mesmo grupo etário era inferior, 76,9% para as mulheres e 83,8% para os homens.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

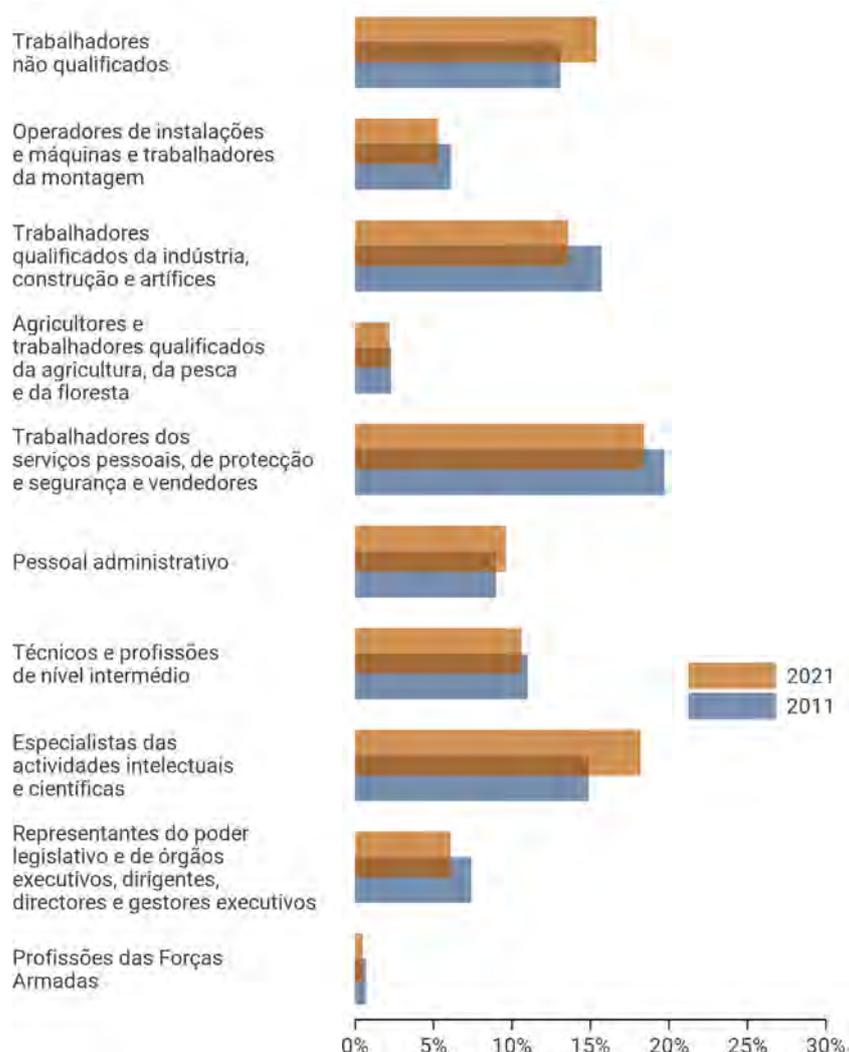
População empregada, por grupo etário e sexo, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Sexo	Total	Grupo etário										
		15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 59	60 - 64	65 e +
HM	4 426 461	21 681	242 572	408 906	452 503	527 573	621 058	640 698	567 017	497 412	315 364	131 677
H	2 256 526	13 483	132 155	208 938	231 537	266 022	309 638	319 740	285 768	251 914	158 501	78 830
M	2 169 935	8 198	110 417	199 968	220 966	261 551	311 420	320 958	281 249	245 498	156 863	52 847

PROFISSÃO



População empregada por profissão (1 dígito), (%), 2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Na última década, o grupo profissional “Especialistas das actividades intelectuais e científicas” reforça a sua importância relativa

Em 2021, os “Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores” (18,4%) e os “Especialistas das actividades intelectuais e científicas” (18,2%) eram os grupos com maior representatividade na população empregada.

As profissões que mais cresceram entre 2011 e 2021 pertencem aos “Especialistas das actividades intelectuais e científicas” (3.3 p.p.), e o maior decréscimo observou-se nos “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” (-2.1 p.p.).

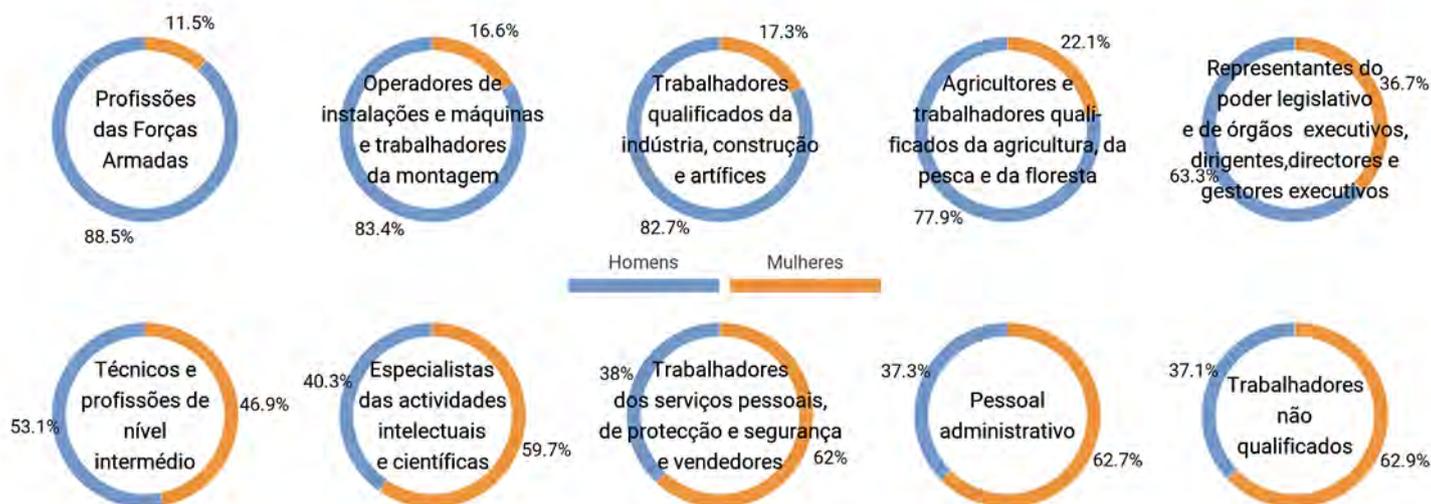
A maior proporção de mulheres regista-se nos grupos profissionais “Trabalhadores não qualificados”, “Pessoal administrativo” e “Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores”, com valores entre os 62,0% e os 62,9%.

Profissão

Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes. (CPP 2010).

População empregada por profissão (1 dígito) e sexo, (%), NUTS II, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



População empregada, por profissão (1 dígito) e sexo, 2021

Unidade: Número

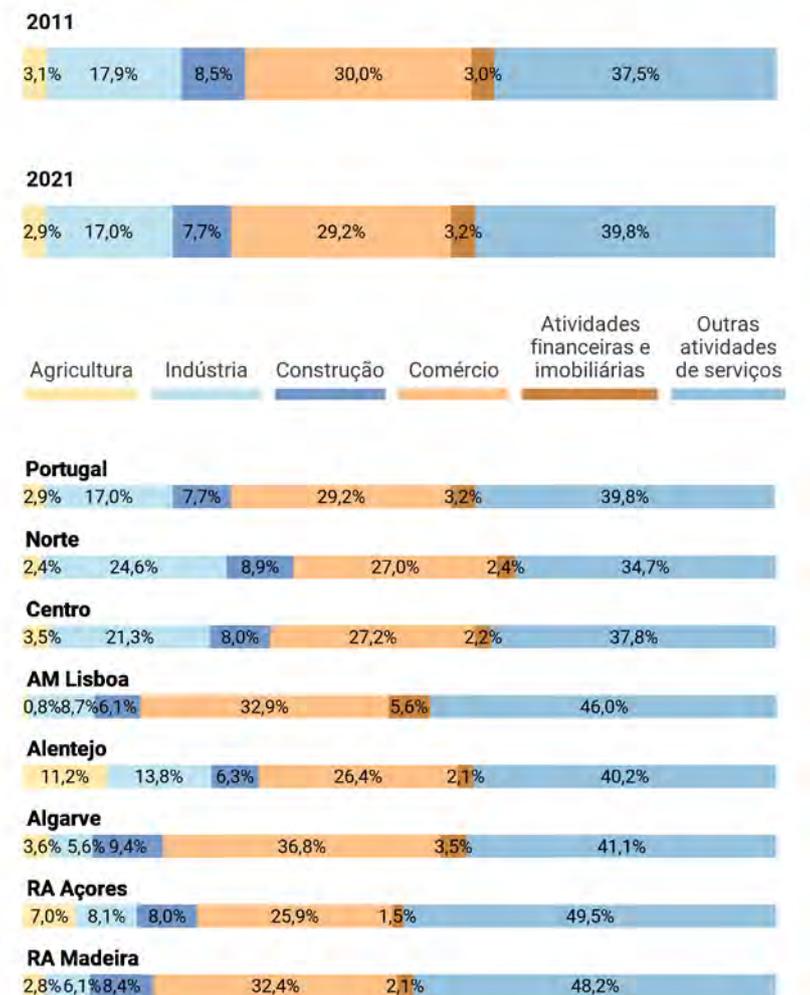
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Profissão	População empregada		
	HM	H	M
Total	4 426 461	2 256 526	2 169 935
Profissões das Forças Armadas	22 768	20 158	2 610
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	268 144	169 661	98 483
Especialistas das actividades intelectuais e científicas	806 691	325 279	481 412
Técnicos e profissões de nível intermédio	469 787	249 539	220 248
Pessoal administrativo	425 704	158 913	266 791
Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	815 650	309 984	505 666
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	97 453	75 903	21 550
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	604 029	499 376	104 653
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	232 985	194 348	38 637
Trabalhadores não qualificados	683 250	253 365	429 885

SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA

População empregada por setor de atividade económica (%), NUTS II, 2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



“Outras atividades e serviços” é a atividade económica preponderante em Portugal

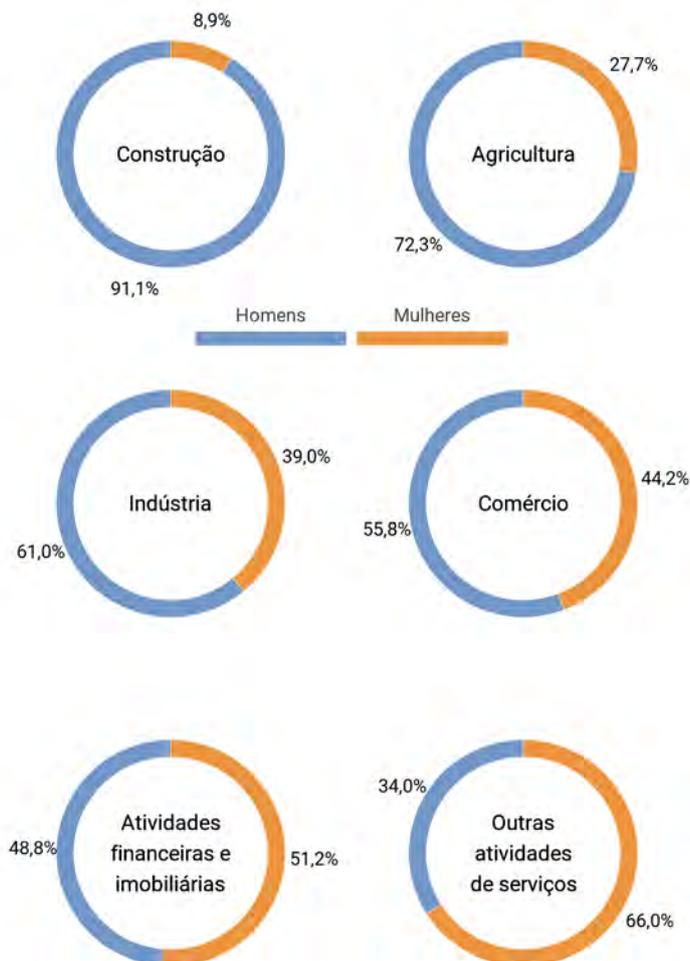
Em 2021, as “Outras atividades e serviços” representa 39,8% do conjunto das atividades económicas exercidas pela população empregada.

Na última década, as atividades “Agricultura”, “Indústria” e “Construção” perderam importância relativa, enquanto as “Outras atividades e serviços” e as “Atividades financeiras e imobiliárias” reforçaram o seu peso na população empregada.

Nas atividades económicas consideradas, algumas são maioritariamente desempenhadas por homens, sendo que aquela que envolve mais elementos do sexo masculino é a “Construção” (91,1%). Quanto às mulheres, é nas “Outras atividades de serviços” que estão mais representadas.

Ramo de atividade económica

Tipo de produção ou atividade económica desenvolvida pela empresa/estabelecimento onde o indivíduo exerce/exerceu a sua profissão. (CAE Rev 3.)



População empregada, por setor de atividade económica e sexo (%), 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

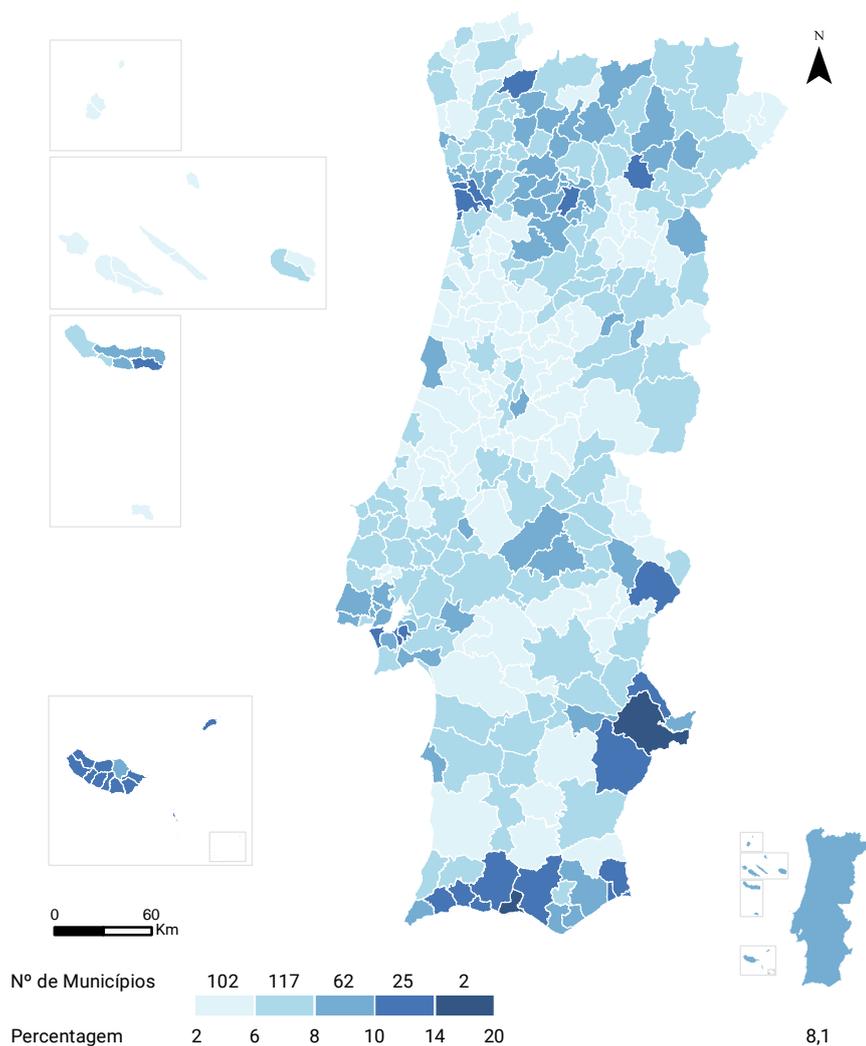
População empregada, por setor de atividade económica, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Atividade económica					
		Agricultura (Secção A)	Indústria (Secção B-E)	Construção (Secção F)	Comércio (Secção G-J)	Atividades financeiras e imobiliárias (Secção K-L)	Outras atividades de serviços (Secção M-U)
Portugal	4 426 461	130 145	754 360	342 138	1 292 463	143 576	1 763 779
Norte	1 546 569	37 080	380 646	138 007	417 611	36 520	536 705
Centro	936 569	33 247	199 149	75 136	254 801	20 196	354 040
AM Lisboa	1 256 872	10 016	108 887	76 136	413 887	70 380	577 566
Alentejo	292 269	32 784	40 397	18 395	77 089	6 117	117 487
Algarve	188 144	6 750	10 588	17 632	69 206	6 623	77 345
RA Açores	105 396	7 419	8 513	8 386	27 301	1 626	52 151
RA Madeira	100 642	2 849	6 180	8 446	32 568	2 114	48 485

DESEMPREGO

**Taxa de desemprego, Município, 2021**

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

A população jovem apresenta taxas de desemprego mais elevadas

À data dos Censos 2021, encontravam-se na situação de desemprego 391 517 indivíduos, valor que corresponde a uma taxa de desemprego de 8,1%.

Em termos geográficos, as taxas de desemprego mais elevadas registavam-se na Região Autónoma da Madeira e em alguns municípios do interior do Alentejo e no Algarve.

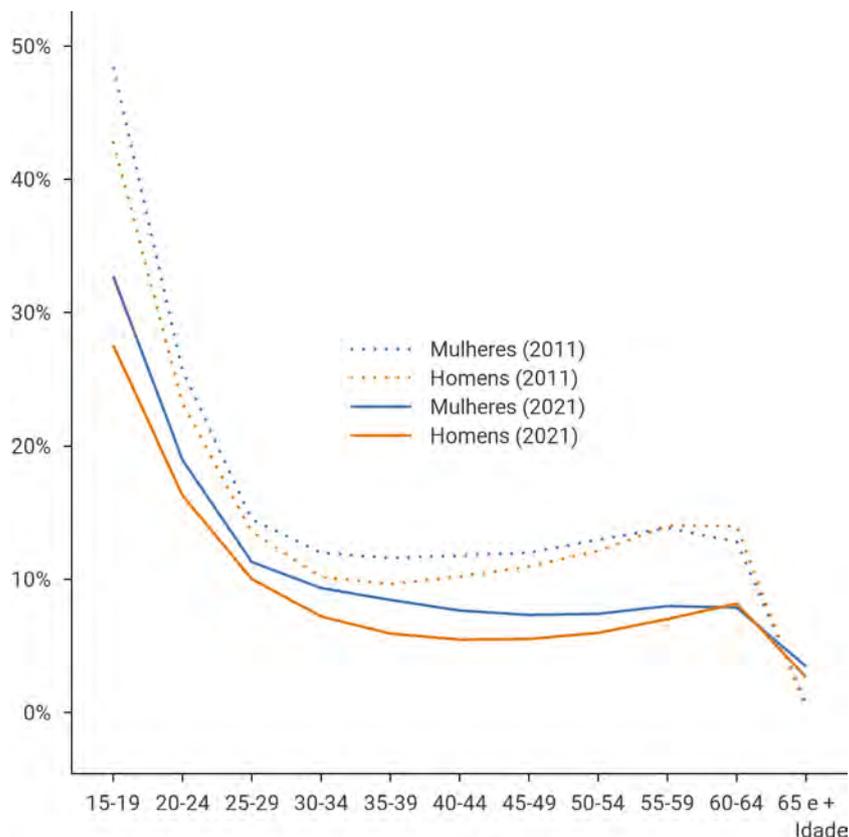
A análise por sexo revela que as mulheres têm taxas de desemprego superiores à dos homens em todos os grupos etários. A análise por idades mostra que a população mais jovem (até aos 25 anos) é a que regista valores mais elevados de desemprego.

Taxa de desemprego

Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população em idade ativa.

População desempregada

População com 15 ou mais anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente, nas seguintes situações: sem trabalho, ou seja, sem emprego, remunerado ou não; disponível para trabalhar num trabalho, remunerado ou não, na semana de referência ou nas duas semanas seguintes; à procura ativa de trabalho, ou seja, tenha feito diligências nas últimas quatro semanas para encontrar um emprego, remunerado ou não.



Taxa de desemprego por idade e sexo, 2011 e 2021

Nota de leitura: Entre a população com idade entre os 35 e os 39 anos, a taxa de desemprego das mulheres (8,5%) é superior à dos homens (5,9%). Em 2011, a taxa de desemprego para o mesmo grupo etário também é mais elevada nas mulheres (11,6%) do que nos homens (9,6%).

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

População desempregada com 15 ou mais anos por grupo etário, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Grupo etário (anos)					
		15 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 54	55-64	65 ou mais
Portugal	391 517	60 683	89 537	84 663	84 715	67 873	4 046
Norte	142 245	21 777	30 165	29 020	31 941	27 852	1 490
Centro	59 985	9 199	13 277	13 140	12 785	10 803	781
AM Lisboa	120 894	18 508	29 526	27 301	25 532	18 876	1 151
Alentejo	21 646	3 543	4 753	4 705	4 571	3 810	264
Algarve	25 167	3 770	6 109	5 664	5 485	3 871	268
RA Açores	7 770	1 686	2 228	1 727	1 387	721	21
RA Madeira	13 810	2 200	3 479	3 106	3 014	1 940	71

EMPREGO E DESEMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

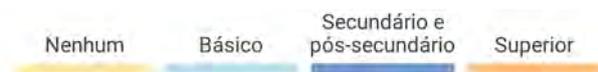
População empregada, por nível de escolaridade completo e sexo, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

**Ensino básico era a escolaridade mais representada quer para a população empregada quer para a desempregada**

Segundo os Censos 2021, dos 4 426 461 indivíduos que constituíam a população empregada, a maior parte (37,6%), tinha o ensino básico completo. Por sexo, as diferenças são significativas. No caso das mulheres empregadas, 37,0% tinha o ensino superior, enquanto nos homens, o valor para esse grau de ensino, era de apenas 23,8%.

Considerando os 391 517 indivíduos que constituíam a população desempregada, o nível de escolaridade com maior representação era o ensino básico com 42,4%. O ensino superior era o nível de ensino detido por 18,2% da população desempregada (21,0% no caso das mulheres e 15% nos homens). A distribuição por sexo mostra que o ensino básico era o que mais se destacava em ambos os sexos (46,6% para homens e 38,9% para mulheres). O ensino superior era o grau detido por 21,0% das mulheres em situação de desemprego, enquanto nos homens esse valor era de 15,0%.



População desempregada, por nível de escolaridade completo e sexo, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Total



Homens



Mulheres



População com 15 ou mais anos, por condição perante o trabalho e nível de escolaridade e sexo, 2021

Unidade: Número

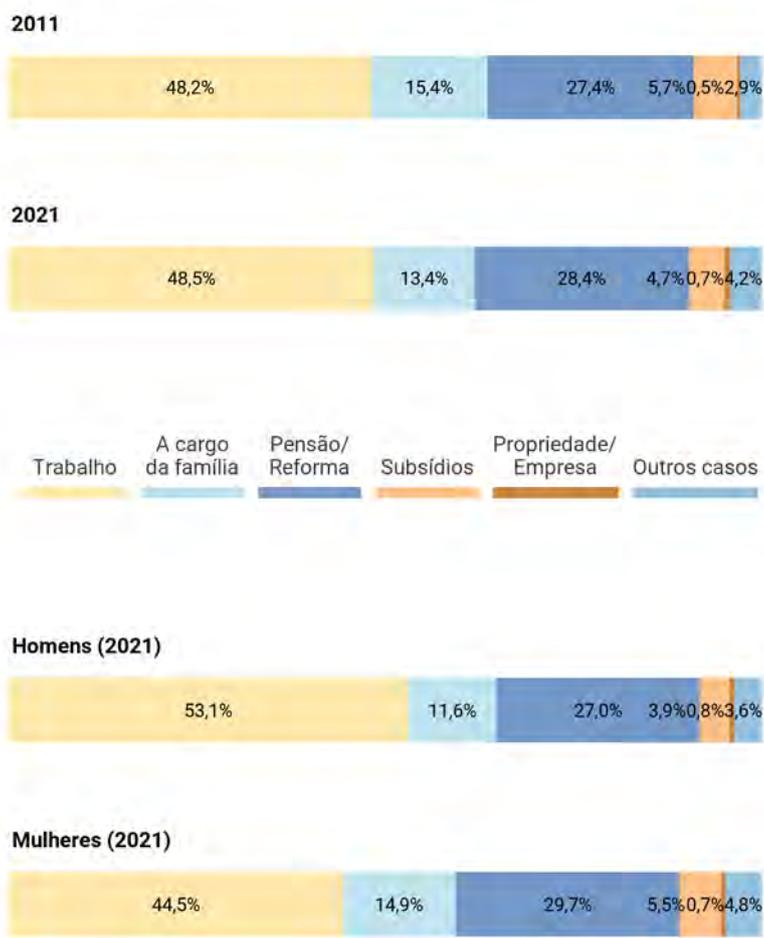
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Nível de escolaridade	População empregada			População desempregada			População não activa		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Total	4 426 461	2 256 526	2 169 935	391 517	178 942	212 575	4 193 900	1 802 508	2 391 392
Sem nível de ensino	42 064	23 476	18 588	14 454	6 463	7 991	471 570	152 224	319 346
Ensino Básico 1º ciclo	387 984	222 807	165 177	37 667	18 750	18 917	1 582 424	663 560	918 864
Ensino Básico 2º ciclo	475 695	292 477	183 218	45 293	23 839	21 454	343 524	161 161	182 363
Ensino Básico 3º ciclo	800 846	465 801	335 045	83 086	40 731	42 355	720 721	349 799	370 922
Ensino Secundário/pós-secundário	1 379 164	715 152	664 012	139 582	62 363	77 219	704 916	326 591	378 325
Ensino Superior	1 340 708	536 813	803 895	71 435	26 796	44 639	370 745	149 173	221 572

FONTE DE RENDIMENTO

População com 15 anos e mais, por principal fonte de rendimento e sexo, 2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



O trabalho mantém-se como a principal fonte de rendimento

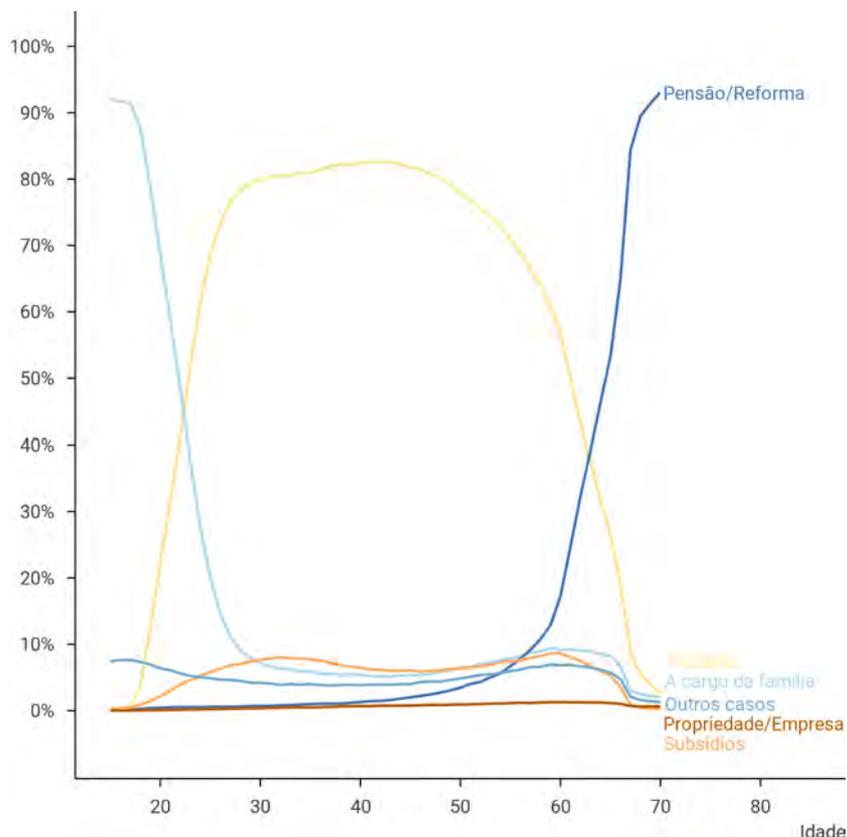
Na última década, o posicionamento relativo das principais fontes de rendimento da população não sofreu alterações significativas. Em 2021, o trabalho era a principal fonte de rendimento para 48,5% da população com 15 ou mais anos.

A análise por sexo mostra algumas diferenças, particularmente evidentes para a fonte de rendimento "Trabalho", com valores de 53,1% para os homens e de 44,5% para as mulheres. Por sua vez, as categorias "Reforma" e "A cargo da família" registaram valores mais elevados na população do sexo feminino.

A análise da principal fonte de rendimento por idade revela um padrão expectável, tendo em consideração as idades para entrada e saída do mercado de trabalho.

Fonte de rendimento

Fonte principal de onde o indivíduo retira os seus meios financeiros ou em géneros necessários à sua subsistência, durante o período de referência



População com 15 anos e mais, por principal fonte de rendimento e idade, 2021

Nota de leitura: Entre a população com 30 anos, 80% tem como principal fonte de rendimento o trabalho, 7,2% está a cargo da família, 7,6% vive de subsídios e 0,3% dos indivíduos têm rendimentos principalmente provenientes de propriedade ou de empresa. Para os restantes 4,9% o rendimento vem de outras categorias.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

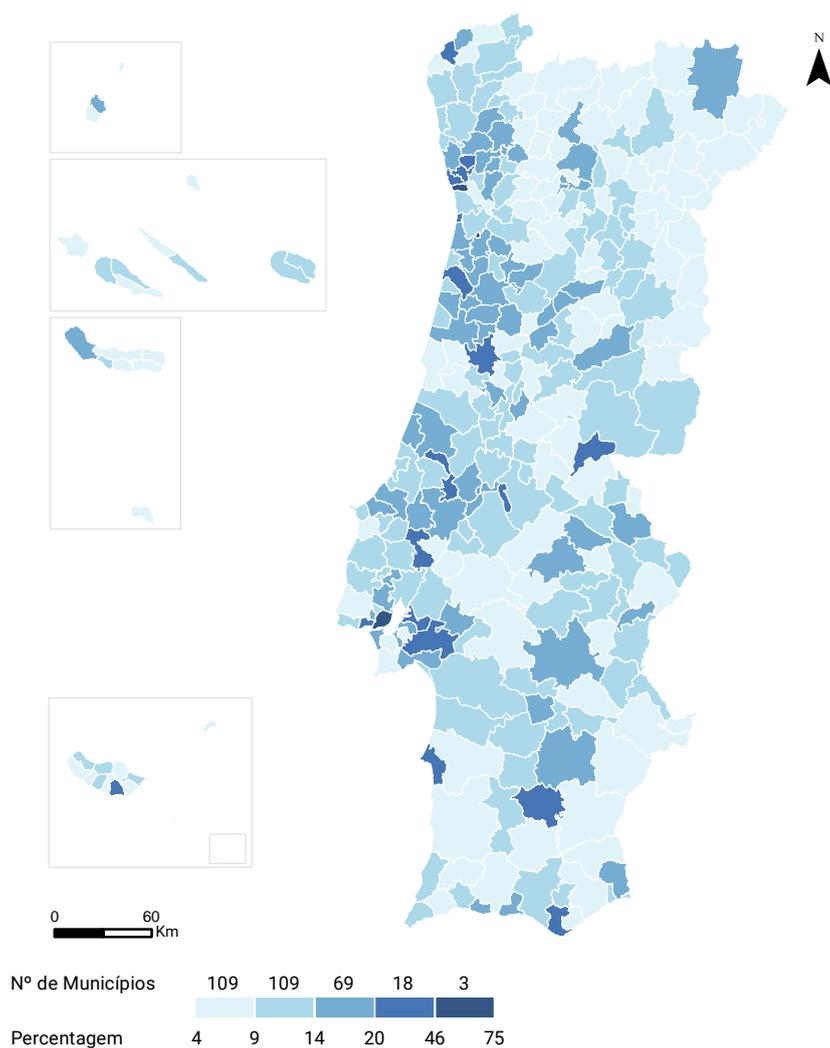
População com 15 ou mais anos, por principal fonte de rendimento, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Fonte de rendimento					
		Rendimento do trabalho	Pensão / Reforma	Rendimento de propriedade / empresa	Subsídios temporários (desemprego, RSI, ...)	A cargo da família	Outra
Portugal	9 011 878	4 375 176	2 562 597	63 503	425 341	1 204 540	380 721
Norte	3 146 421	1 525 926	882 672	19 608	157 670	425 302	135 243
Centro	1 963 840	923 816	632 757	11 058	72 835	243 631	79 743
AM Lisboa	2 458 995	1 246 102	629 171	21 379	116 225	346 341	99 777
Alentejo	617 394	289 001	204 330	3 620	26 661	71 052	22 730
Algarve	404 562	189 028	113 335	4 966	25 821	50 870	20 542
RA Açores	201 860	102 634	46 182	1 259	12 049	31 408	8 328
RA Madeira	218 806	98 669	54 150	1 613	14 080	35 936	14 358

LOCAL DE TRABALHO



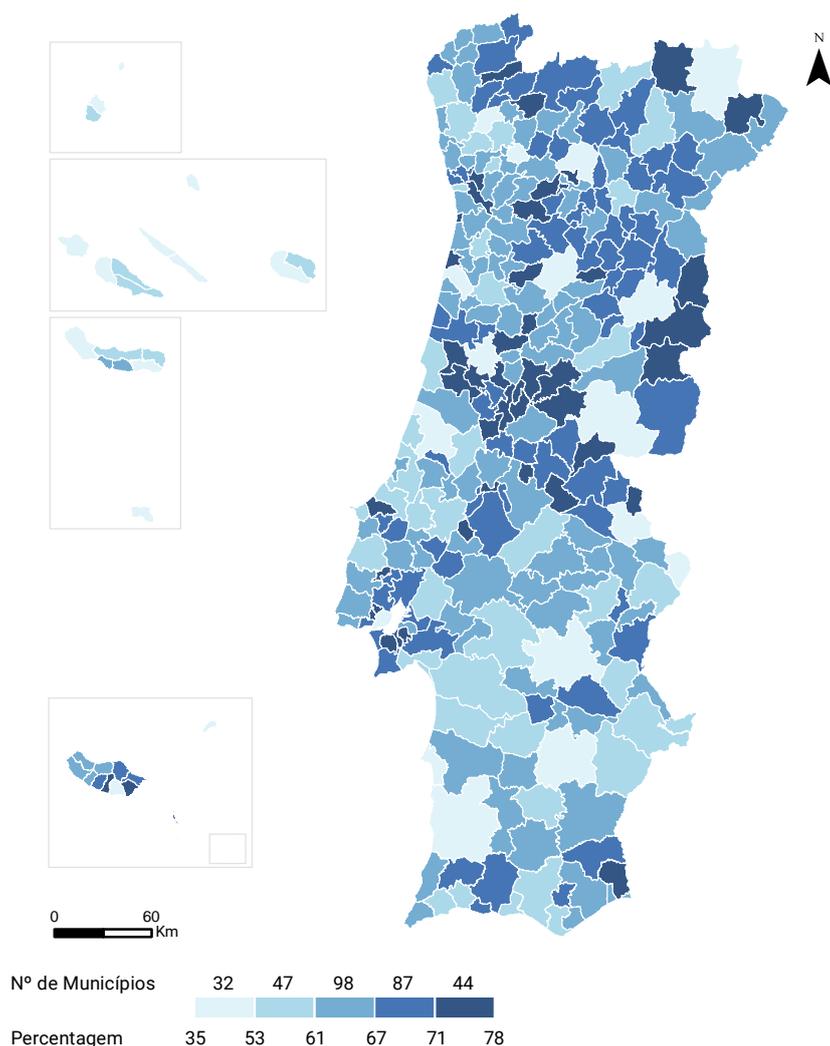
População que entra no município para trabalhar ou estudar (%), Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

A maioria da população trabalha ou estuda no município de residência

De acordo com os Censos 2021, dos 6 185 478 indivíduos que trabalhavam ou estudavam, 3,8% fazia-o a partir de casa, 90,6% deslocava-se, mas no território nacional (na mesma freguesia da residência, para outra freguesia do mesmo município ou para outro município), 1,4% deslocava-se para o estrangeiro e 4,2% não tinha local fixo de trabalho ou estudo.

Nas regiões Centro, Alentejo e Algarve, predominavam as situações em que o local de trabalho ou estudo coincidia com a freguesia de residência, correspondentes a, respetivamente, 35,7%, 46,8% e 48,7%. Na região Norte (32,1%) e nas regiões Autónomas da Madeira (32,3%) e dos Açores (44,1%), têm maior expressão as deslocações para outra freguesia do mesmo município por motivos de trabalho ou estudo. Na Área Metropolitana de Lisboa, a maior percentagem (38,5%) estudava ou exercia a sua profissão noutra município.



Proporção da população que sai do município para trabalhar ou estudar, Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

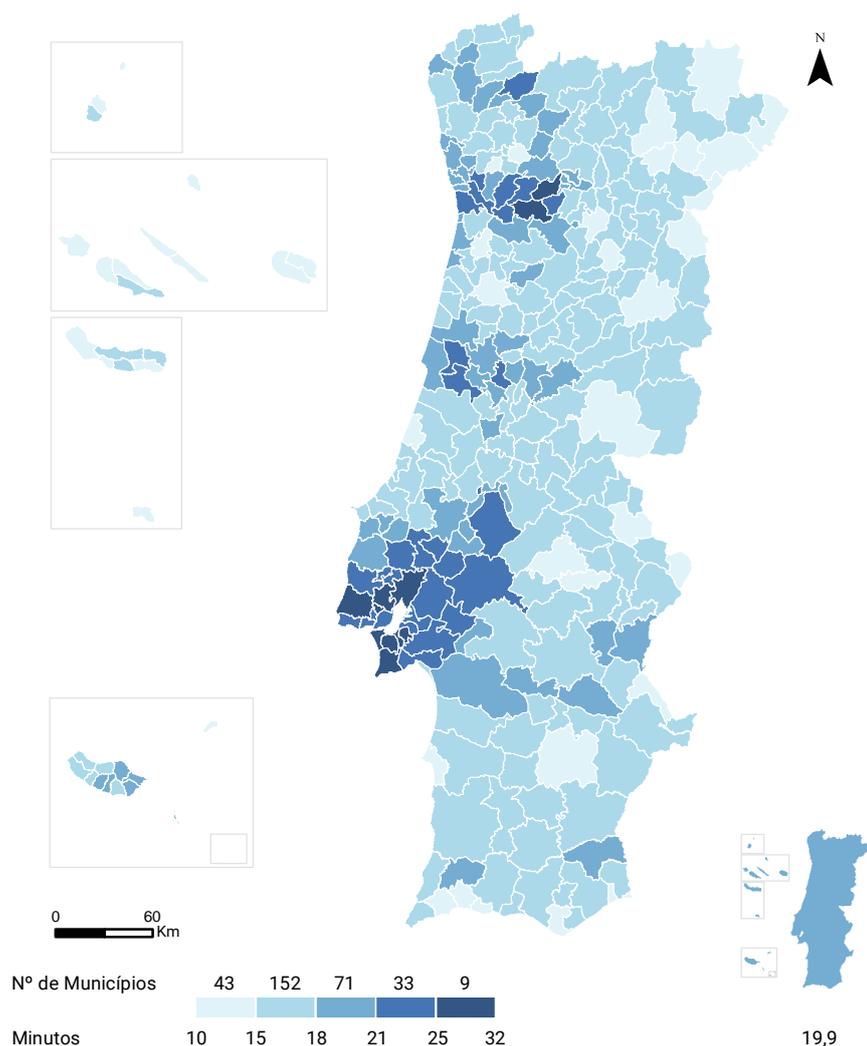
População residente que trabalha ou estuda, por local de trabalho ou estudo, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Local de trabalho/estudo					Sem local fixo
		Em casa	Na freguesia de residência	Noutra freguesia do município de residência	Noutro município	No estrangeiro	
Portugal	6 185 478	232 035	1 914 328	1 736 899	1 955 481	88 676	258 059
Norte	2 141 732	72 114	577 418	688 138	674 383	38 769	90 910
Centro	1 295 938	41 327	463 146	358 504	360 264	16 198	56 499
AM Lisboa	1 783 647	90 353	464 501	445 770	687 014	24 372	71 637
Alentejo	404 699	11 809	189 438	82 517	101 696	3 888	15 351
Algarve	265 659	9 141	129 350	49 565	62 243	2 924	12 436
RA Açores	148 393	3 521	45 478	65 433	27 737	685	5 539
RA Madeira	145 410	3 770	44 997	46 972	42 144	1 840	5 687

DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES



Duração média dos movimentos pendulares, Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

A maioria da população que se deslocava por motivos de trabalho ou estudo demorava menos de 15 minutos

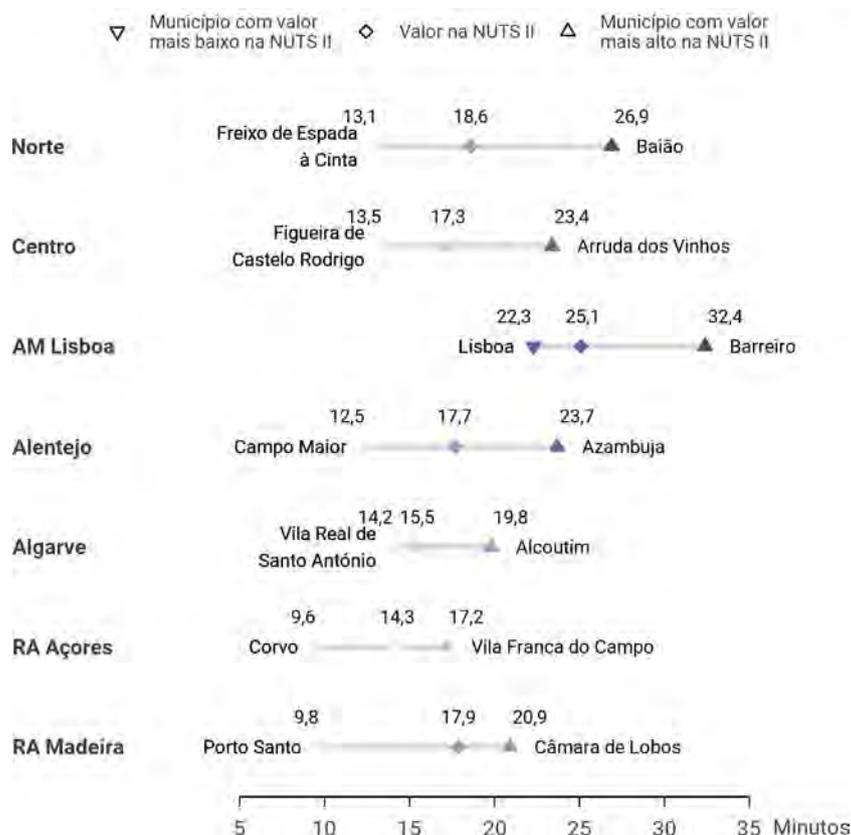
A duração média da deslocação para o local de trabalho ou estudo era de 19,9 minutos.

Regionalmente, observa-se que é na Área Metropolitana de Lisboa que, em média, os residentes demoram mais tempo nas suas deslocações de casa para o local de trabalho ou estudo (25,1 minutos).

Na Região Autónoma dos Açores, em média, o percurso casa-local de trabalho ou casa-local de estudo realiza-se em 14,3 minutos, sendo a região onde a duração média é mais baixa. Nas restantes regiões o tempo médio das deslocações oscila entre 15,5 minutos (Algarve) e 18,6 minutos (Norte).

Movimento pendular

Deslocação diária, entre a residência e o local de trabalho ou estudo, efetuada pela população residente que vive no respetivo alojamento a maior parte do ano.



Duração média dos movimentos pendulares, NUTS II, 2021

Nota de leitura: Em 2021, na região AM Lisboa a duração média de deslocação diária, entre a residência e o local de trabalho ou estudo, é de 25,1 minutos. Os residentes no município de Lisboa registam o menor tempo médio de duração da deslocação (22,3 minutos) enquanto os residentes, no Barreiro, têm a maior duração média das deslocações, superior a 32 minutos.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

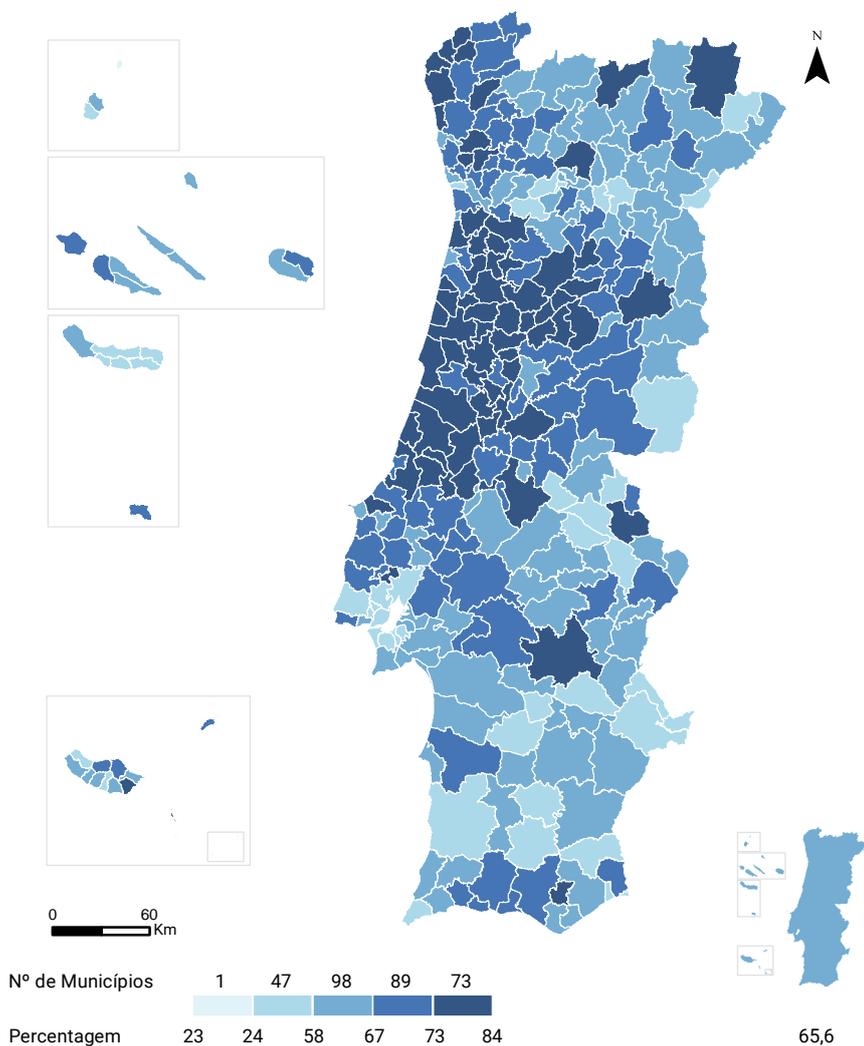
População residente que trabalha ou estuda com movimentos pendulares (que vive no alojamento a maior parte do ano) por duração da deslocação, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Duração de deslocação (minutos)				
		Até 15	16 - 30	31 - 60	61 - 90	Mais de 90
Portugal	5 448 784	2 948 055	1 616 589	683 603	138 328	62 209
Norte	1 890 446	1 071 666	559 017	204 076	34 335	21 352
Centro	1 132 371	703 169	300 125	95 534	19 632	13 911
AM Lisboa	1 572 625	641 866	520 980	317 405	72 311	20 063
Alentejo	357 171	224 997	87 013	32 089	8 462	4 610
Algarve	233 257	150 330	63 893	15 809	1 661	1 564
RA Açores	134 006	87 478	39 626	6 118	533	251
RA Madeira	128 908	68 549	45 935	12 572	1 394	458

MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO NOS MOVIMENTOS PENDULARES



População que utiliza automóvel nos movimentos pendulares (%), Município, 2021
 Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

O automóvel é o meio de transporte utilizado nas deslocações para o local de trabalho ou estudo

Para a população que diariamente se desloca por motivos de trabalho ou estudo o automóvel ligeiro é o meio de transporte preferencial, utilizado como condutor ou como passageiro.

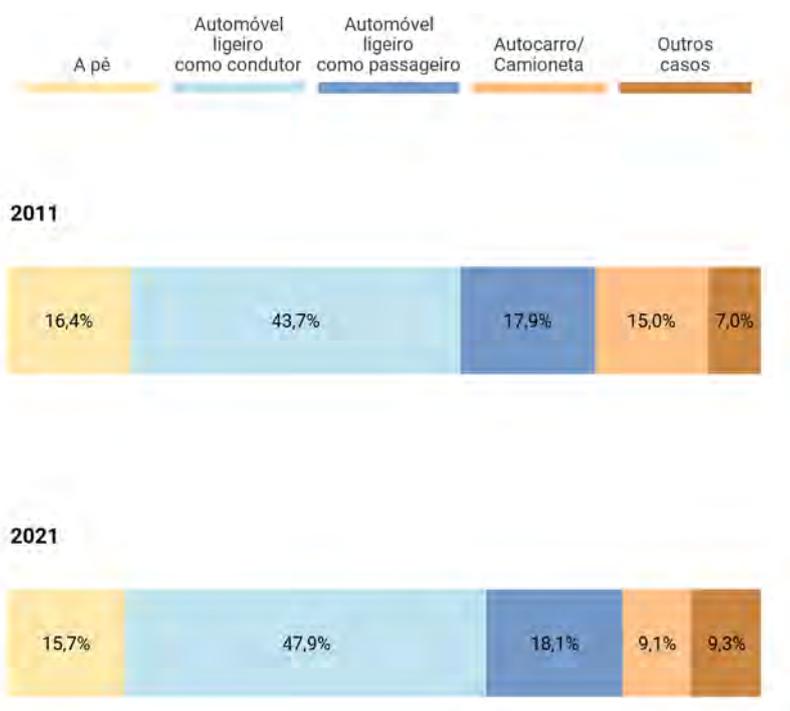
Segundo os Censos 2021, 47,9% dos residentes deslocou-se por este meio como condutor e 18,1% como passageiro.

O automóvel ligeiro foi também o meio de transporte mais utilizado em todas as regiões NUTS II, com a maior percentagem de utilização na Região Centro (74,2% das deslocações) e a menor na Área Metropolitana de Lisboa (58,5%).

As deslocações a pé foram referidas como sendo o segundo meio de transporte mais utilizado em todas as regiões, com exceção da Região Autónoma da Madeira, onde essa posição foi ocupada pelo autocarro/camioneta.

Principal meio de transporte utilizado

Transporte utilizado para percorrer a maior distância da viagem, sendo que no caso de ser diferente na ida e na volta, se opta pelo meio de transporte utilizado na ida.



Meio de transporte utilizado nos movimentos pendulares (%), 2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

População residente que trabalha ou estuda (que vive no alojamento a maior parte do ano), por principal meio de transporte utilizado, NUTS II, 2021

Unidade: Número

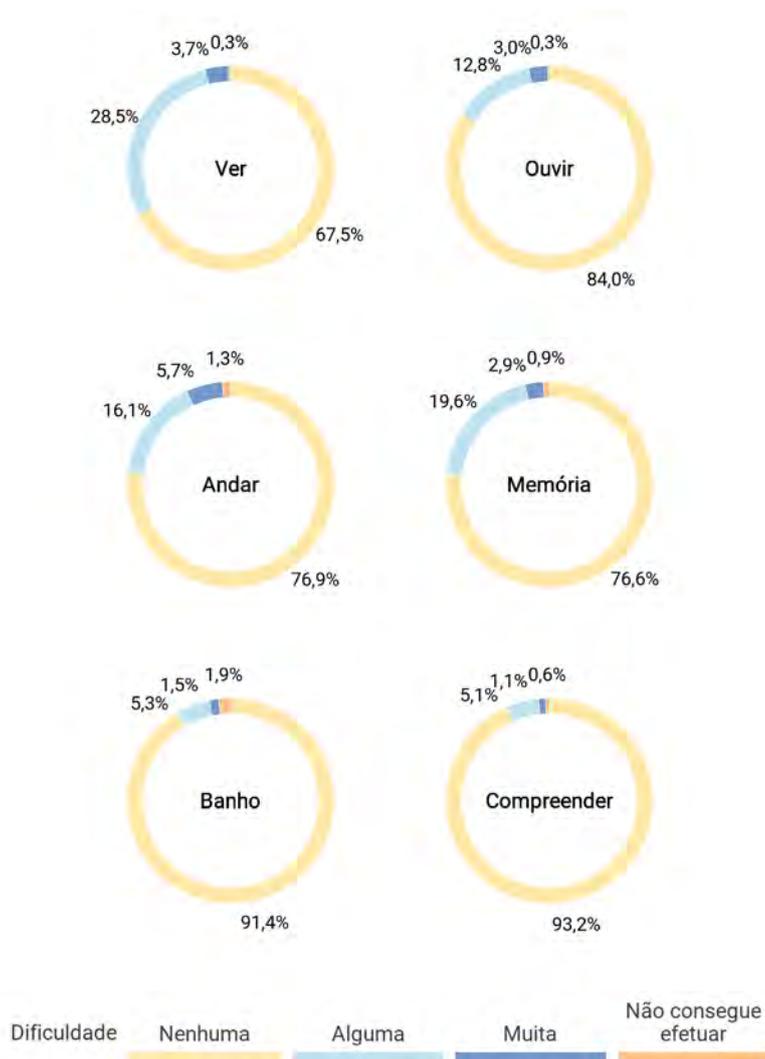
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Meio de transporte										
		A pé	Automóvel ligeiro - como condutor	Automóvel ligeiro - como passageiro	Autocarro / camioneta	Transporte coletivo empresa / escola	Metropolitano	Comboio	Motociclo	Bicicleta	Barco	Outro
Portugal	5 448 784	854 390	2 609 277	985 493	493 668	123 091	90 999	160 543	63 486	31 347	16 730	19 760
Norte	1 890 446	276 744	949 438	355 961	165 176	51 599	34 083	26 716	18 350	6 109	119	6 151
Centro	1 132 371	152 619	624 329	215 623	75 399	23 765	734	11 670	13 387	11 086	165	3 594
AM Lisboa	1 572 625	259 058	624 764	252 763	189 792	21 875	55 470	116 220	21 139	8 396	15 998	7 150
Alentejo	357 171	75 011	173 840	63 209	21 558	12 454	313	4 522	2 607	2 564	26	1 067
Algarve	233 257	52 174	112 630	43 048	10 720	5 320	163	1 397	3 870	2 827	291	817
RA Açores	134 006	21 586	66 880	28 207	10 125	5 054	89	1	1 131	262	99	572
RA Madeira	128 908	17 198	57 396	26 682	20 898	3 024	147	17	3 002	103	32	409

GRAU E TIPO DE DIFICULDADE NA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS

População com 15 ou mais anos, por tipo e grau de dificuldade (%), 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



A maioria da população não sente dificuldade em realizar as atividades diárias

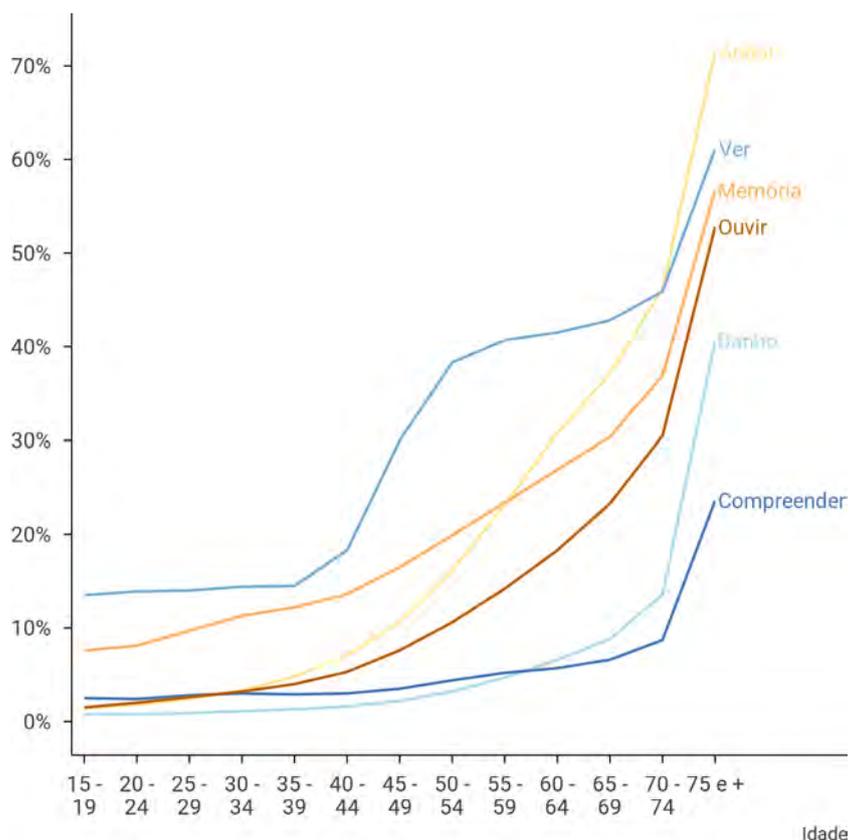
Segundo os Censos 2021, a maioria das pessoas com 15 ou mais anos que respondeu às questões facultativas relativas às dificuldades sentidas na realização das atividades diárias, declarou não ter qualquer dificuldade.

A dificuldade em ver é a principal limitação manifestada pela população com 15 ou mais anos, com 28,5% a responder “alguma dificuldade”, 3,7% “muita dificuldade” e 0,3% assinalando a opção “não consegue ver”. Seguem-se as dificuldades ao nível da memória e do andar, referidas, respetivamente, por cerca de 23,4% e 23,1% da população com 15 ou mais anos.

Em relação à distribuição das dificuldades por idades, observa-se uma tendência crescente em todas as dificuldades, agravando-se a partir dos 40 anos e atingindo o seu máximo nas idades superiores aos 75 anos.

Grau de dificuldade

A observação da dificuldade foi realizada através da avaliação das limitações do indivíduo face à realização de atividades/situações do dia-a-dia. Resposta facultativa para a população com 5 ou mais anos.



População com 15 ou mais anos, com algum grau de dificuldade, por tipo de dificuldade e idade (%), 2011 e 2021

Nota de leitura: Da população, com idades entre os 45 e os 49 anos, 30% tem dificuldades em ver, 7,6% tem dificuldade em ouvir, 10,6% em andar, 16,5% tem problemas de memória, 2,2% tem dificuldade a tomar banho e 3,5% da população, neste grupo etário, tem dificuldades de compreensão.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

População residente com 5 ou mais anos que respondeu às questões das dificuldades*, por tipo e grau de dificuldade, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Tipo de dificuldade	Total	Grau de dificuldade			
		Não tem nenhuma dificuldade	Tem alguma dificuldade	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação
Ver	9 602 375	6 698 741	2 551 505	328 733	23 396
Ouvir	9 568 004	8 167 779	1 118 410	258 164	23 651
Andar ou subir degraus	9 607 953	7 587 668	1 413 150	496 246	110 889
Memória ou concentração	9 593 388	7 488 580	1 764 621	259 778	80 409
Tomar banho ou vestir-se sozinho	9 604 521	8 801 589	503 856	130 481	168 595
Compreender os outros ou fazer-se compreender	9 600 046	8 964 709	481 412	102 624	51 301



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

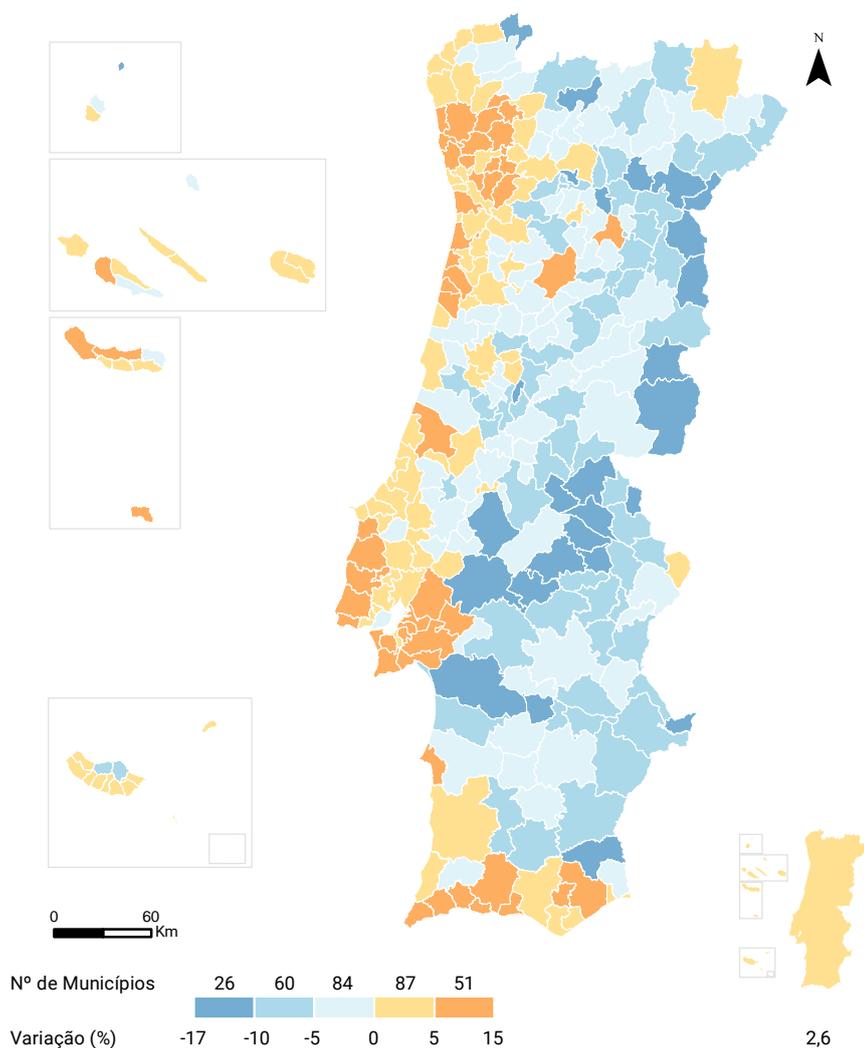
agregados núcleos familiares



CENSOS 2021

XVI Recenseamento Geral da População
VI Recenseamento Geral da Habitação

EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS



Varição dos agregados domésticos privados, (%), Município, 2011-2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

O número de agregados domésticos privados aumentou 2,6% nos últimos 10 anos

Em Portugal, entre 2011 e 2021, o número de agregados domésticos privados aumentou 2,6%.

Em termos territoriais, o crescimento do número de agregados domésticos privados ocorreu principalmente na faixa litoral do país e nas Regiões Autónomas.

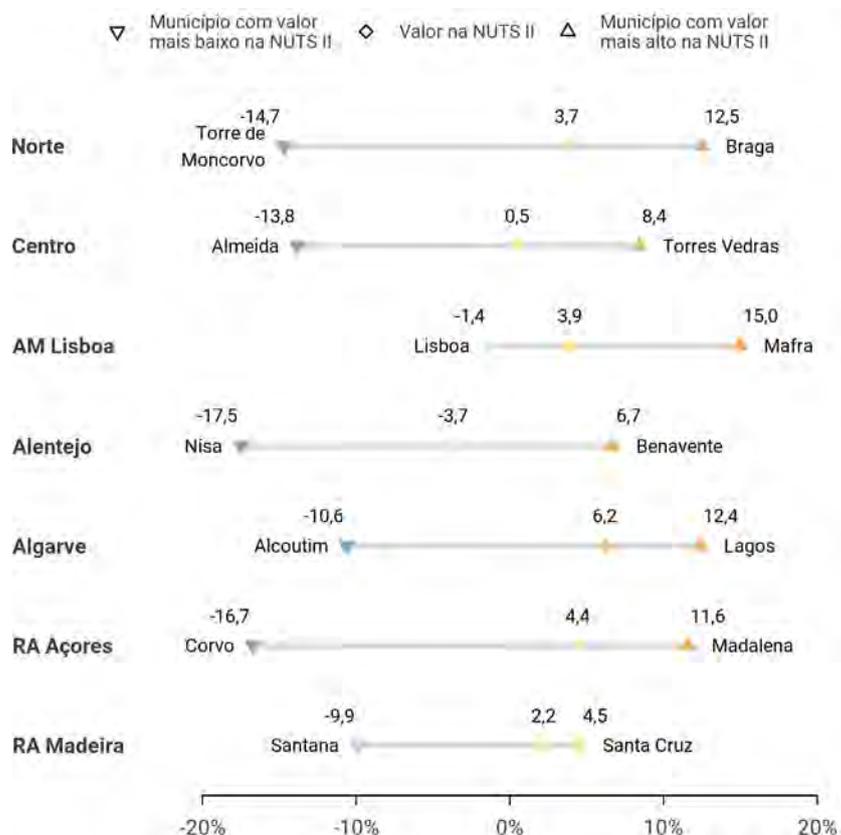
Foi no Algarve que se registou o aumento mais significativo dos agregados domésticos privados, associado ao crescimento populacional verificado na região. Em contrapartida, a região do Alentejo viu diminuir o número de agregados domésticos privados em 3,7%.

Agregado doméstico privado

Conjunto de pessoas que tem a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar.

Agregado institucional

Conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, são beneficiárias de uma instituição e governadas por uma entidade interna ou externa ao grupo de pessoas.



Varição dos agregados domésticos privados, NUTS II, 2011-2021

Nota de leitura: Entre 2011 e 2021, na região Alentejo, o número de agregados decresceu 3,7%. Nisa foi o município que registou o maior decréscimo (-17,5%), e Benavente aquele que apresentou o acréscimo mais elevado (6,7%).

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

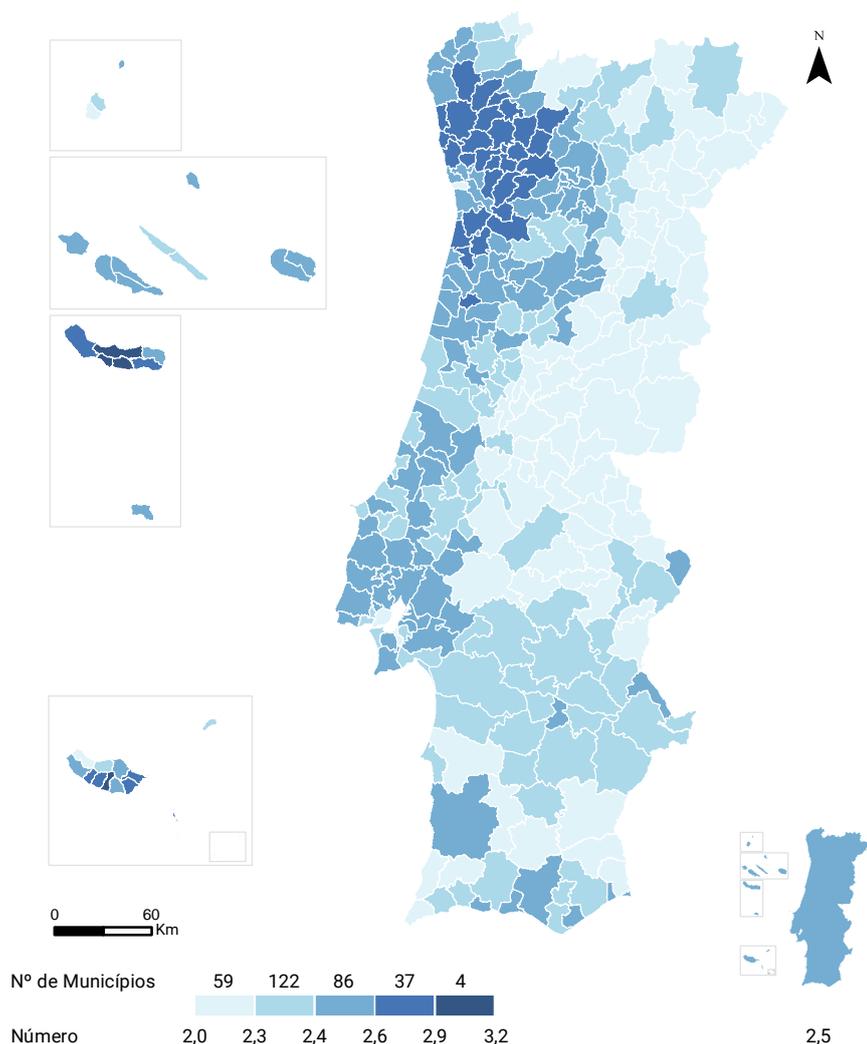
Agregados, por tipo de agregado, NUTS II, 2011-2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	2011			2021			Variação 2011-2021 (%)		
	Total	Agregados domésticos privados	Agregados institucionais	Total	Agregados domésticos privados	Agregados institucionais	Total	Agregados domésticos privados	Agregados Institucionais
Portugal	4 048 559	4 043 726	4 833	4 154 571	4 149 096	5 475	2,6	2,6	13,3
Norte	1 332 127	1 330 892	1 235	1 382 190	1 380 696	1 494	3,8	3,7	21,0
Centro	906 247	904 770	1 477	910 990	909 312	1 678	0,5	0,5	13,6
AM Lisboa	1 148 947	1 147 775	1 172	1 194 199	1 192 984	1 215	3,9	3,9	3,7
Alentejo	303 518	302 975	543	292 417	291 767	650	-3,7	-3,7	19,7
Algarve	182 928	182 776	152	194 363	194 192	171	6,3	6,2	12,5
RA Açores	81 856	81 715	141	85 462	85 301	161	4,4	4,4	14,2
RA Madeira	92 936	92 823	113	94 950	94 844	106	2,2	2,2	-6,2

DIMENSÃO MÉDIA DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS



Dimensão média dos agregados domésticos privados, Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

A dimensão média dos agregados domésticos privados é de 2,5 pessoas

Os resultados dos Censos 2021 indicam que a dimensão média dos agregados domésticos privados é de 2,5 pessoas. Este valor representa uma diminuição de 0,1 pessoas face a 2011.

A dimensão média dos agregados domésticos privados é superior nos municípios da Região Autónoma dos Açores e no litoral norte. Por sua vez, os valores mais baixos registam-se essencialmente nos municípios do interior norte e centro do país.

Na última década, assistiu-se ao reforço do número de agregados domésticos privados com uma ou duas pessoas. Em contrapartida, o número de agregados domésticos privados compostos por três ou mais pessoas diminuiu. O decréscimo verificado na dimensão dos agregados reflete as tendências de fecundidade, nupcialidade e divorcialidade existentes no país.

Dimensão média do agregado doméstico privado

Quociente entre o número de pessoas do agregado doméstico privado e o número de agregados domésticos privados.

Pessoas 1 2 3 4 5 ou +

Agregados domésticos privados, por número de pessoas (%), 2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

2011



2021



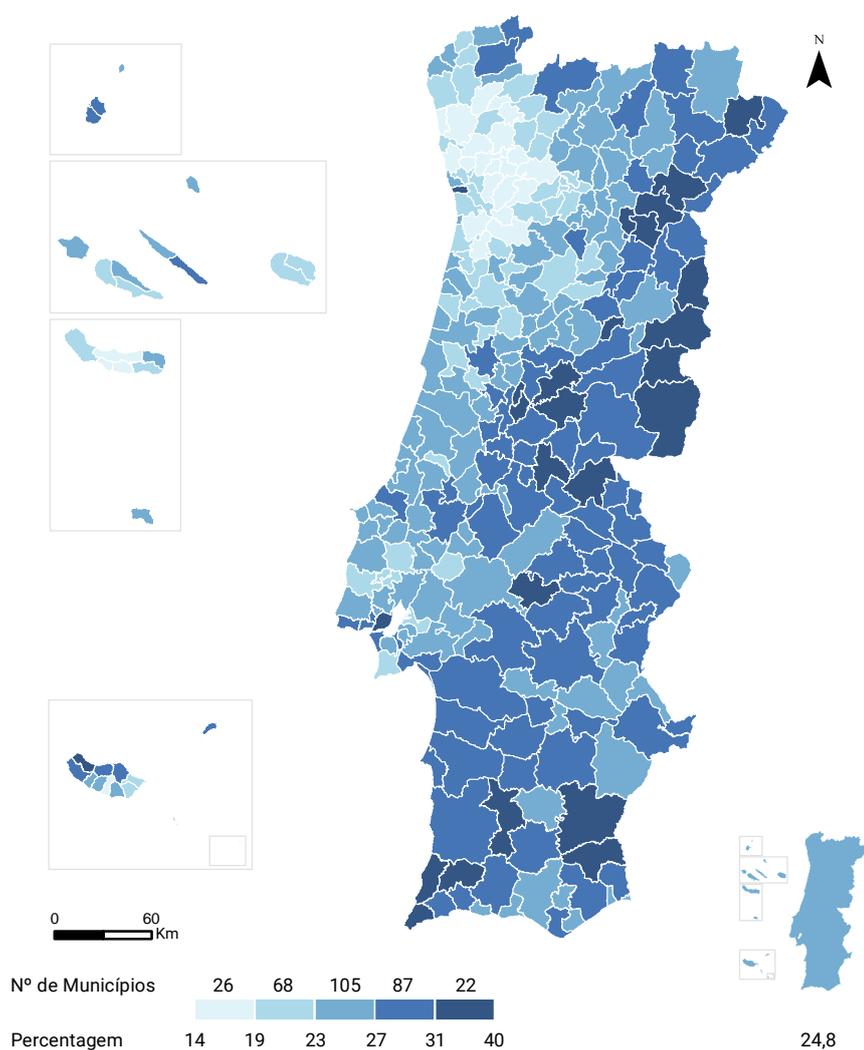
Agregados domésticos privados, por dimensão, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Dimensão					
	Total	Com 1 pessoa	Com 2 pessoas	Com 3 pessoas	Com 4 pessoas	Com 5 pessoas ou mais
Portugal	4 149 096	1 027 871	1 382 996	894 451	611 861	231 917
Norte	1 380 696	290 181	450 114	328 279	226 902	85 220
Centro	909 312	229 461	319 732	188 276	129 630	42 213
AM Lisboa	1 192 984	336 274	392 111	238 291	160 982	65 326
Alentejo	291 767	79 290	101 944	59 369	38 116	13 048
Algarve	194 192	52 913	66 719	38 397	25 823	10 340
RA Açores	85 301	17 348	24 853	19 968	14 948	8 184
RA Madeira	94 844	22 404	27 523	21 871	15 460	7 586

AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS UNIPESSOAIS



Agregados domésticos privados unipessoais (%), Município, 2021

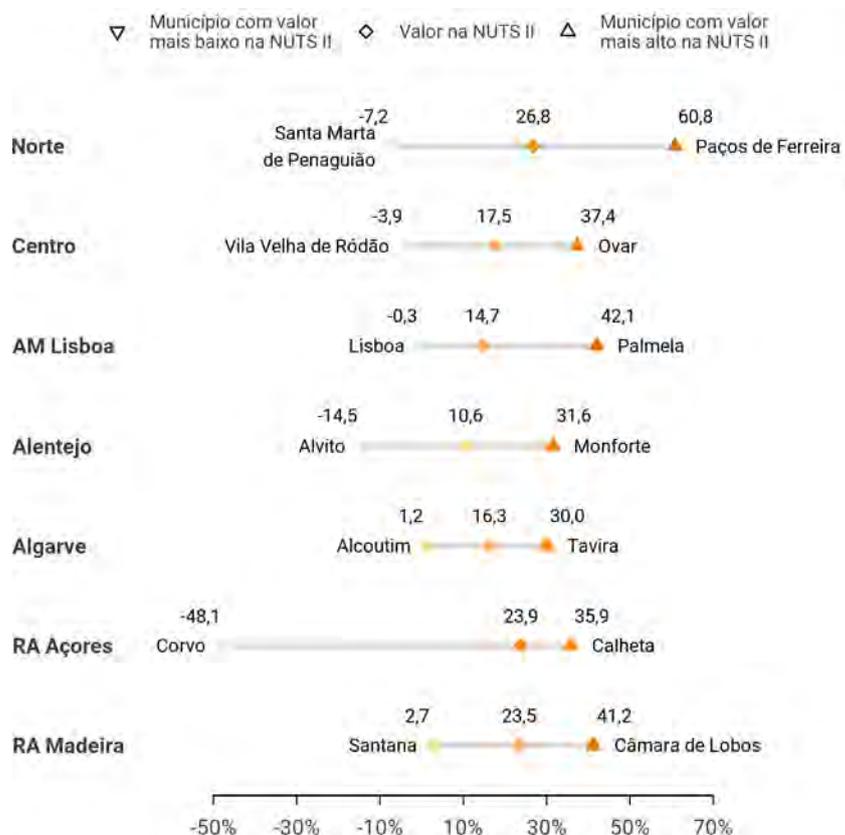
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

O número de pessoas a viver sozinhas aumentou

De acordo com os Censos 2021, os agregados unipessoais representam 24,8% do total de agregados domésticos, valor que aumentou 18,6% face a 2011. Observando o grupo etário dos agregados com uma pessoa, verifica-se que 50,3% têm 65 ou mais anos de idade.

Em termos geográficos, é nas áreas do interior centro e norte do país que os agregados com apenas uma pessoa são mais expressivos.

Comparativamente a 2011, observou-se um aumento do número de pessoas a viver sozinhas em todas as regiões NUTS II, registando a região Norte o valor mais elevado (26,8%) e o Alentejo o menor (10,6%).



Variação dos agregados domésticos unipessoais (%), NUTS II, 2011-2021

Nota de leitura: Entre 2011 e 2021, na região Centro, o número de agregados domésticos unipessoais cresceu em média 17,5%. Vila Velha de Ródão foi o município que registou o maior decréscimo da região (-3,9%), enquanto Ovar registou o maior aumento do número de pessoas a viverem sozinhas (37,4%).

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

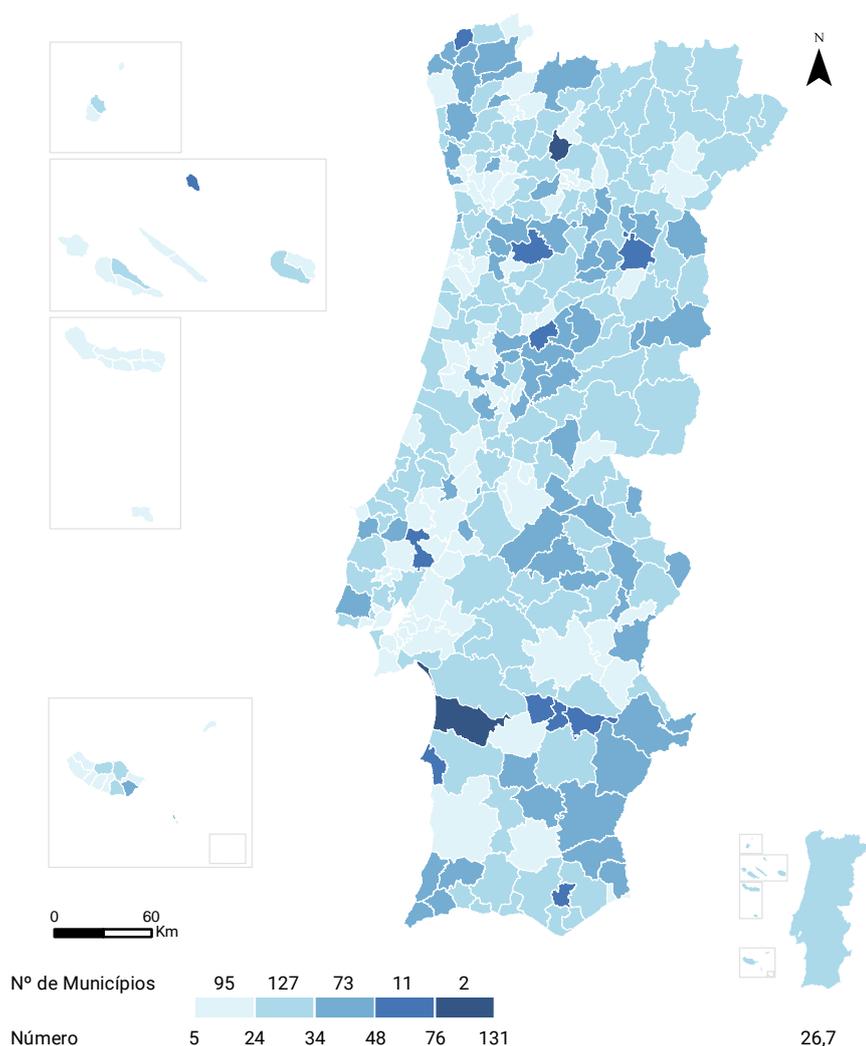
Agregados domésticos privados unipessoais, por grupo etário e sexo, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Grupo etário								
		Menos de 25			25 - 64			65 ou mais		
		HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	1 027 871	14 966	7 224	7 742	495 759	251 720	244 039	517 146	137 573	379 573
Norte	290 181	4 326	2 046	2 280	137 849	68 311	69 538	148 006	38 355	109 651
Centro	229 461	3 213	1 505	1 708	99 581	52 232	47 349	126 667	34 489	92 178
A.M. Lisboa	336 274	5 302	2 573	2 729	175 700	85 980	89 720	155 272	39 214	116 058
Alentejo	79 290	950	502	448	34 023	19 367	14 656	44 317	12 476	31 841
Algarve	52 913	685	339	346	26 919	14 463	12 456	25 309	8 706	16 603
RA Açores	17 348	273	146	127	9 858	5 338	4 520	7 217	1 864	5 353
RA Madeira	22 404	217	113	104	11 829	6 029	5 800	10 358	2 469	7 889

AGREGADOS INSTITUCIONAIS



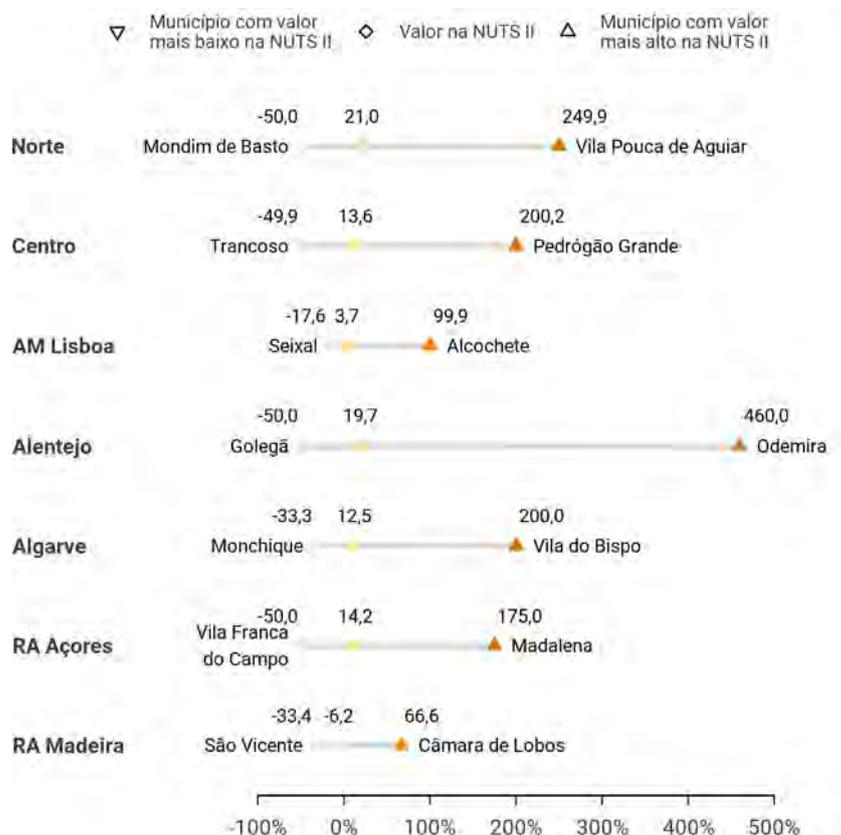
Número médio de residentes dos agregados institucionais, Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Aumento do número de agregados institucionais

Segundo os Censos 2021, a dimensão média dos agregados institucionais é de 26,7 pessoas.

O número de agregados institucionais em Portugal subiu 13,3% na última década, totalizando 5 475 em 2021. A generalidade das NUTS II registaram um acréscimo no número de agregados institucionais, com a região Norte a apresentar o valor mais elevado.



Variação dos agregados institucionais (%), NUTS II, 2011-2021

Nota de leitura: Entre 2011 e 2021, na região Alentejo, o número de agregados institucionais cresceu em média 19,7%. Golegã foi o município que registou o maior decréscimo da região (-50,0%) enquanto Odemira registou o maior aumento (460,0%).

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

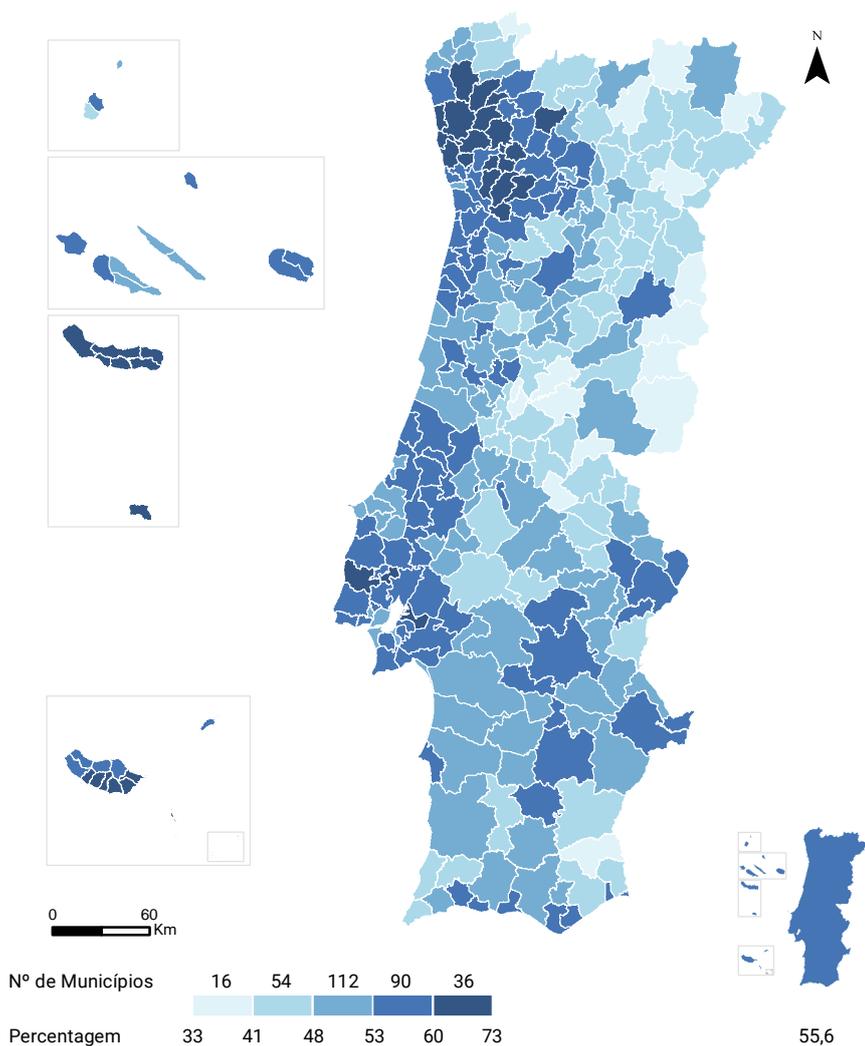
Agregados institucionais, por dimensão, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Dimensão			
	Total	Menos de 20 pessoas	20 - 49 pessoas	50 ou mais pessoas
Portugal	5 475	2 715	1 967	793
Norte	1 494	718	550	226
Centro	1 678	746	674	258
A.M. Lisboa	1 215	712	358	145
Alentejo	650	300	255	95
Algarve	171	60	75	36
RA Açores	161	117	30	14
RA Madeira	106	62	25	19

NÚCLEOS FAMILIARES DE CASAIS



Núcleos familiares de casais com filhos (%), Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Na última década, reduziu-se o número de núcleos familiares de casais com filhos

De acordo com os Censos 2021, o número de núcleos familiares de casais é de 2 547 743, sendo que 55,6% têm filhos. Verifica-se uma redução deste tipo de estrutura familiar face a 2011, ano em que a percentagem de casais com filhos se situava nos 58,8%.

Em relação à constituição dos núcleos familiares de casais com filhos, constata-se que a maioria é caracterizada por apenas ter um (58,1%) ou dois (32,9%) filhos. De notar que os casais com dois filhos foram os únicos a assinalar uma subida, de 3,6 p.p., em relação a 2011.

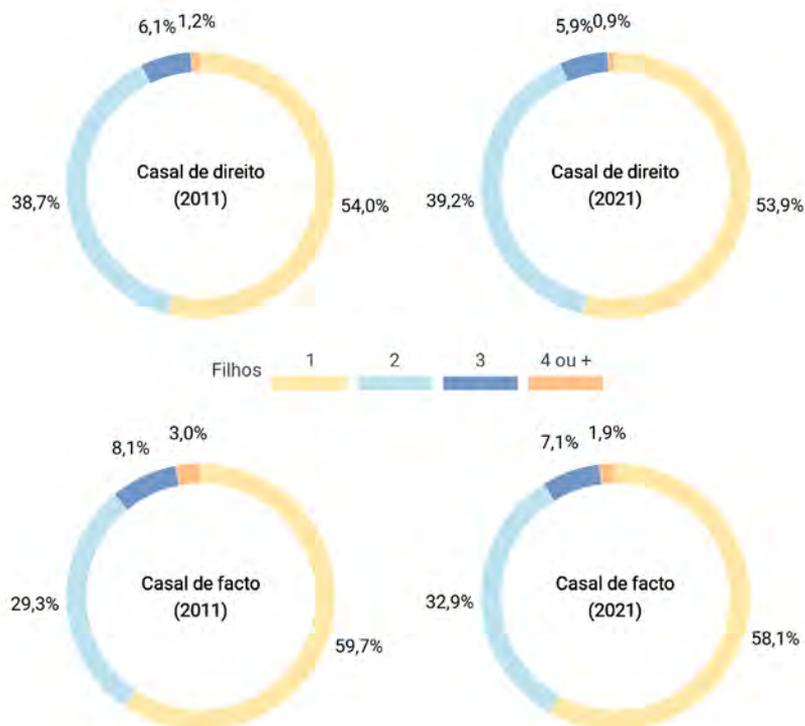
Em termos de NUTS II, as regiões Norte e as Regiões Autónomas são as que registam proporções mais elevadas de núcleos familiares de casais com filhos.

Núcleo familiar

Conjunto de duas ou mais pessoas que pertencem ao mesmo agregado doméstico privado e têm uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes, que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos.

Filho no núcleo familiar

Condição reconhecida a um filho de sangue, filho adotivo ou enteado, independentemente da idade ou do estado civil legal respetivos, com residência habitual na família clássica de um dos seus pais e não tendo cônjuge, parceiro em união de facto ou filhos seus nessa família.



Núcleos familiares de casais, por número de filhos (%), 2011 e 2021

Nota de leitura: Em 2021, 58,1% dos núcleos familiares, de casais de facto, com filhos têm um filho; em 2011, esta proporção era 59,7%. Os casais com dois filhos representavam 29,3% em 2011, aumentando para 32,9% em 2021.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

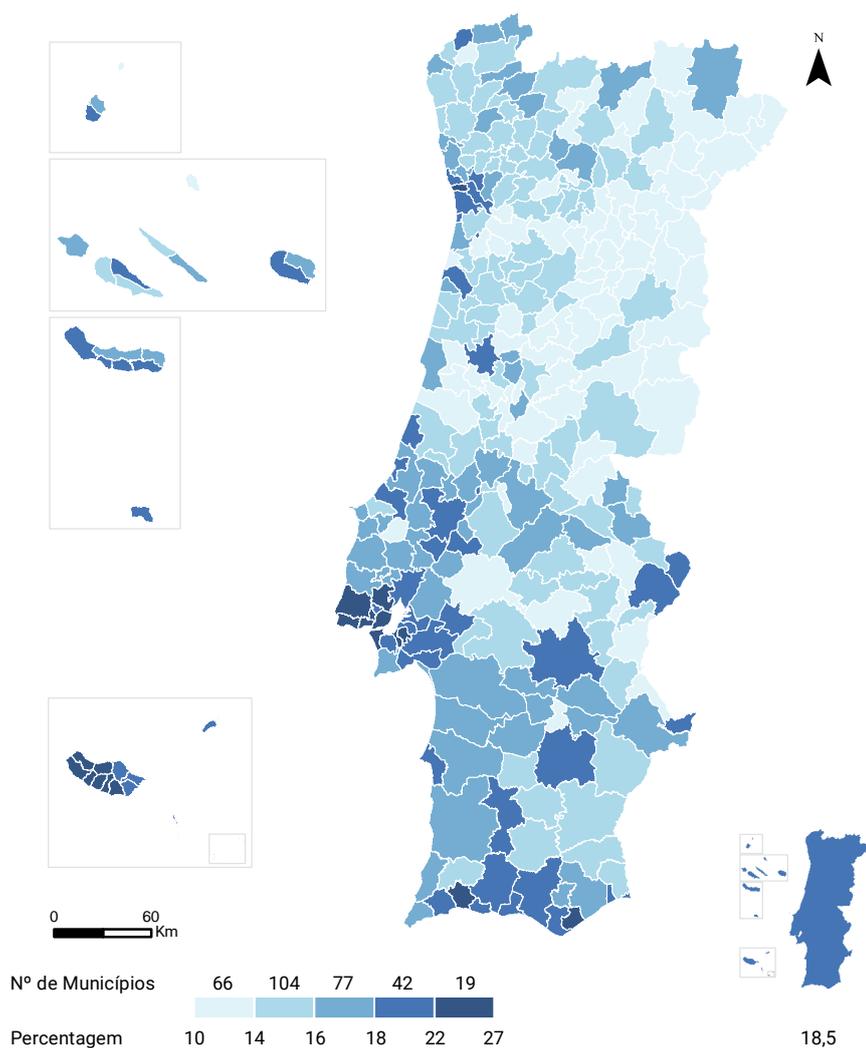
Núcleos familiares de casais, por tipo de núcleo, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Casal de direito				Casal de facto			
		Total	Sem filhos	Com pelo menos um filho com menos de 25 anos	Com filhos tendo o mais novo 25 ou mais anos	Total	Sem filhos	Com pelo menos um filho com menos de 25 anos	Com filhos tendo o mais novo 25 ou mais anos
Portugal	2 547 743	2 043 441	931 281	844 605	267 555	504 302	200 645	287 437	16 220
Norte	921 508	782 447	329 917	339 372	113 158	139 061	56 524	77 910	4 627
Centro	575 642	474 545	233 957	180 952	59 636	101 097	41 085	57 158	2 854
AM Lisboa	648 979	477 061	221 455	200 858	54 748	171 918	68 122	98 210	5 586
Alentejo	175 334	135 500	70 217	48 364	16 919	39 834	14 306	24 242	1 286
Algarve	112 552	81 255	41 894	29 859	9 502	31 297	12 200	17 943	1 154
RA Açores	57 338	46 535	16 919	23 404	6 212	10 803	4 460	6 046	297
RA Madeira	56 390	46 098	16 922	21 796	7 380	10 292	3 948	5 928	416

NÚCLEOS FAMILIARES MONOPARENTAIS



Núcleos familiares monoparentais (%), Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Mais núcleos familiares monoparentais

Em 2021, foram recenseados 579 971 núcleos familiares monoparentais, o que representa 18,5% do total nacional de núcleos familiares, mais 3,6 p.p. do que em 2011.

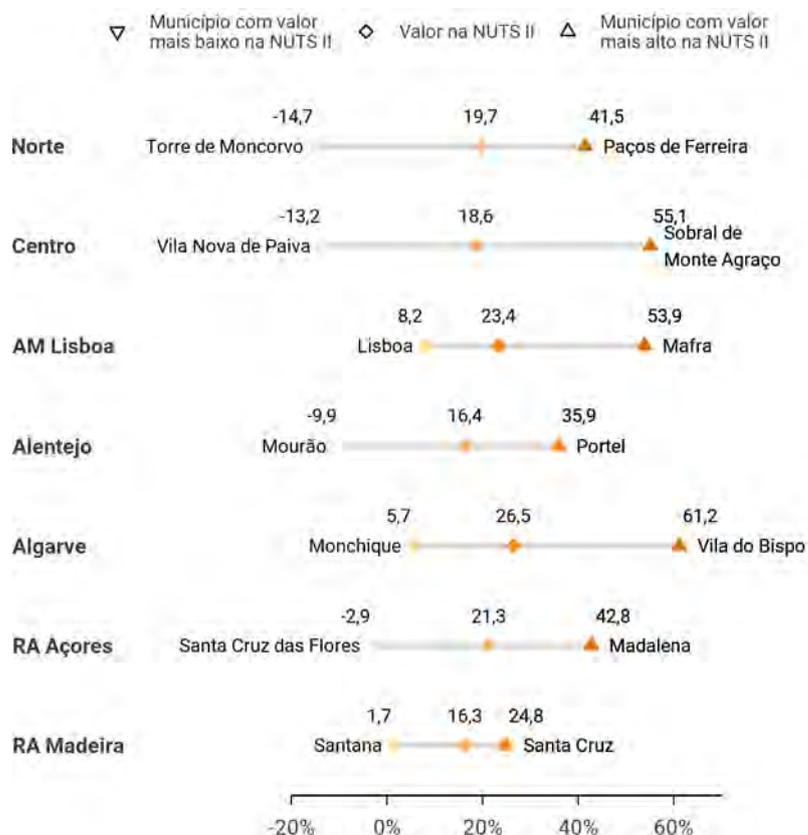
A Região Autónoma da Madeira, a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve são as regiões que apresentam as proporções mais elevadas de núcleos familiares monoparentais.

Relativamente a 2011, houve um crescimento destes núcleos familiares em todas as regiões NUTS II, com as maiores variações a registarem-se no Algarve (26,5%) e na Área Metropolitana de Lisboa (23,4%).

Os núcleos monoparentais constituídos por mãe com filhos continuam a predominar face ao número de núcleos de pai com filhos: 496 342 (85,6%) e 83 629 (14,4%), respetivamente.

Núcleo familiar monoparental

Núcleo familiar que integra apenas um dos progenitores: pai ou mãe, com filho(s).



Varição dos núcleos familiares monoparentais (%), NUTS II, 2011-2021

Nota de leitura: Entre 2011 e 2021, na RA Madeira, o número de núcleos familiares monoparentais cresceu em média 16,3%. Santana foi o município que registou o menor crescimento da região (1,7%), enquanto Santa Cruz apresentou o crescimento mais elevado (24,8%).

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

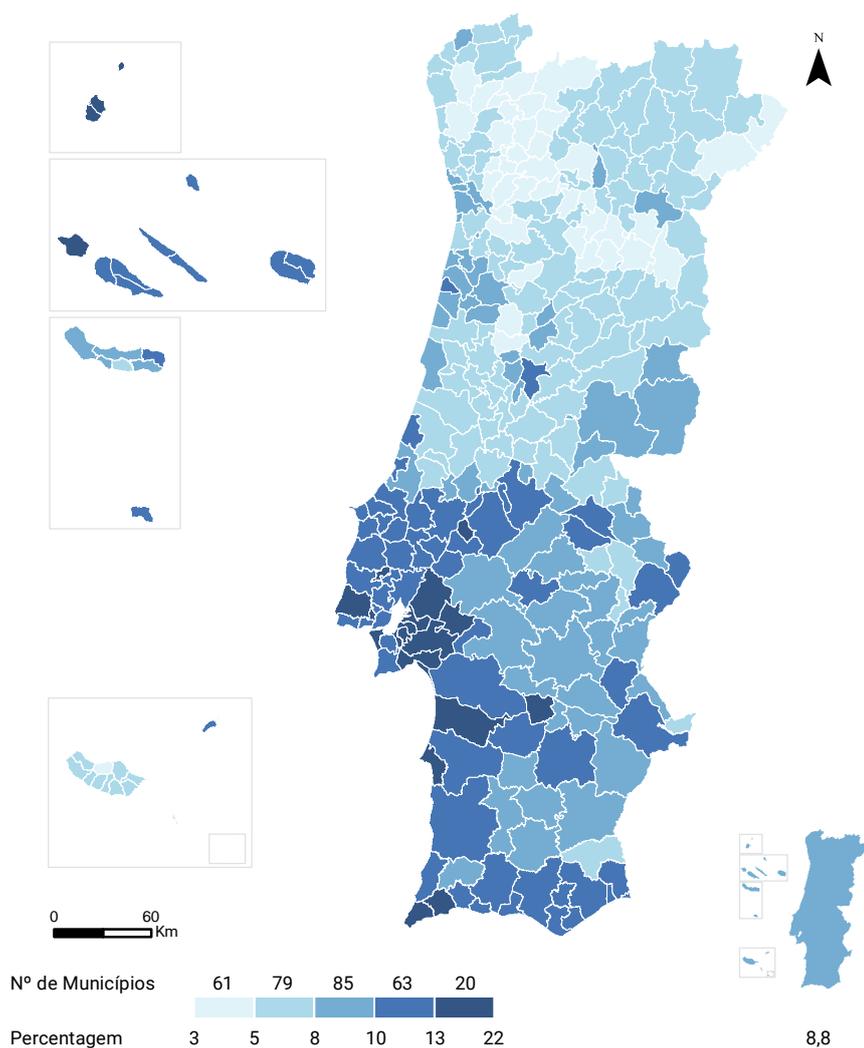
Núcleos familiares monoparentais, por tipo de núcleo, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Pai com filhos			Mãe com filhos		
		Total	Com pelo menos um filho com menos de 25 anos	Com filhos tendo o mais novo 25 ou mais anos	Total	Com pelo menos um filho com menos de 25 anos	Com filhos tendo o mais novo 25 ou mais anos
Portugal	579 971	83 629	48 551	35 078	496 342	309 276	187 066
Norte	186 523	25 439	13 297	12 142	161 084	96 083	65 001
Centro	107 149	16 468	9 055	7 413	90 681	53 880	36 801
AM Lisboa	190 955	27 378	17 801	9 577	163 577	109 882	53 695
Alentejo	35 900	5 832	3 379	2 453	30 068	18 122	11 946
Algarve	28 738	4 269	2 662	1 607	24 469	16 010	8 459
RA Açores	13 019	1 919	1 111	808	11 100	6 570	4 530
RA Madeira	17 687	2 324	1 246	1 078	15 363	8 729	6 634

NÚCLEOS FAMILIARES RECONSTITUÍDOS



**Núcleos familiares reconstituídos (%),
Município, 2021**

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Mais núcleos familiares reconstituídos

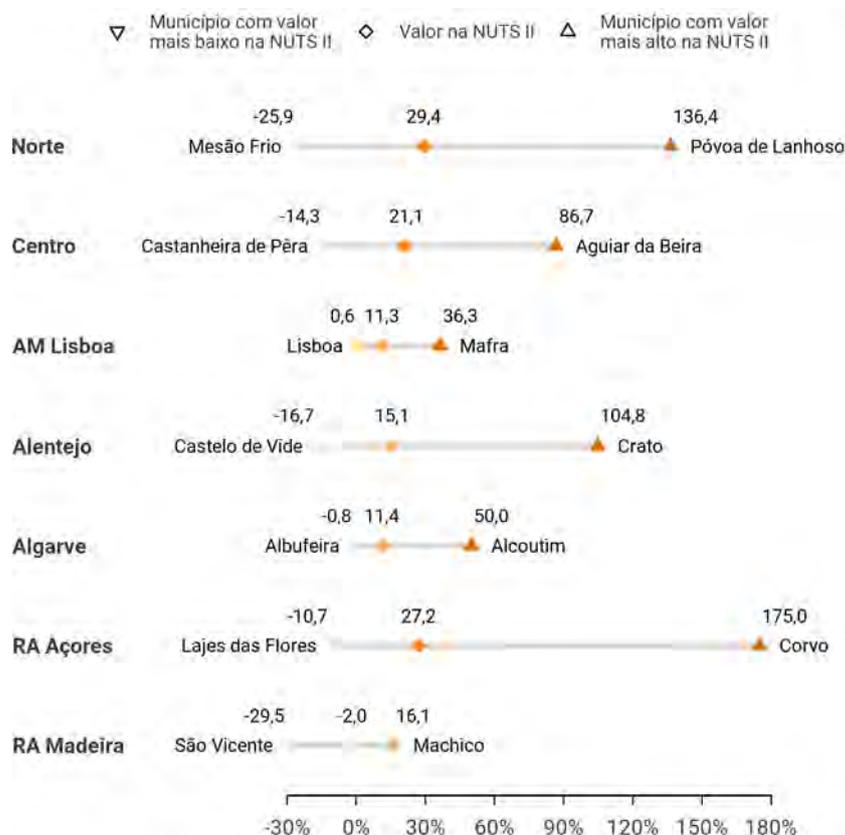
Segundo os Censos 2021, o número de núcleos familiares reconstituídos é de 124 717, o que representa 8,8% do total dos núcleos familiares de casais com filhos. Este indicador reforçou a sua importância em 2,3 p.p. em comparação com 2011.

A Área Metropolitana de Lisboa, o Alentejo e o Algarve são as regiões onde este tipo de organização familiar tem maior expressão. Por oposição, a região Norte é aquela em que os núcleos familiares reconstituídos têm menor expressão, no entanto foi a região que teve a maior variação positiva face a 2011.

A análise revela ainda que a grande maioria (75,6%) dos núcleos reconstituídos tem apenas 1 filho não comum.

Núcleo familiar reconstituído

Núcleo familiar que consiste num casal “de direito” ou “de facto” com um ou mais filhos naturais ou adotados, sendo, pelo menos, um deles filho apenas de um dos membros do casal.



Variação dos núcleos familiares reconstituídos (%), NUTS II, 2011-2021

Nota de leitura: Entre 2011 e 2021, na RA Açores, o número de núcleos familiares reconstituídos cresceu em média 27,2%. Lajes das Flores foi o município que registou a maior diminuição da região (-10,7%), enquanto que o Corvo apresentou o maior crescimento (175,0%).

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Núcleos familiares reconstituídos, por número de filhos comuns e não comuns, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Com 1 filho não comum			Com 2 filhos não comuns			Com 3 filhos ou mais não comuns		
		Sem filhos comuns	Com 1 filho comum	Com 2 ou mais filhos comuns	Sem filhos comuns	Com 1 filho comum	Com 2 ou mais filhos comuns	Sem filhos comuns	Com 1 filho comum	Com 2 ou mais filhos comuns
Portugal	124 717	48 565	35 417	10 354	16 103	7 092	1 493	4 155	1 320	218
Norte	32 872	13 030	9 659	2 432	4 245	1 800	302	1 081	291	32
Centro	24 232	9 551	7 165	1 804	3 047	1 406	236	765	226	32
A.M. Lisboa	44 461	17 113	11 960	4 205	5 837	2 504	683	1 540	510	109
Alentejo	9 714	3 685	2 782	819	1 275	579	107	341	108	18
Algarve	7 172	2 910	2 035	564	915	395	85	184	73	11
RA Açores	3 666	1 301	1 021	298	490	249	51	170	77	9
RA Madeira	2 600	975	795	232	294	159	29	74	35	7



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

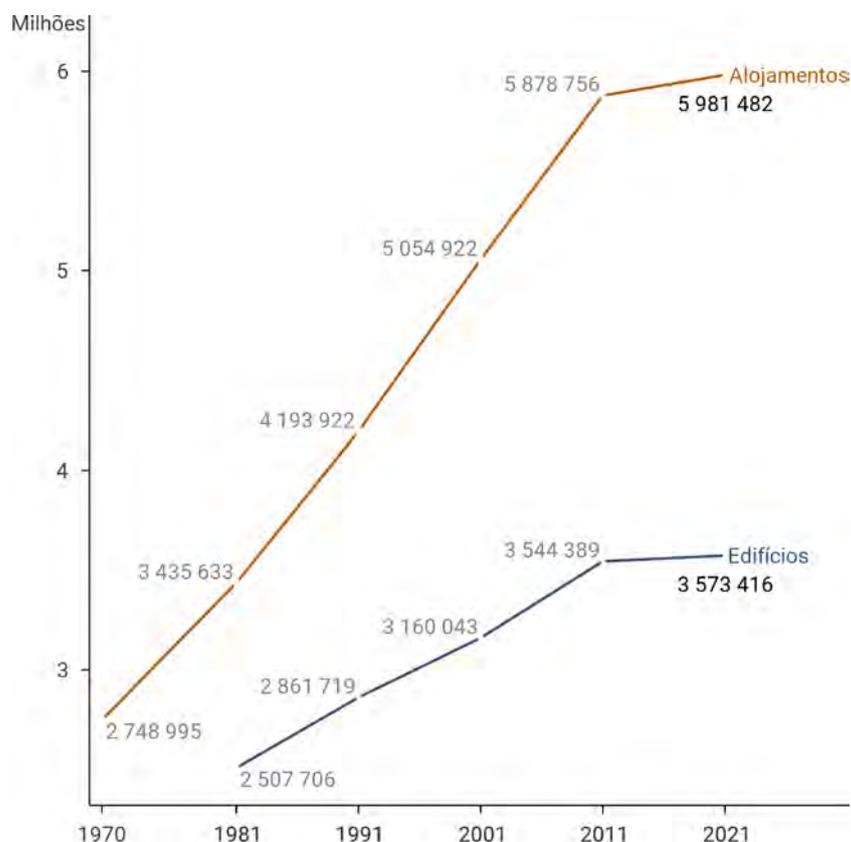
habitação



CENSOS  **2021**

XVI Recenseamento Geral da População
VI Recenseamento Geral da Habitação

EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS



Evolução do número de edifícios e de alojamentos, 1970-2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Abrandamento do ritmo de crescimento do parque habitacional

Segundo os resultados dos Censos 2021, o parque habitacional é constituído por 3 573 416 edifícios e 5 981 482 alojamentos, valores que, face a 2011, representam aumentos de 0,8% e 1,7%, respetivamente.

O crescimento do parque habitacional foi significativamente inferior ao verificado em décadas anteriores, nas quais a taxa de variação se situou sempre acima dos 10% para os edifícios, e os acréscimos nos alojamentos variaram entre os 16,3% e os 25,0%.

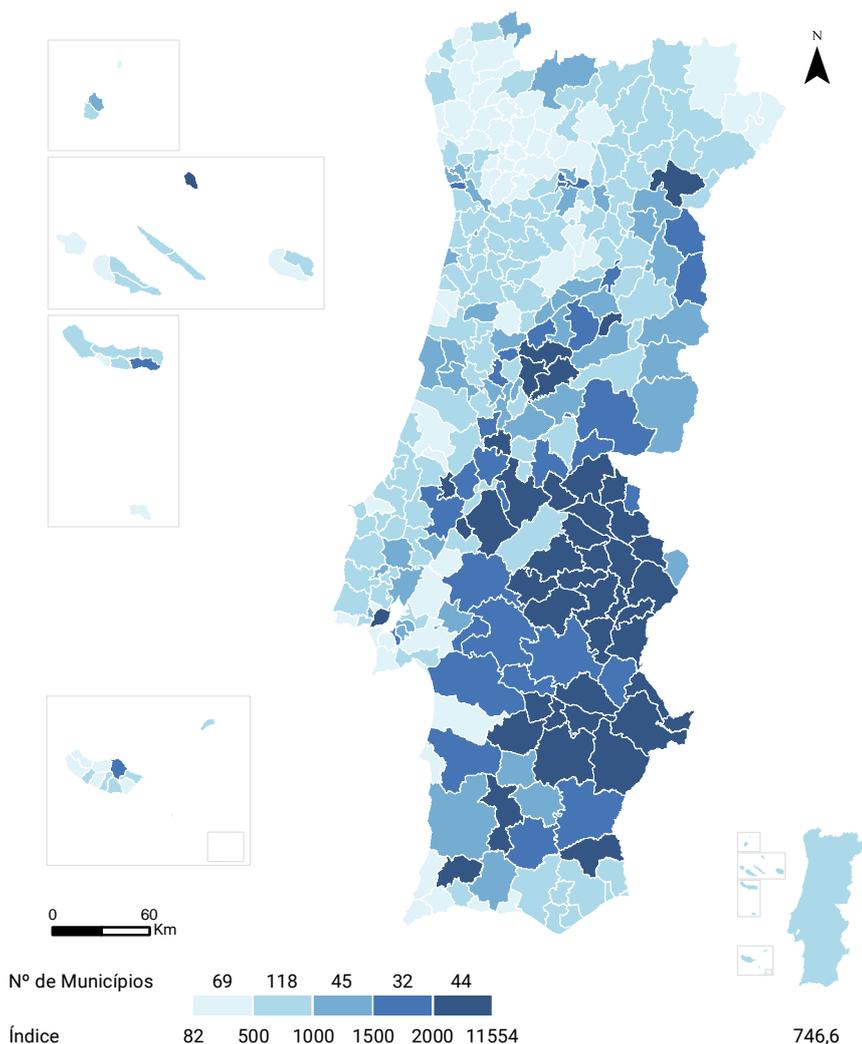
Edifício

Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

Alojamento

Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência.

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO



Índice de envelhecimento dos edifícios, Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Apenas 3,1% do parque habitacional foi construído na última década

Do parque habitacional recenseado pelos Censos 2021, apenas 110 784 edifícios foram construídos entre 2011 e 2021, valores significativamente inferiores aos verificados em décadas anteriores.

A menor dinâmica de construção da última década, reflete-se no índice de envelhecimento dos edifícios que em 2021 era de 747. Tal significa que, por cada 100 edifícios construídos depois de 2011, existiam 747 edifícios construídos até 1960.

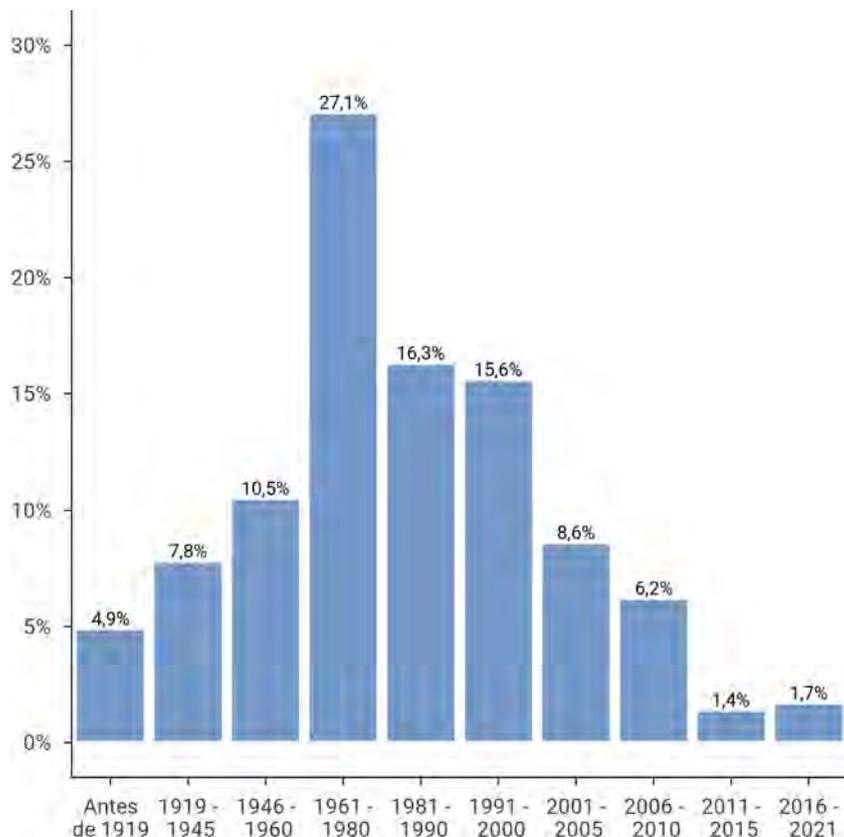
A região do Alentejo é a que apresenta o parque habitacional mais envelhecido (1626), seguida da região Centro (885). Com o menor índice de envelhecimento (551) destaca-se a região Norte. As restantes regiões apresentam índices idênticos, a oscilar entre os 627 na Região Autónoma dos Açores e os 683 na Área Metropolitana de Lisboa.

Época de construção do edifício

Período que pode corresponder à construção do edifício propriamente dito, à construção da parte principal do edifício (quando diferentes partes de um edifício correspondem a épocas distintas) ou à reconstrução do edifício que sofreu transformação completa.

Índice de envelhecimento dos edifícios

Rácio entre o número de edifícios construídos até 1960 e o número de edifícios construídos após 2011.



Edifícios por época de construção (%), 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

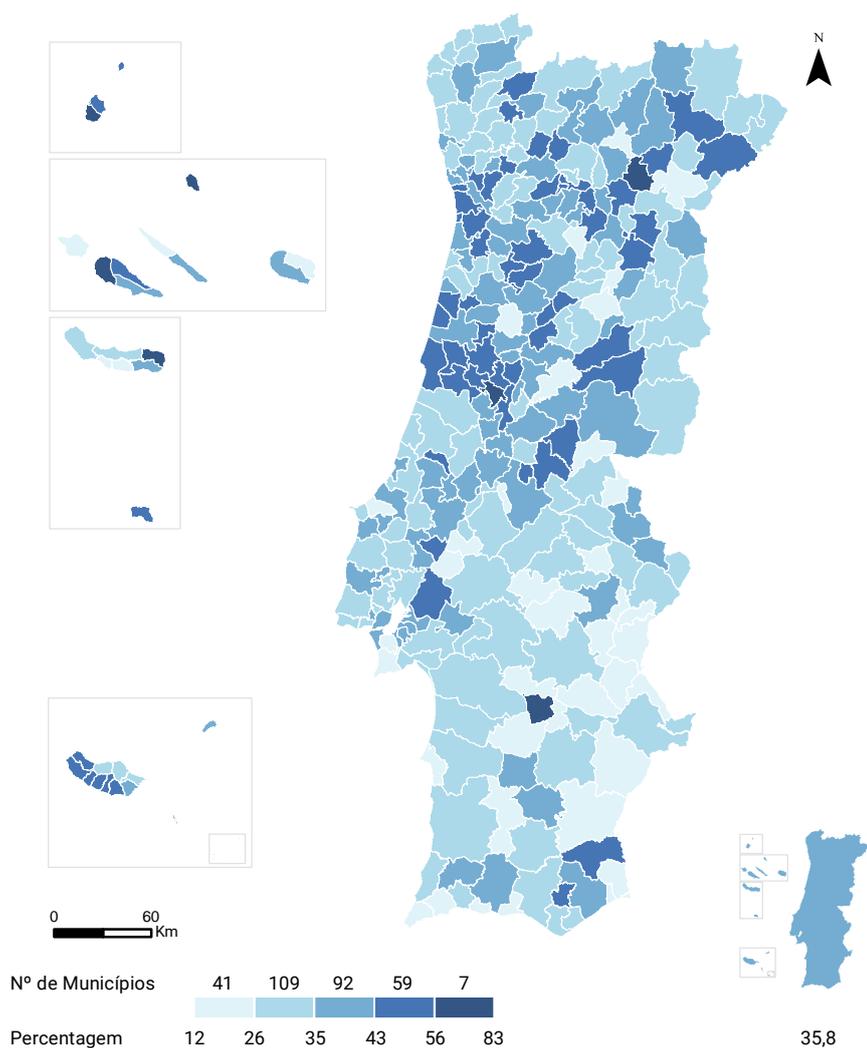
Edifícios, por época de construção, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Época de construção						
		Antes de 1919	1919 - 1960	1961 - 1990	1991 - 2000	2001 - 2010	2011 - 2015	2016 -2021
Portugal	3 573 416	174 200	652 924	1 548 950	557 048	529 510	49 449	61 335
Norte	1 227 994	61 266	187 238	545 829	204 148	184 415	20 401	24 697
Centro	1 116 787	47 183	216 446	497 187	167 159	159 006	13 345	16 461
AM Lisboa	452 582	18 115	77 831	210 938	67 696	63 959	5 267	8 776
Alentejo	383 527	28 523	102 782	143 934	51 105	49 105	4 097	3 981
Algarve	201 078	9 553	32 017	79 809	35 400	37 792	2 785	3 722
RA Açores	100 478	6 225	20 853	35 417	15 014	18 647	2 151	2 171
RA Madeira	90 970	3 335	15 757	35 836	16 526	16 586	1 403	1 527

NECESSIDADE DE REPARAÇÃO



Edifícios com necessidade de reparação (%), Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

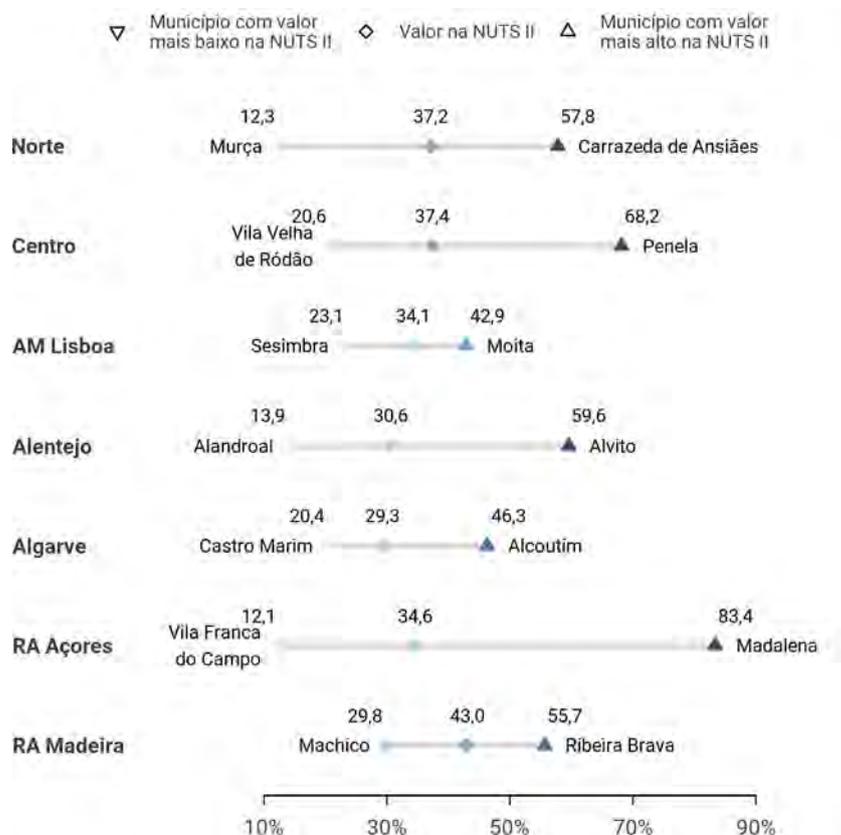
Em 2021, a maioria dos edifícios em Portugal não necessitava de reparações

Segundo os Censos 2021, 64,2% dos edifícios destinados à habitação não necessitam de reparações. Dos 35,8% dos edifícios que necessitam de intervenções, 21,8% necessita de reparações ligeiras, 9,4% de reparações médias e 4,6% de reparações profundas.

Em termos de NUTS II não se verificam grandes discrepâncias. A região do Algarve é a que apresenta maior percentagem de edifícios sem necessidade de reparações (70,7%). O parque habitacional com estado de conservação menos favorável é o da Região Autónoma da Madeira, com 43,0% dos edifícios a necessitarem de alguma intervenção.

Necessidades de reparações no edifício

Verificação da necessidade de intervenção no edifício.



Edifícios com necessidades de reparação (%), NUTS II, 2021

Nota de leitura: Em 2021 na RA Açores a proporção de edifícios com necessidade de reparação é de 34,6%. Vila Franca do Campo é o município da região com a menor proporção de edifícios a necessitar de reparação (12,1%). Madalena é o município da região (e do país) que tem a maior proporção de edifícios com alguma necessidade de reparação (83,4%).

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

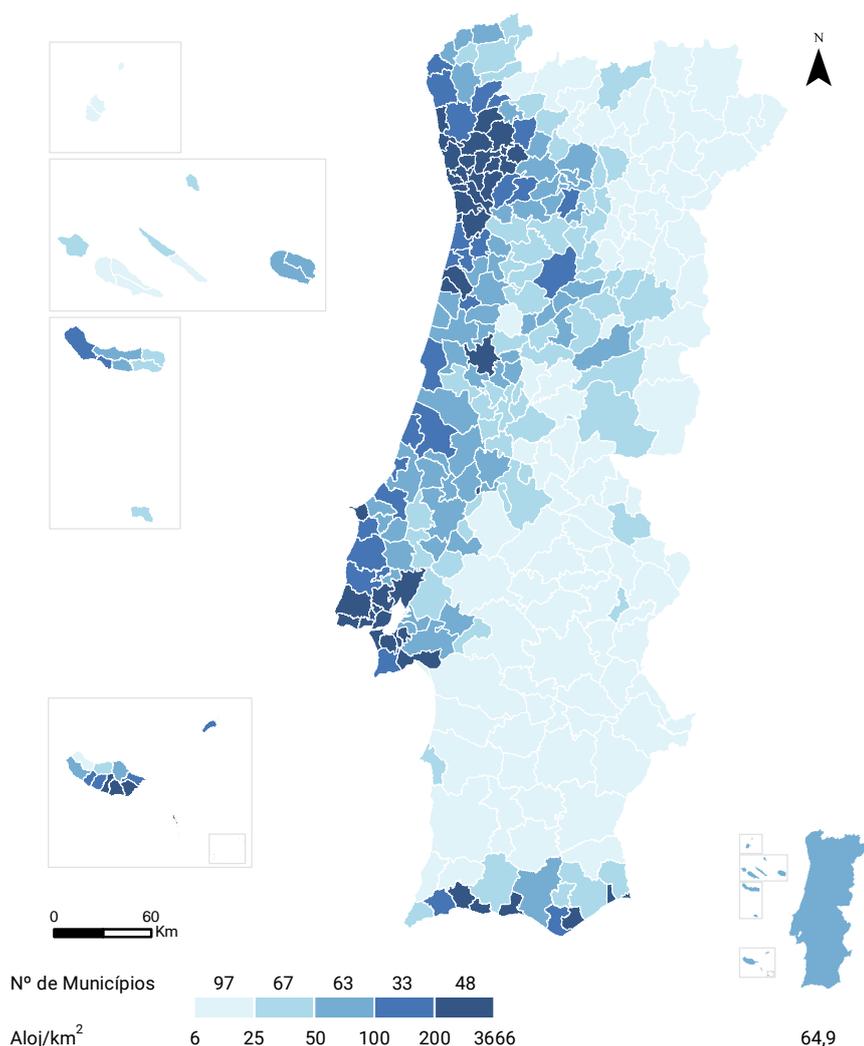
Edifícios, por tipo de necessidade de reparação, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Com necessidade de reparação			Sem necessidade de reparação	
		Total	Ligeiras	Médias		Profundas
Portugal	3 573 416	1 278 826	780 126	335 599	163 101	2 294 590
Norte	1 227 994	456 362	275 888	120 916	59 558	771 632
Centro	1 116 787	418 166	243 728	115 879	58 559	698 621
AM Lisboa	452 582	154 299	104 155	36 268	13 876	298 283
Alentejo	383 527	117 266	70 316	30 963	15 987	266 261
Algarve	201 078	58 878	38 007	13 740	7 131	142 200
RA Açores	100 478	34 726	24 293	7 512	2 921	65 752
RA Madeira	90 970	39 129	23 739	10 321	5 069	51 841

DENSIDADE DE ALOJAMENTOS



Densidade de alojamentos, Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Mantêm-se as disparidades na distribuição dos alojamentos no território nacional

Segundo os Censos 2021, o número médio de alojamentos por Km² é de 64,9.

Regionalmente, verificam-se grandes disparidades na distribuição dos alojamentos, com uma maior concentração de alojamentos por Km² nas regiões do litoral e especialmente junto das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

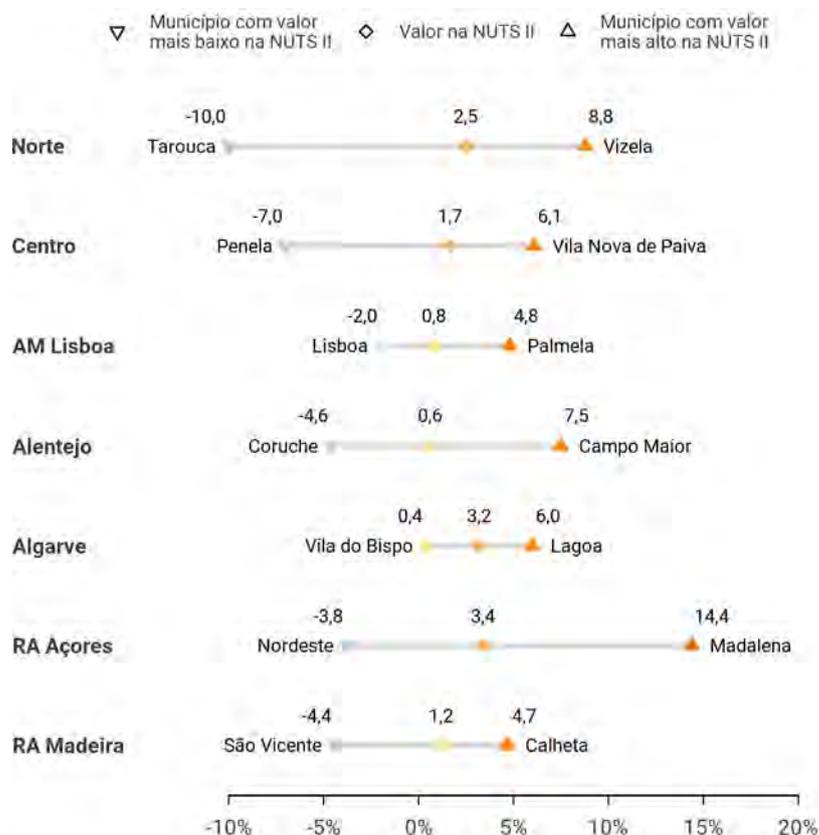
Entre 2011 e 2021, as taxas de variação dos alojamentos oscilaram entre os 0,6% na região do Alentejo e os 3,4% na Região Autónoma dos Açores.

Alojamento familiar

Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas um agregado doméstico privado e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.

Alojamento familiar clássico

Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).



Variação dos alojamentos (%), NUTS II, 2011-2021

Nota de leitura: Entre 2011 e 2021, na região Norte, o número de alojamentos cresceu, em média, 2,5%. Tarouca foi o município que registou o maior decréscimo da região (-10%) enquanto Vizela apresentou o crescimento mais elevado (8,8%).

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

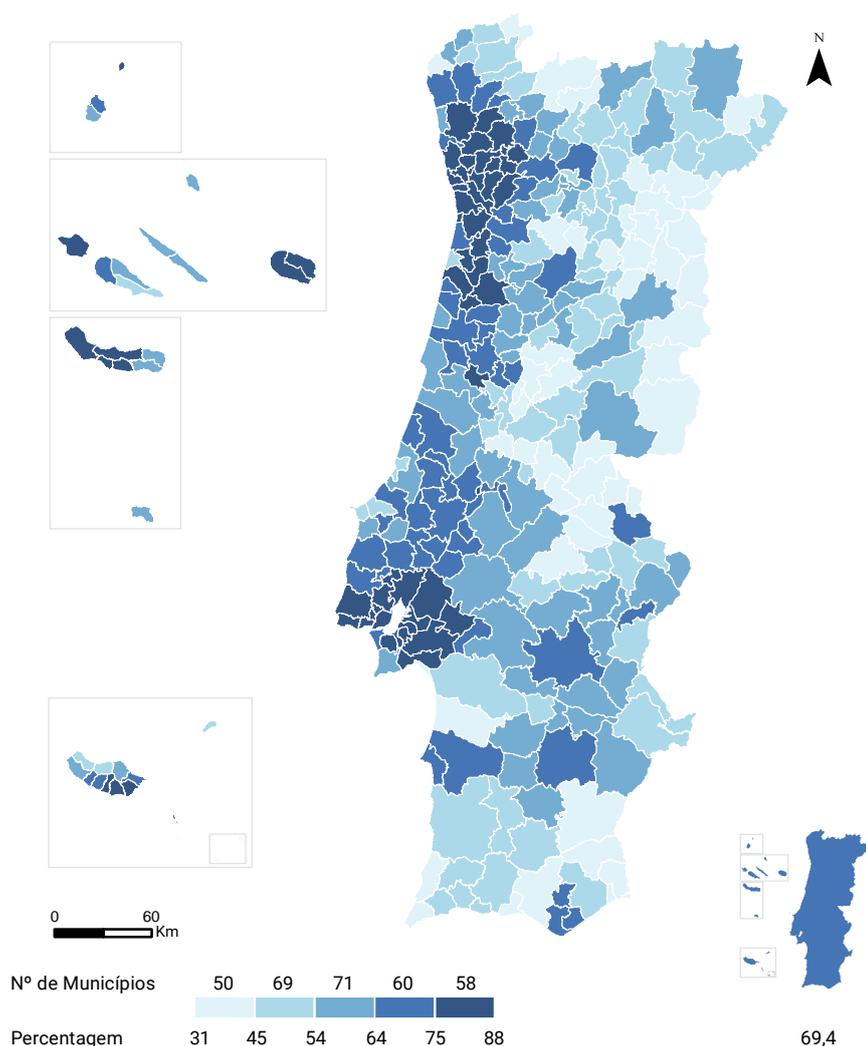
Alojamentos, por tipo de alojamento, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Tipo de alojamento				
	Total	Familiar		Coletivo	
		Total	Clássico		Não clássico
Portugal	5 981 482	5 974 719	5 970 677	4 042	6 763
Norte	1 897 484	1 895 658	1 894 933	725	1 826
Centro	1 473 384	1 471 390	1 470 422	968	1 994
AM Lisboa	1 499 047	1 497 673	1 496 902	771	1 374
Alentejo	474 529	473 666	472 808	858	863
Algarve	392 315	392 047	391 416	631	268
RA Açores	113 536	113 220	113 159	61	316
RA Madeira	131 187	131 065	131 037	28	122

FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS



Alojamentos de residência habitual (%), Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

“Residência habitual” é a forma dominante de ocupação dos alojamentos em Portugal

Em 2021, 69,4% dos alojamentos eram ocupados como residência habitual. As residências secundárias representavam 18,5% do total de alojamentos e os alojamentos vagos 12,1%.

Só na região do Algarve é que a maioria dos alojamentos não é ocupada como residência habitual. Nesta região, o peso das residências secundárias é bastante significativo, representando 38,6% do total de alojamentos. Nas restantes regiões, a proporção de alojamentos ocupados como residência habitual oscila entre 61,5% no Alentejo e 79,6% na Área Metropolitana de Lisboa.

É na região do Alentejo que os alojamentos vagos têm maior peso, representando 16,5% do total de alojamentos. As regiões Norte (10,3%), Algarve (11,9%) e Área Metropolitana de Lisboa (10,7%) apresentam valores abaixo da média nacional.

Alojamento familiar de residência habitual

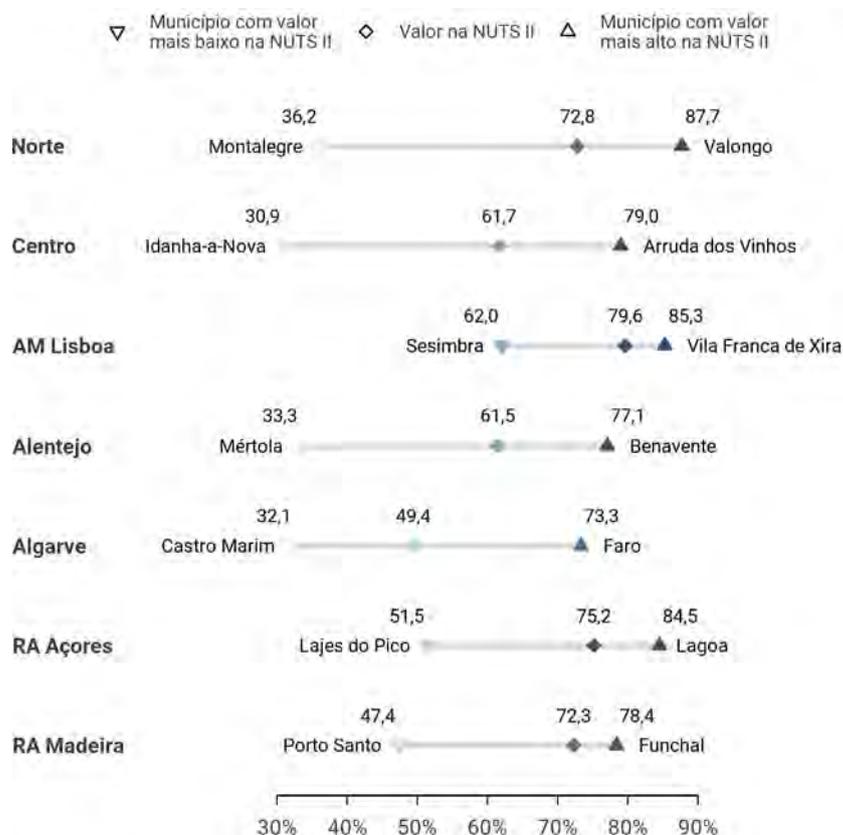
Alojamento familiar ocupado que constitui o local de residência habitual de, pelo menos, um agregado doméstico privado.

Alojamento familiar de residência secundária

Alojamento familiar ocupado que é apenas utilizado periodicamente e no qual ninguém tem residência habitual.

Alojamento familiar vago

Alojamento familiar desocupado e que está disponível para venda, arrendamento, demolição ou outra situação no momento de referência.



Alojamentos ocupados como residência habitual (%), NUTS II, 2021

Nota de leitura: Em 2021, na região Centro, 61,7% dos alojamentos são ocupados como residência habitual. Idanha-a-Nova regista a menor proporção de alojamentos ocupados em residência habitual (30,9%) enquanto Arruda dos Vinhos apresenta a proporção mais elevada (79%).

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

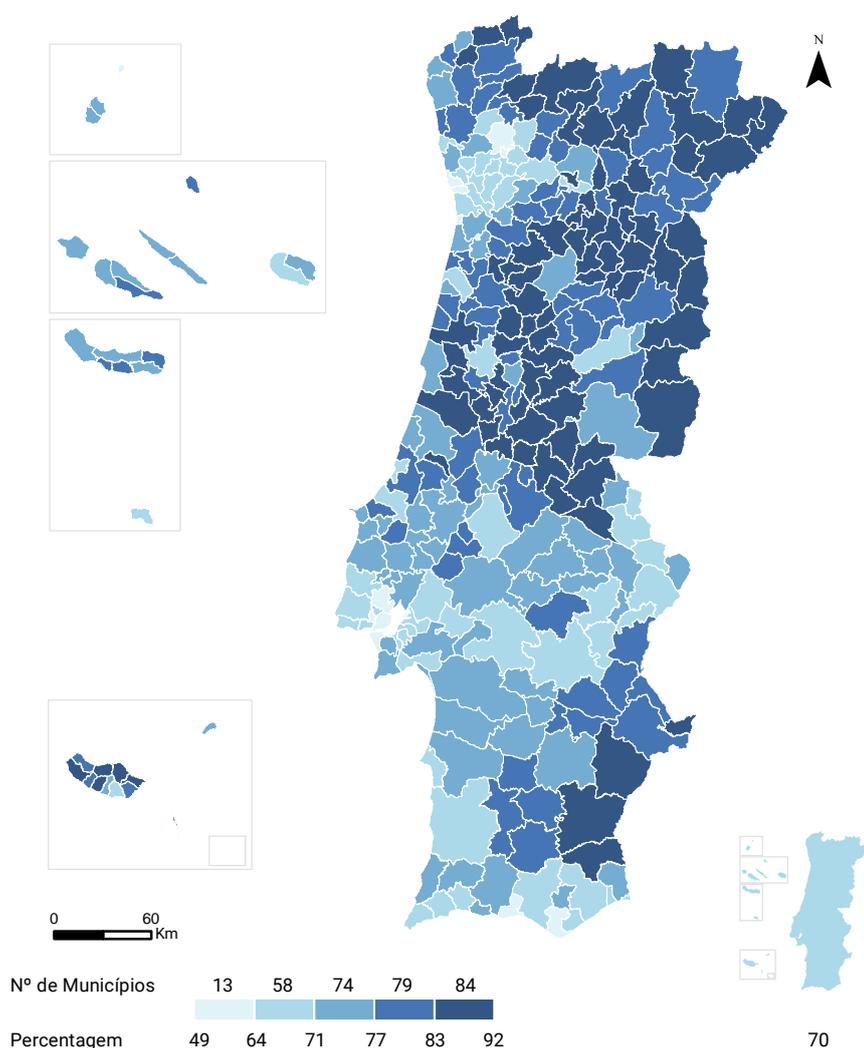
Alojamentos familiares clássicos, por forma de ocupação, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Forma de ocupação				
		Residência habitual	Residência secundária	Vagos		
				Total	Venda ou Arrendamento	Outros Casos
Portugal	5 970 677	4 142 581	1 104 881	723 215	348 097	375 118
Norte	1 894 933	1 379 430	321 054	194 449	90 585	103 864
Centro	1 470 422	907 883	350 226	212 313	99 895	112 418
AM Lisboa	1 496 902	1 191 363	145 763	159 776	70 048	89 728
Alentejo	472 808	290 644	104 219	77 945	39 912	38 033
Algarve	391 416	193 395	151 269	46 752	31 304	15 448
RA Açores	113 159	85 074	14 084	14 001	7 214	6 787
RA Madeira	131 037	94 792	18 266	17 979	9 139	8 840

REGIME DE PROPRIEDADE



Alojamentos ocupados pelo proprietário (%), Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

O número de alojamentos arrendados aumentou na última década

Em 2021, 70,0% dos alojamentos são ocupados pelos proprietários, 22,3% são arrendados e as restantes situações correspondem a 7,7%.

Em termos geográficos, os municípios do norte e centro do país registam maiores proporções de alojamentos ocupados pelo proprietário face aos municípios situados mais a sul.

A importância relativa dos proprietários decresceu face a 2011. Na última década, a proporção de alojamentos em regime de propriedade passou dos 73% para 70%. Este decréscimo do peso dos alojamentos ocupados pelo proprietário foi verificado em todas as regiões, registando maior expressão na Região Autónoma dos Açores, com um decréscimo de 6 p.p.

É na Área Metropolitana de Lisboa (29,2%) e no Algarve (23,0%) que o regime de arrendamento é mais significativo, ficando mesmo acima da média nacional.

Proprietário do alojamento

Titular do direito de propriedade do alojamento que tem o gozo pleno e exclusivo dos direitos de uso, fruição e disposição do mesmo.

Arrendatário do alojamento

Pessoa do agregado/família a quem é conferido o direito ao gozo temporário de um alojamento, no todo ou em parte, mediante pagamento de uma renda.

Alojamentos ocupados pelo proprietário propriedade (%), NUTS II, 2011 e 2021

Nota de leitura: Em 2021, 70% dos alojamentos em Portugal, estão em regime de propriedade, proprietário ou coproprietário. Essa percentagem era de 73% em 2011.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



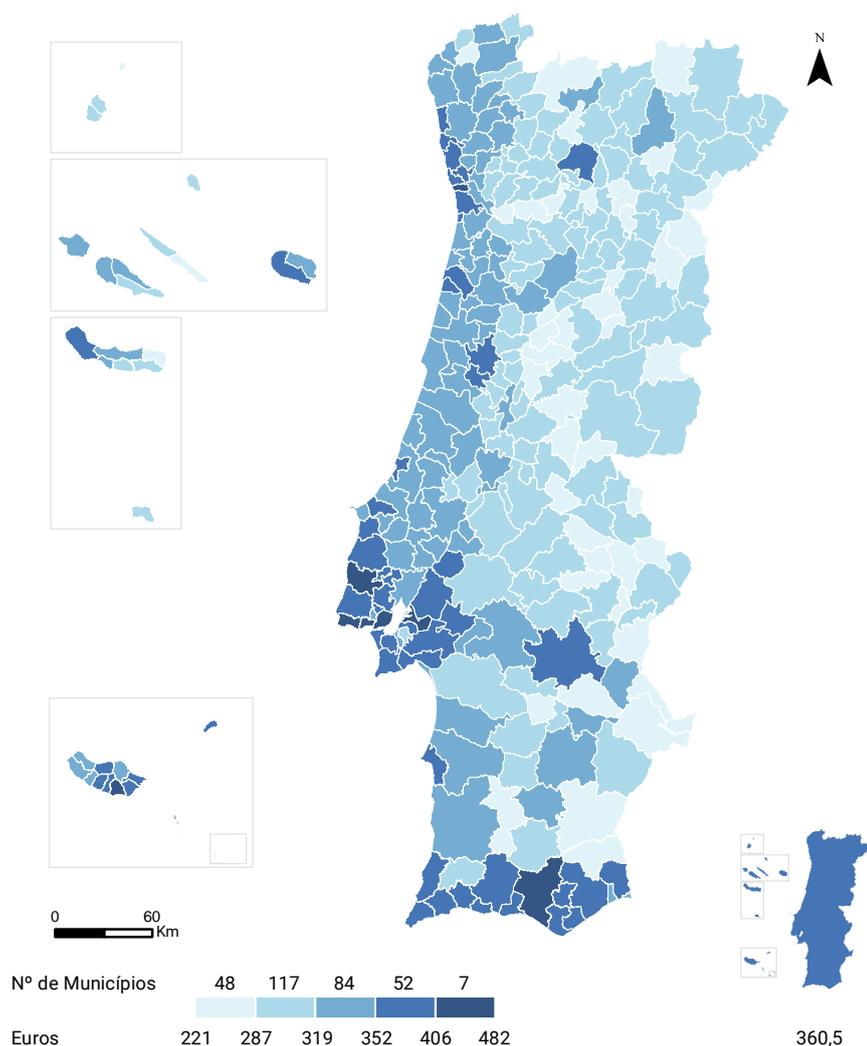
Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, por regime propriedade, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Regime de propriedade		
		Proprietários ou coproprietários	Arrendatários ou subarrendatários	Outra situação
Portugal	4 142 581	2 900 093	922 810	319 678
Norte	1 379 430	962 352	306 252	110 826
Centro	907 883	701 937	143 234	62 712
AM Lisboa	1 191 363	758 598	347 994	84 771
Alentejo	290 644	213 978	49 409	27 257
Algarve	193 395	129 301	44 545	19 549
RA Açores	85 074	63 401	14 653	7 020
RA Madeira	94 792	70 526	16 723	7 543

ENCARGOS POR COMPRA



Valor médio mensal dos encargos financeiros por compra de habitação, Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

A maioria dos proprietários não tem encargos financeiros relacionados com a aquisição da habitação

No que diz respeito aos alojamentos ocupados pelo proprietário, em 61,6% não existem encargos financeiros decorrentes da aquisição da habitação. Nos 38,4% alojamentos com encargos de compra, o valor médio mensal dos encargos é de 360,5 euros, um valor que decresceu, comparativamente a 2011.

Regionalmente, é na Área Metropolitana de Lisboa que os custos médios decorrentes da aquisição da habitação suportados pelos proprietários, são mais elevados (397 euros). Seguem-se a Região Autónoma da Madeira (394 euros) e o Algarve (374 euros). As restantes regiões apresentam valores médios abaixo da média nacional, salientando-se o Alentejo, que apresenta o valor mais baixo (328 euros).

O decréscimo dos encargos com aquisição de casa própria verificou-se em todas as regiões, com especial incidência na Região Autónoma dos Açores (o decréscimo do valor médio mensal dos encargos foi de 21,9%) e na Região Autónoma da Madeira.

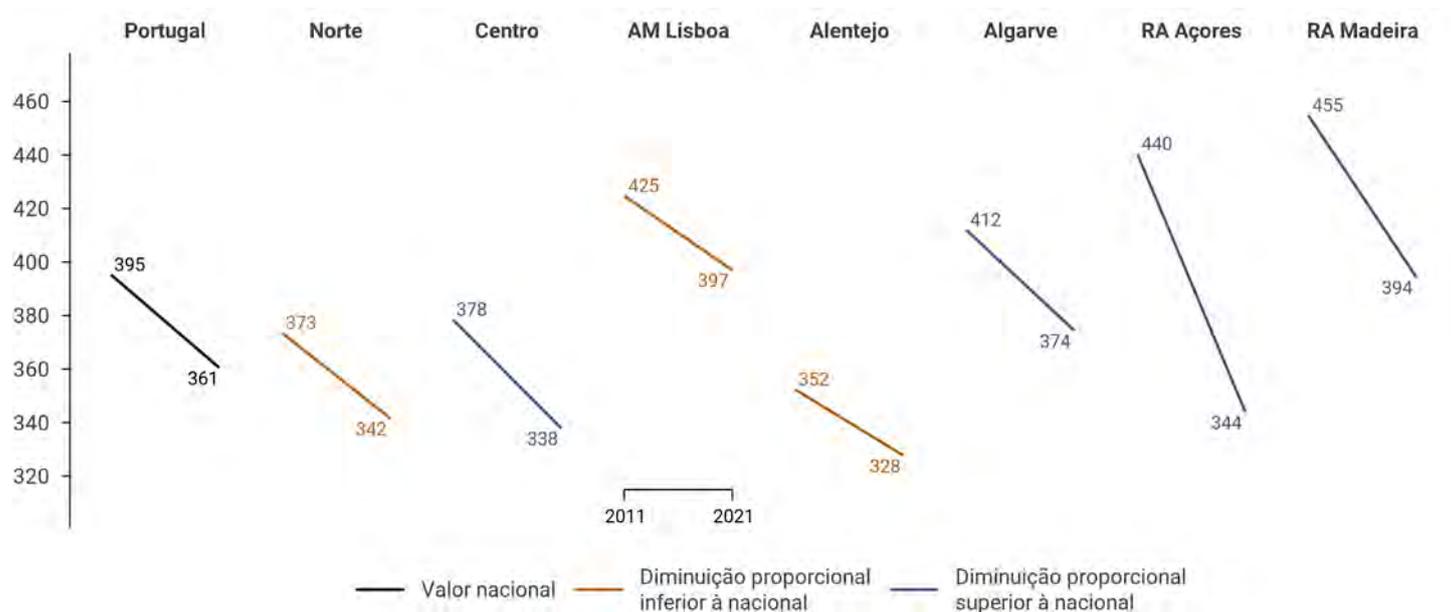
Prestação mensal por aquisição de habitação própria

Encargo mensal de capital e juros em dívida para pagamento de empréstimo à aquisição de habitação própria.

Encargos médios por compra de habitação, NUTS II, 2011 e 2021

Nota de leitura: Em 2021, os encargos com a compra de habitação própria foram em média €361, menores que em 2011 (€395).

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



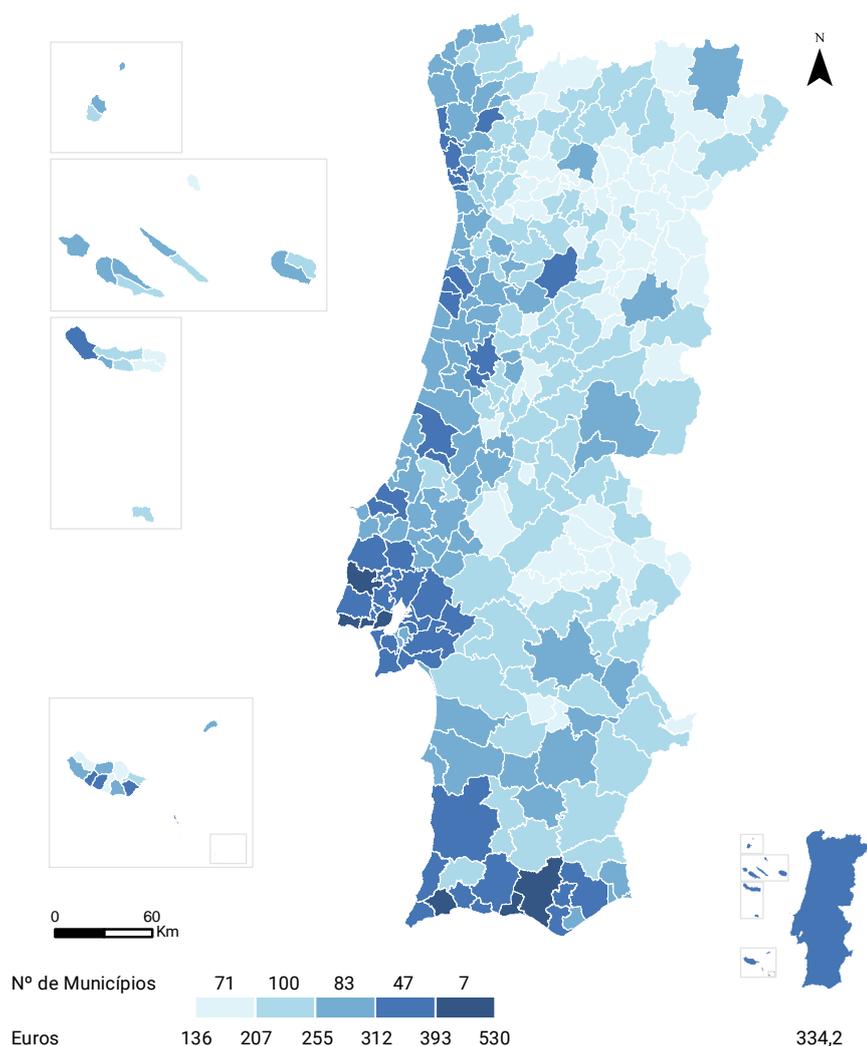
Alojamentos familiares clássicos de residência habitual propriedade do ocupante, por existência de encargos financeiros, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Sem encargos	Com encargos - Escalões do encargo mensal							
			Total	Menos de 100 euros	100-199 euros	200-299 euros	300-399 euros	400-649 euros	650-999 euros	1000 ou mais euros
Portugal	2 900 093	1 787 218	1 112 875	35 802	163 154	320 642	267 243	230 536	63 411	32 087
Norte	962 352	600 721	361 631	10 778	56 514	116 785	87 367	65 692	16 201	8 294
Centro	701 937	483 503	218 434	6 845	36 885	67 316	52 455	41 201	9 158	4 574
AM Lisboa	758 598	396 316	362 282	12 069	42 362	88 560	86 519	89 016	29 077	14 679
Alentejo	213 978	139 214	74 764	2 862	14 098	23 310	17 172	12 785	3 001	1 536
Algarve	129 301	82 596	46 705	1 501	5 752	12 510	11 981	10 627	2 826	1 508
RA Açores	63 401	38 143	25 258	1 045	4 893	6 757	5 570	4 976	1 366	651
RA Madeira	70 526	46 725	23 801	702	2 650	5 404	6 179	6 239	1 782	845

RENDAS



Valor médio mensal das rendas, Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Aumento do valor médio mensal da renda na última década

De acordo com os Censos 2021, o valor médio mensal de renda situa-se nos 334 euros, valor que representa um acréscimo de 42,1% face ao valor registado em 2011 (235 euros).

Nos 922 810 alojamentos de residência habitual arrendados que foram recenseados em 2021, o escalão do valor mensal da renda com maior representatividade é o dos "200 a 399 euros", com 40,4% do total de alojamentos arrendados.

É na Área Metropolitana de Lisboa que o valor das rendas de casa é mais elevado (valor médio mensal de 403 euros), sendo também a região com maior percentagem de alojamentos em que as rendas suportadas superam os 1 000 euros.

Dos 20 440 alojamentos nos quais, em 2021, os encargos com rendas passam os 1 000 euros, 78,1% localizavam-se na Área Metropolitana de Lisboa. Refira-se ainda que é no Alentejo que o custo com o arrendamento das casas é mais baixo, com um valor médio de 261 euros de renda mensal.

Renda para habitação

Quantitativo devido mensalmente ao senhorio pela utilização do alojamento para fins habitacionais.

Valor médio mensal das rendas, NUTS II, 2011 e 2021

Nota de leitura: Em 2021, os valores das rendas mensais são em média €334, superiores a 2011 (€235). As regiões Norte e AM Lisboa tiveram um aumento superior à média nacional entre 2011 e 2021. As restantes NUTS II observaram um crescimento, no mesmo período inferior à média nacional.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



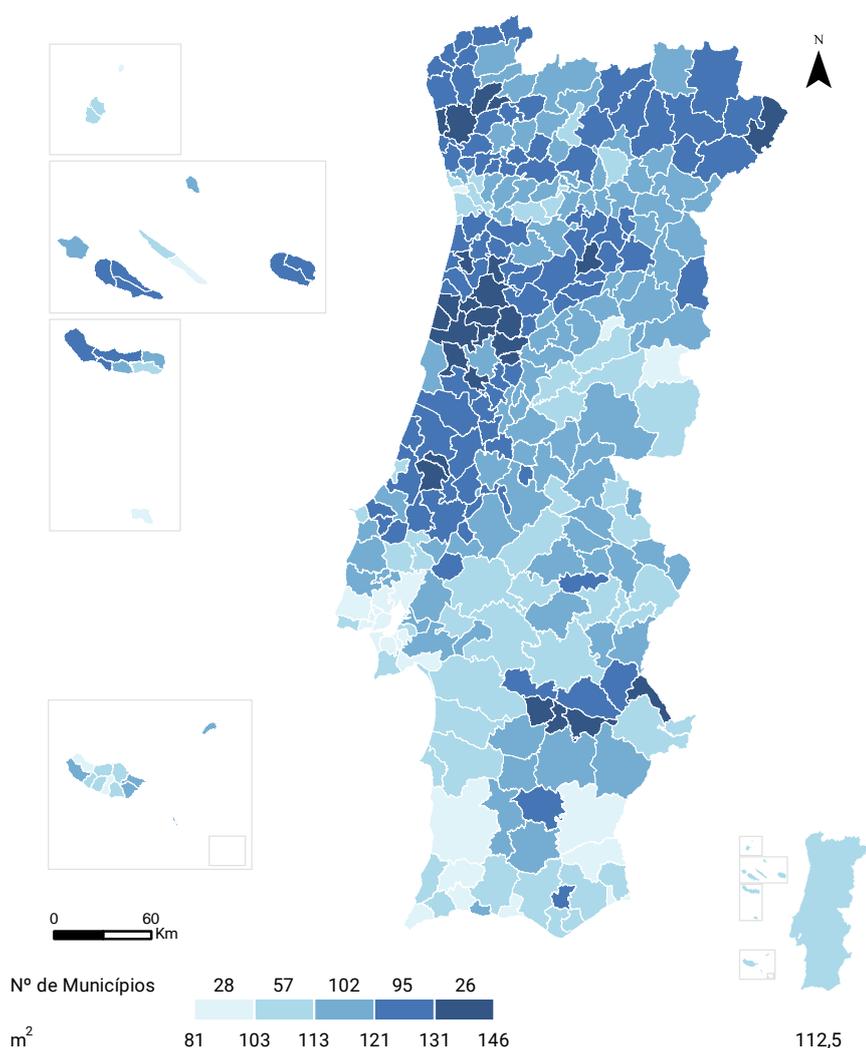
Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados ou subarrendados, por escalões de renda, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total	Escalões mensais de renda							
		Menos de 20 euros	20-49 euros	50-99 euros	100-199 euros	200-399 euros	400-649 euros	650-999 euros	1000 ou mais euros
Portugal	922 810	36 964	47 320	63 567	129 888	372 886	194 047	57 698	20 440
Norte	306 252	13 075	17 783	26 005	55 051	130 738	50 687	10 182	2 731
Centro	143 234	3 626	4 530	5 976	21 097	80 175	24 584	2 639	607
AM Lisboa	347 994	15 263	16 557	22 653	38 192	107 510	91 539	40 321	15 959
Alentejo	49 409	2 406	2 671	3 505	8 843	24 836	6 337	584	227
Algarve	44 545	1 433	1 504	2 125	3 540	18 474	13 877	2 878	714
RA Açores	14 653	848	1 495	1 062	1 584	6 502	2 814	301	47
RA Madeira	16 723	313	2 780	2 241	1 581	4 651	4 209	793	155

ÁREA ÚTIL



Área média por alojamento familiar clássico, Município, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

A área média útil dos alojamentos em Portugal é de 112,5 m²

Em 2021, dos 4 142 581 alojamentos familiares clássicos de residência habitual, 66,7% tinham uma área útil inferior a 119 m².

É na Área Metropolitana de Lisboa que se verifica a maior concentração de alojamentos com menor dimensão. Dos 1 191 363 alojamentos existentes nesta região, 10,9% tinham menos de 49 m² e 51,4% entre 50 m² a 99 m².

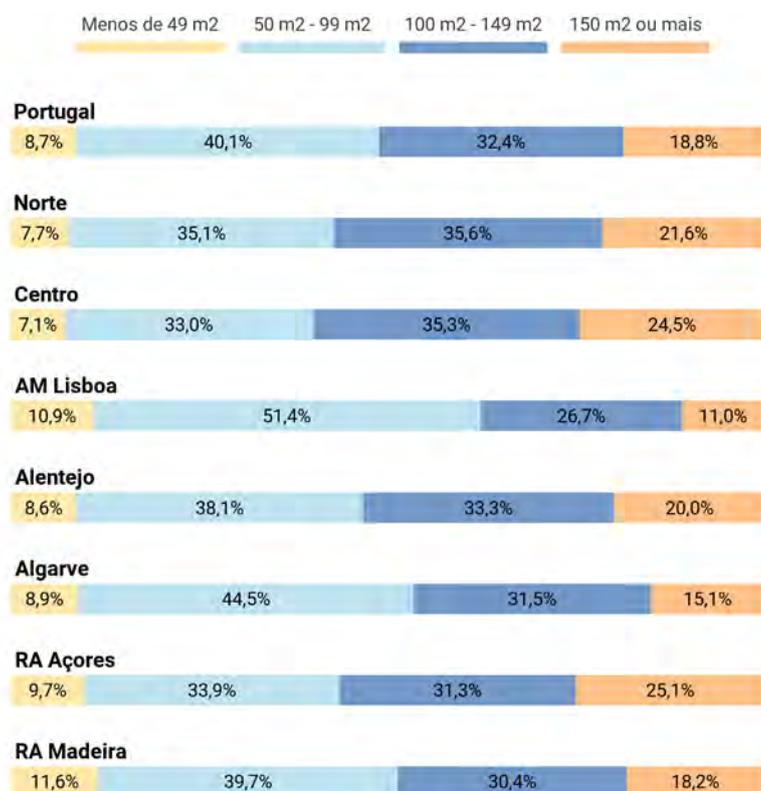
A região Centro regista a maior percentagem de alojamentos com área útil acima de 100 m² (59,9%), seguida da região Norte (57,2%).

Área útil do alojamento

Valor correspondente à superfície do alojamento, incluindo vestíbulos, circulações interiores, instalações sanitárias, arrumos ou outros compartimentos de função similar.

Alojamentos de residência habitual, por área útil (%), NUTS II, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



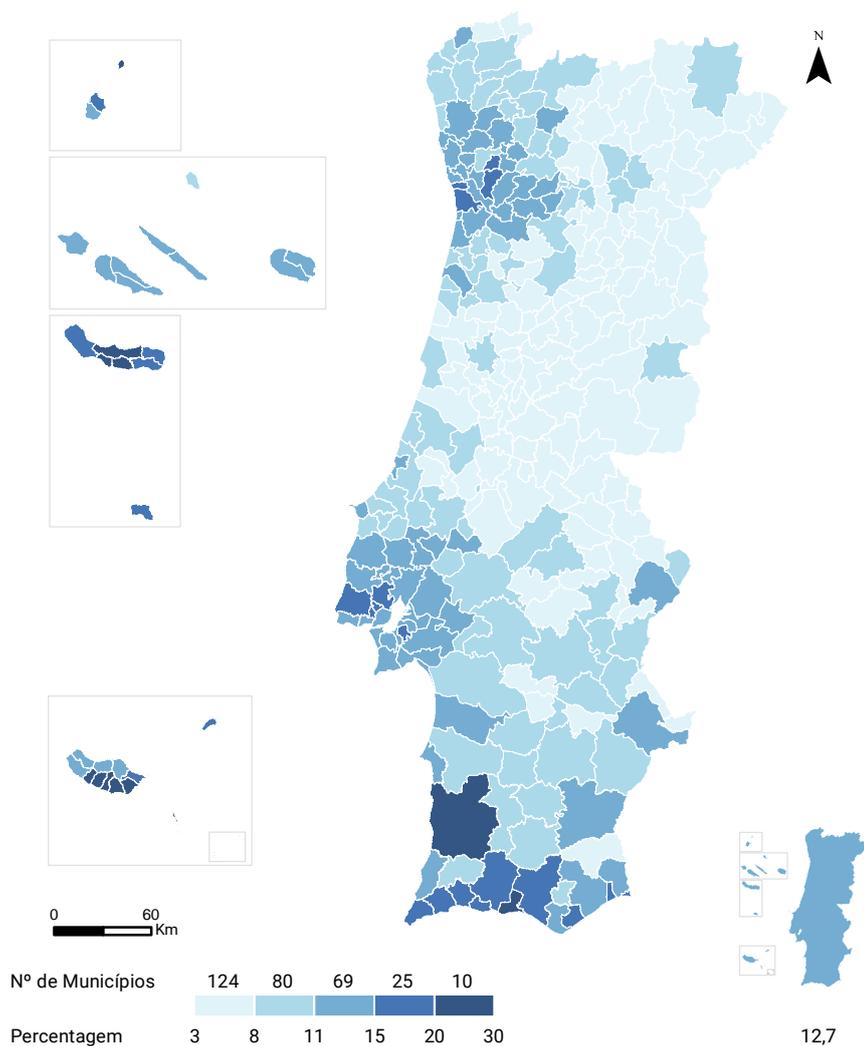
Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, por área útil, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Área útil (m²)										
	Total	Menos de 30	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 79	80 - 99	100 - 119	120 - 149	150 - 199	200 ou mais
Portugal	4 142 581	63 269	122 829	175 651	250 364	595 976	812 997	740 779	602 442	420 263	358 011
Norte	1 379 430	18 837	36 315	51 223	71 071	157 057	255 582	267 227	223 783	155 499	142 836
Centro	907 883	11 100	21 725	31 510	44 420	100 885	154 589	167 181	153 756	118 292	104 425
AM Lisboa	1 191 363	21 465	43 712	64 377	94 763	246 904	270 740	186 891	131 151	78 512	52 848
Alentejo	290 644	4 544	8 595	11 874	16 709	38 013	56 063	53 137	43 697	32 083	25 929
Algarve	193 395	3 330	5 813	8 053	12 276	30 075	43 711	35 251	25 655	16 235	12 996
RA Açores	85 074	1 673	2 869	3 711	4 839	10 219	13 762	14 253	12 397	10 693	10 658
RA Madeira	94 792	2 320	3 800	4 903	6 286	12 823	18 550	16 839	12 003	8 949	8 319

ÍNDICE DE LOTAÇÃO



Alojamentos familiares sobrelotados (%), Município 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

A maioria dos alojamentos em Portugal encontra-se sublotado

De acordo com os resultados dos Censos 2021, 63,6% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual estavam sublotados (com divisões excedentes), 23,7% foram considerados com lotação normal e 12,7% estavam sobrelotados (com divisões em falta).

Em termos regionais, é na região Centro que se regista a menor proporção de alojamentos sobrelotados (8,5%). A Região Autónoma da Madeira (23,3%), a Região Autónoma dos Açores (17,4%) e o Algarve (16,9) são as regiões onde a percentagem de alojamentos sobrelotados é mais significativa.

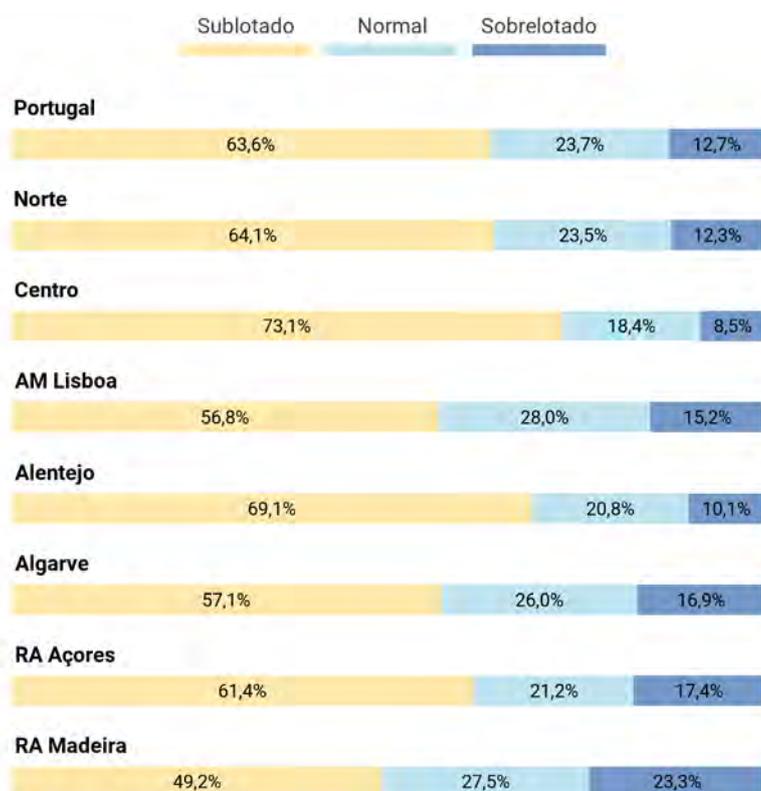
No que concerne aos alojamentos sobrelotados, a maioria (76,5%) apenas necessitava de mais uma divisão, 18,2% de 2 divisões e 5,3% de 3 ou mais divisões.

Índice de lotação do alojamento

Indicador do número de divisões a mais ou a menos em relação ao número de residentes no alojamento.

Índice de lotação dos alojamentos (%), NUTS II, 2021

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



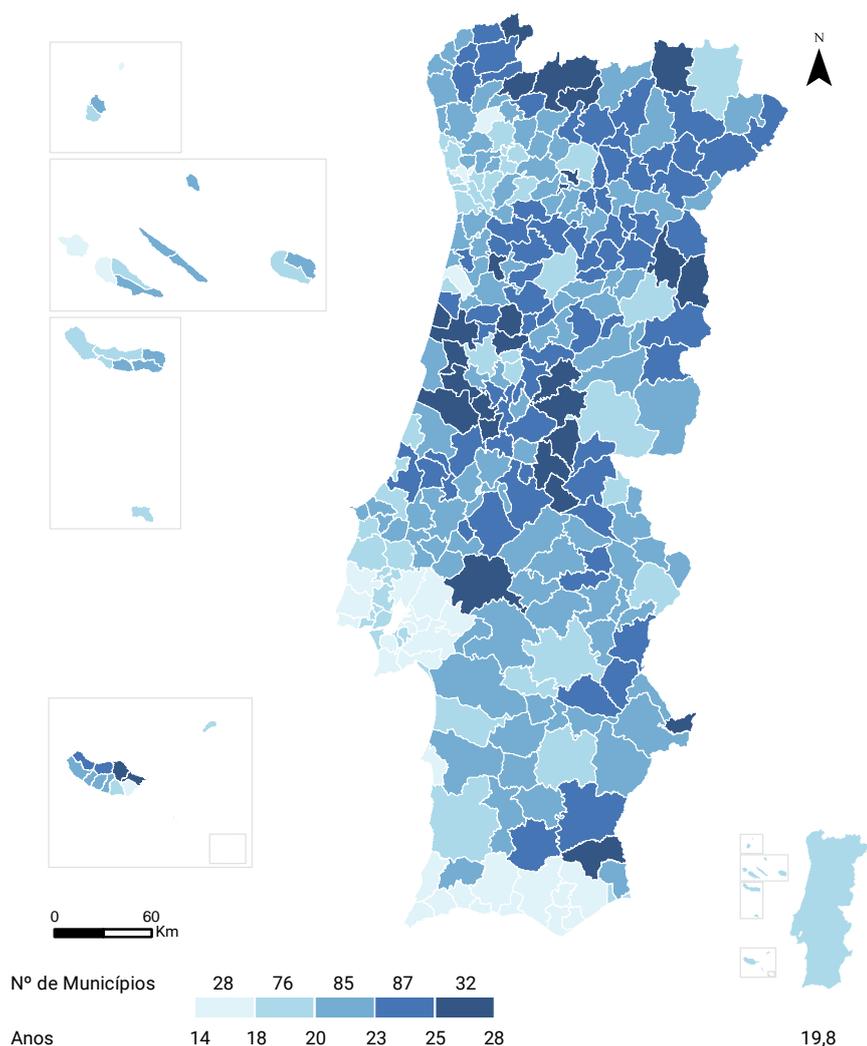
Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, por índice de lotação, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Índice de lotação							
	Total	Alojamentos sublotados (nº de divisões excedentes)			Normal	Alojamentos sobrelotados (nº de divisões em falta)		
		3 ou mais divisões	2 divisões	1 divisão		Com 1 divisão	Com 2 divisões	Com 3 ou mais divisões
Portugal	4 142 581	634 791	802 522	1 197 649	979 764	403 851	95 806	28 198
Norte	1 379 430	234 207	270 089	380 543	324 403	133 803	29 445	6 940
Centro	907 883	202 968	214 321	246 372	166 740	61 888	12 523	3 071
AM Lisboa	1 191 363	97 296	192 729	386 210	333 969	134 750	34 416	11 993
Alentejo	290 644	50 588	63 615	86 640	60 348	22 848	4 906	1 699
Algarve	193 395	21 453	33 563	55 462	50 251	24 492	6 418	1 756
RA Açores	85 074	17 956	14 926	19 388	18 002	10 233	3 282	1 287
RA Madeira	94 792	10 323	13 279	23 034	26 051	15 837	4 816	1 452

ANOS DE RESIDÊNCIA



Número médio de anos de residência no alojamento, Município, 2021

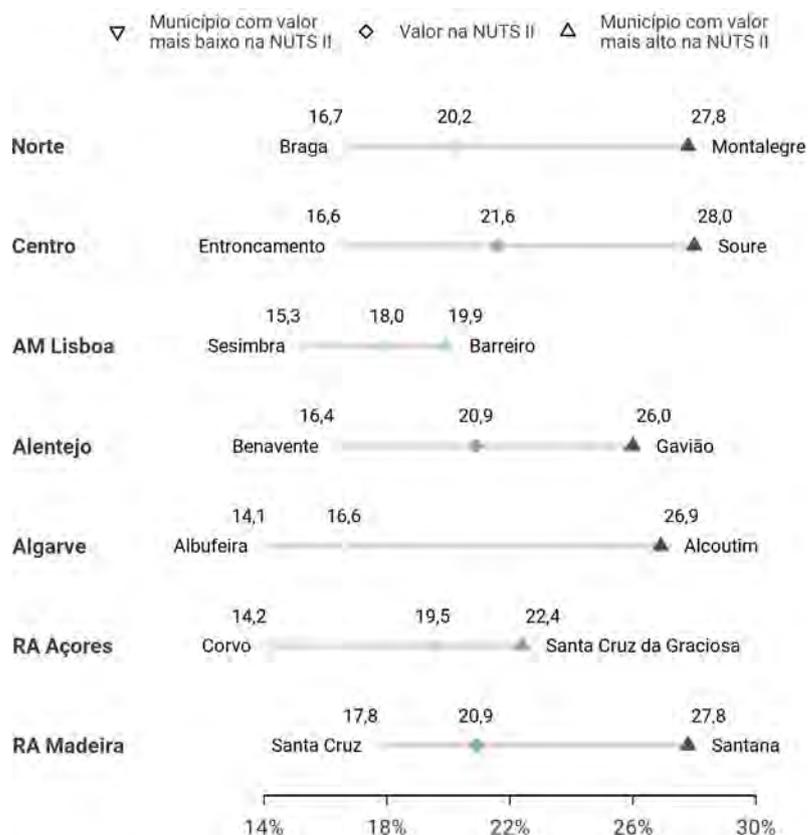
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Em Portugal um agregado reside em média 19,8 anos num alojamento

De acordo com os Censos 2021, um agregado reside em média 19,8 anos no mesmo alojamento.

É na região do Algarve (16,6 anos) e na Área Metropolitana de Lisboa (18,0 anos) que os agregados residem, em média, menos tempo nos alojamentos. Em contrapartida, a região Centro, regista o número médio de anos de residência mais elevado (21,6).

Em 35,0% dos alojamentos, o número de anos de residência do respetivo agregado era inferior a 10 anos. No caso dos alojamentos ocupados pelo agregado há mais de 40 anos (ou pelo menos por uma pessoa do agregado) a proporção é de 16,7%.



Número médio de anos de residência no alojamento, NUTS II, 2021

Nota de leitura: Em 2021, na região do Algarve, o número médio de anos de residência no alojamento é de 16,6 anos. Nesta região, o município onde se regista menos tempo de residência no alojamento é Albufeira (14,1 anos). Em Alcoutim, pelo contrário, regista o maior tempo médio de permanência na residência (26,9 anos).

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, por anos de residência do agregado no alojamento, NUTS II, 2021

Unidade: Número

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	Total alojamentos	Anos de residência no alojamento									
		Menos de 1	1 - 4	5 - 9	10 - 14	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 e mais
Portugal	4 142 581	80 368	938 564	431 568	419 809	420 138	466 987	218 485	292 735	180 453	693 474
Norte	1 379 430	24 000	284 437	139 960	138 747	145 368	175 389	79 368	105 844	63 251	223 066
Centro	907 883	15 991	191 326	79 925	83 878	88 587	98 215	51 015	72 431	46 326	180 189
AM Lisboa	1 191 363	28 602	306 452	144 088	127 431	116 767	124 583	54 288	63 863	41 010	184 279
Alentejo	290 644	4 499	64 455	27 026	28 744	28 384	29 618	14 990	23 432	14 645	54 851
Algarve	193 395	4 154	54 061	24 148	21 017	20 004	19 116	8 903	12 751	6 975	22 266
RA Açores	85 074	1 503	18 824	8 548	9 851	9 252	8 707	4 803	6 755	4 063	12 768
RA Madeira	94 792	1 619	19 009	7 873	10 141	11 776	11 359	5 118	7 659	4 183	16 055



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

nota
metodológica

1. Enquadramento

O XVI Recenseamento Geral da População e o VI Recenseamento Geral da Habitação, abreviadamente designados por Censos 2021, dão continuidade à mais longa e consistente série estatística nacional sobre a população e a habitação.

Os Recenseamentos da População e da Habitação são operações estatísticas fundamentais para o conhecimento das principais características da população e da habitação do país, a sua realidade social e económica, disponibilizando informação imprescindível para a tomada de decisões dos setores público e privado.

O objetivo central de um recenseamento da população e da habitação é a quantificação e a caracterização dos edifícios, alojamentos, agregados domésticos e indivíduos, garantindo a consistência e o rigor estatístico em níveis geográficos detalhados.

Os Censos 2021 foram concebidos com o objetivo de assegurar a disponibilização de informação de qualidade, respondendo às necessidades da Sociedade, e garantindo o cumprimento das obrigações internacionais a que Portugal está sujeito, de acordo com os Regulamentos da União Europeia.

O contexto epidemiológico da pandemia COVID-19 no qual foi realizada esta operação censitária constituiu um desafio, tendo sido introduzidos ajustamentos à operação para que decorresse em condições de segurança de saúde pública para todos os envolvidos, estrutura de recolha e população, e com garantia da qualidade dos seus resultados. Conferir visibilidade e credibilidade à operação Censos 2021 e criar um clima de confiança na sua participação foi um objetivo do INE.

1.1. Enquadramento legislativo

Em Portugal, as operações censitárias são enquadradas por legislação específica de âmbito nacional e europeu.

Para os Censos 2021, foi publicado o [Decreto-Lei 54/2019](#) de 18 de abril, que define as competências e responsabilidades das várias entidades que intervêm na operação censitária e estabelece dispositivos específicos para assegurar os recursos financeiros e humanos necessários à sua execução. Este Decreto-Lei foi publicado na sequência da correspondente autorização legislativa, aprovada pela Assembleia da República ([Lei 6/2019](#) de 11 de janeiro).

Os Censos 2021 obedecem igualmente ao conjunto de normas técnicas e recomendações definidas e regularmente atualizadas no quadro da Organização das Nações Unidas e por legislação da União Europeia, através do [Regulamento \(CE\) 763/2008](#) do Parlamento e do Conselho, de 9 de julho de 2008. Para além deste regulamento quadro, foi estabelecido um conjunto de regulamentos de execução que definem detalhadamente as variáveis, o programa de dados a transmitir ao Eurostat, a Metainformação e os relatórios de qualidade ([Regulamento \(UE\) 2017/543](#) da Comissão, de 22 de março de 2017; [Regulamento \(UE\) 2017/712](#) da Comissão, de 20 de abril de 2017; [Regulamento de execução \(UE\) 2017/881](#) da Comissão, de 23 de maio de 2017; [Regulamento de execução \(UE\) 2018/1799](#) da Comissão, de 21 de novembro de 2018).

1.2. Contexto epidemiológico

No período previsto para a realização dos Censos 2021, Portugal esteve sujeito a restrições de medidas de saúde pública devido à pandemia COVID-19, com impacto significativo na preparação da operação Censos 2021 e na atividade geral do INE. Neste contexto epidemiológico, e após uma rigorosa análise e avaliação da viabilidade da sua realização por parte do INE, foi definido um Plano de Contingência de modo a garantir a qualidade da execução dos Censos e a acautelar os riscos para a população e para a estrutura de recolha de dados.

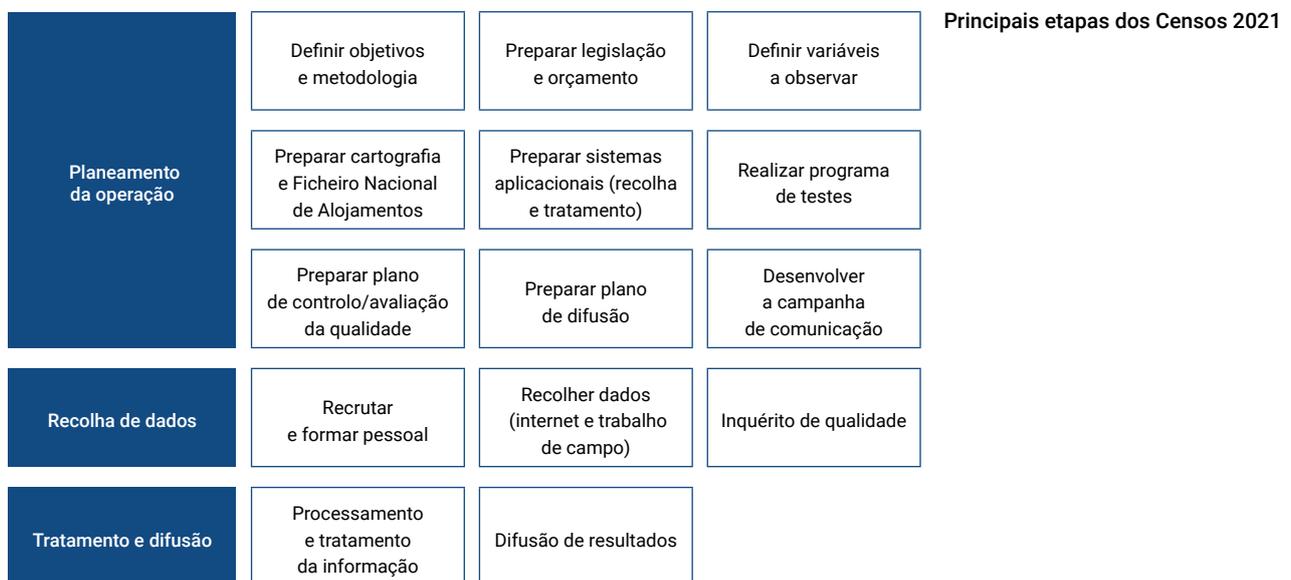
Este Plano de Contingência assentou nas seguintes linhas de atuação:

- Uma estratégia que reforçou a opção pela resposta aos Censos pela internet, com apoio à população através de uma linha telefónica específica, permitindo uma abordagem de resposta fácil, segura e rápida para os cidadãos. No contexto epidemiológico, este modo de resposta revestiu-se ainda de maior relevância, tendo também em conta que anulou ou reduziu ao indispensável os contactos, em número e duração, entre os recenseadores e a população;
- A possibilidade da resposta telefónica, dirigida essencialmente a grupos da população com maior dificuldade na resposta pela internet ou impedidos de contacto presencial, nomeadamente por razões de saúde pública;
- O reforço dos mecanismos de controlo do trabalho de campo e de validação da informação recolhida, nomeadamente com recurso à integração de informação administrativa;
- O cumprimento de um Protocolo de Saúde Pública para a preparação e execução dos Censos 2021, no âmbito da pandemia COVID-19, que permitiu assegurar a aplicação das normas sanitárias estabelecidas pelas autoridades de saúde. Este protocolo seguiu as orientações técnicas da Direção-Geral da Saúde (DGS) e integrou recomendações específicas desta entidade para a preparação e realização da operação censitária.

2. Principais aspetos metodológicos da operação

Os Censos, pela sua dimensão e impacto na sociedade, são operações estatísticas complexas e que mobilizam elevados recursos humanos e financeiros, exigindo uma atempada e cuidadosa preparação.

O planeamento dos Censos 2021 envolveu um vasto conjunto de atividades ao nível do planeamento da operação, da recolha de dados e, finalmente, do tratamento e difusão dos resultados, e que se encontram sistematizadas na figura seguinte.



Os Censos 2021 foram realizados através de um inquérito exaustivo junto da população, com recurso a um processo de recolha de informação predominantemente através da internet, estratégia adequada ao contexto epidemiológico que se viveu no país e que permitiu garantir a qualidade da informação recolhida.

Face a operações censitárias anteriores, os Censos 2021 destacaram-se pela introdução de inovações no processo operativo, sendo de destacar:

- O tradicional processo de distribuição de questionários porta-a-porta foi substituído pela entrega de uma carta com a informação necessária para a resposta através da internet. A entrega das cartas com os códigos para resposta foi assegurada pelos recenseadores;
- A utilização do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA) como infraestrutura de suporte ao trabalho de campo. No decorrer do período de recolha, foram confirmados, corrigidos, eliminados ou acrescentados à lista inicial os edifícios e alojamentos, de forma a permitir uma leitura completa e atual da realidade;
- A internet como o principal canal de resposta aos Censos 2021, que permitiu a melhoria da qualidade da informação recolhida e possibilitou uma abordagem mais flexível, segura e cómoda para os cidadãos. Foi desenvolvido especificamente para esta operação o sistema de resposta eCensos facilitado para multiplataformas: PC, tablet e smartphone;

- Reforço das tecnologias de informação e comunicação no trabalho de campo, nomeadamente a utilização de dispositivos móveis na realização do trabalho dos recenseadores, garantindo a gestão e o acompanhamento da operação de forma mais eficiente;
- Pela primeira vez num censo, foi utilizado um procedimento que permitiu ter pré-preenchidas algumas variáveis relativas ao edifício e ao alojamento. Para essas variáveis, a resposta foi facilitada pela visualização da informação obtida nos Censos 2011, sendo apenas necessário confirmar ou retificar os elementos apresentados;
- Introdução de uma nova funcionalidade no preenchimento e codificação das questões abertas (profissão, atividade económica ou designação do curso superior). Esta nova funcionalidade, para além de permitir simplificar a resposta por parte da população, contribuiu para a melhoria dos níveis de codificação automática destas variáveis;
- Utilização de informação administrativa que permitiu melhorar infraestruturas de suporte da operação, contribuir para o controlo do trabalho de campo e aumentar a eficácia do sistema de tratamento da informação.

2.1. Trabalhos preparatórios

2.1.1. Consulta pública

No âmbito dos trabalhos preparatórios dos Censos 2021, teve lugar um processo de consulta pública sobre as variáveis a observar. Este processo teve como objetivo a auscultação das necessidades de informação estatística dos diferentes utilizadores, proporcionando maior adequação e utilidade dos dados a disponibilizar pelos Censos 2021.

O processo de consulta iniciou-se em fevereiro de 2018 junto dos organismos e entidades representados no Conselho Superior de Estatística e de outros utilizadores institucionais. Seguiu-se uma fase de consulta dirigida à participação de toda a Sociedade, a qual esteve disponível no portal do Instituto Nacional de Estatística entre abril e setembro de 2018. No processo de consulta pública foram recebidas várias sugestões e comentários, a maioria de organismos e entidades públicas, mas também de associações e entidades privadas e de particulares.

Todos os comentários foram analisados no âmbito dos trabalhos da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2021 do Conselho Superior de Estatística, tendo em consideração critérios de pertinência, relevância, operacionalidade e carga estatística.

Este processo permitiu melhorar o conteúdo a observar nos Censos 2021, nomeadamente através da identificação/clarificação das necessidades de informação em determinadas temáticas. Vários contributos ou propostas de novas variáveis não foram consideradas por se tratar de questões fora do âmbito censitário, por existirem fontes de informação alternativas (administrativas ou inquéritos amostrais) ou, ainda, por motivos de complexidade operacional e eficácia da operação.

2.1.2. Operações experimentais

No âmbito dos trabalhos preparatórios dos Censos 2021, o programa de testes foi fundamental para assegurar e garantir a sua realização com sucesso, tendo sido realizados três: em 2016, 2018 e 2020. Os objetivos dos testes iniciais foram centrados essencialmente na avaliação da metodologia preconizada para estes Censos e o seu impacto na operação. Neste contexto, refira-se a utilização, pela primeira vez nos Censos, de um ficheiro de edifícios e alojamentos, base de suporte à operação no terreno e consequente distribuição a cada alojamento de códigos para resposta via internet.

O último teste, realizado em novembro de 2020, teve como principal objetivo testar os processos de recolha que suportaram a operação censitária, designadamente as aplicações informáticas. Foi já aplicado o protocolo de segurança de saúde pública definido face ao contexto epidemiológico então existente.

2.1.3. Infraestrutura geográfica

Para suporte à realização dos Censos 2021 foram constituídos dois conjuntos de dados geográficos de âmbito nacional: a Base Geográfica de Referência de Informação – BGRI2021 e a Base Geográfica de Edifícios – BGE2021.

A Base Geográfica de Referência de Informação (BGRI2021) constitui o seccionamento estatístico do território nacional, Secções e Subsecções estatísticas, de suporte à recolha direta de dados dos Censos 2021 e à divulgação de informação estatística censitária. A BGRI2021 observa na íntegra os limites administrativos que constam da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) em vigor à data do momento censitário.

A Base Geográfica de Edifícios (BGE2021) é um conjunto de dados de “base pontual” que representa a localização da unidade estatística “Edifício” através de atributos geográficos de localização (coordenadas e moradas) e atributos identificadores.

2.2. Unidades estatísticas e variáveis observadas

No domínio da habitação e com o objetivo de caracterizar o parque habitacional, foram observadas as unidades estatísticas “Edifício” e “Alojamento”. À semelhança das últimas operações censitárias, apenas foram considerados os edifícios com, pelo menos, um alojamento destinado a habitação, não sendo recenseados os edifícios totalmente utilizados para fins diferentes de habitação. Também ao nível dos alojamentos, foram recenseados apenas os destinados a fins habitacionais.

No domínio da população, foram observadas as unidades estatísticas “Agregado Doméstico Privado”, “Agregado Institucional” e “Indivíduo”. A informação para os “Núcleos Familiares”, unidade estatística derivada, é construída a partir da informação sobre relações de parentesco recolhidas no “Agregado Doméstico Privado”.

Foram observadas todas as variáveis obrigatórias por regulamento europeu, assim como outras de interesse especificamente nacional.

Variáveis observadas nos Censos 2021

Unidade estatística	Variáveis a observar em 2021
Edifício	Localização geográfica
	Tipo de edifício
	Tipo de utilização
	Época de construção
	Número de alojamentos
	Número de pisos
	Elevador
<hr/>	
Alojamento	Localização geográfica
	Tipo de alojamento
	Forma de ocupação
	Ar condicionado
	Tipo de aquecimento
	Área útil
	Número de divisões
	Lugar de estacionamento
	Regime de propriedade
	Encargos por compra
	Duração do contrato de arrendamento
	Época do contrato de arrendamento
	Renda
	Existência de apoio ao arrendamento (nova)
	Entidade proprietária
Acessibilidade ao alojamento (nova)	
Número de anos de residência no alojamento (nova)	
<hr/>	
Agregado	Número de residentes no agregado
	Relações de parentesco entre todos os membros (agregados domésticos privados)
<hr/>	
Indivíduo	Local de residência habitual
	Situação de residência
	Sexo
	Data de nascimento
	Estado civil legal
	União de facto
	Naturalidade
	Nacionalidade
	Local de residência 1 ano antes
	Residência anterior no estrangeiro e Ano de entrada em Portugal
	País de proveniência
	Motivo de imigração para Portugal (nova)
	Alfabetismo
	Frequência do sistema de ensino
	Nível de escolaridade completo
	Curso superior
	Condição perante o trabalho (Trabalho na semana de referência; Motivo de não trabalho; Já alguma vez trabalhou; Procura ativa de emprego; Disponibilidade para trabalhar)
	Profissão
	Situação na profissão
	Ramo de atividade económica
	Principal meio de vida
	Local de trabalho ou local de estudo
	Principal meio de transporte utilizado
	Utilização de um segundo meio de transporte
	Duração do trajeto
	Incapacidades (resposta facultativa)
	Religião (resposta facultativa)

2.3. Recolha da informação

Os Censos 2021 foram executados através de um inquérito exaustivo, envolvendo todas as pessoas residentes no país.

O momento censitário, data de referência para os dados recolhidos, foi o dia **19 de abril de 2021**.

Os procedimentos de recolha decorreram ao longo de 3 fases:

- Fase I** Reconhecimento do terreno pelos recenseadores; preenchimento do questionário de edifício; distribuição de cartas com os códigos para resposta pela internet.
- Fase II** Resposta da população (apoio, esclarecimento e divulgação da operação por parte dos recenseadores).
- Fase III** Conclusão da intervenção dos recenseadores e da resposta da população.

A resposta aos Censos foi possível através dos seguintes modos de resposta:

- eCensos – formulário eletrónico para resposta direta pela população através da internet; Disponibilizado em multiplataformas: PC, tablet e smartphone;
- eBalcão – disponível nas Juntas de Freguesia e com apoio ao cidadão na resposta aos Censos;
- eRecenseador – aplicação de apoio à função do recenseador, que permitiu a resposta com o apoio do recenseador;
- Questionário em papel;
- Resposta por telefone, através da linha de apoio ao cidadão.

Nos Censos 2021 foram atingidas elevadas taxas de resposta eletrónica (99,3%), com 87,5% das respostas a serem dadas pela população através do eCensos, 7,7% através do eRecenseador e 4,1% através do eBalcão. A resposta através de questionários em papel ou através da linha de apoio telefónica foram residuais, com valores de 0,3% e 0,4% respetivamente.



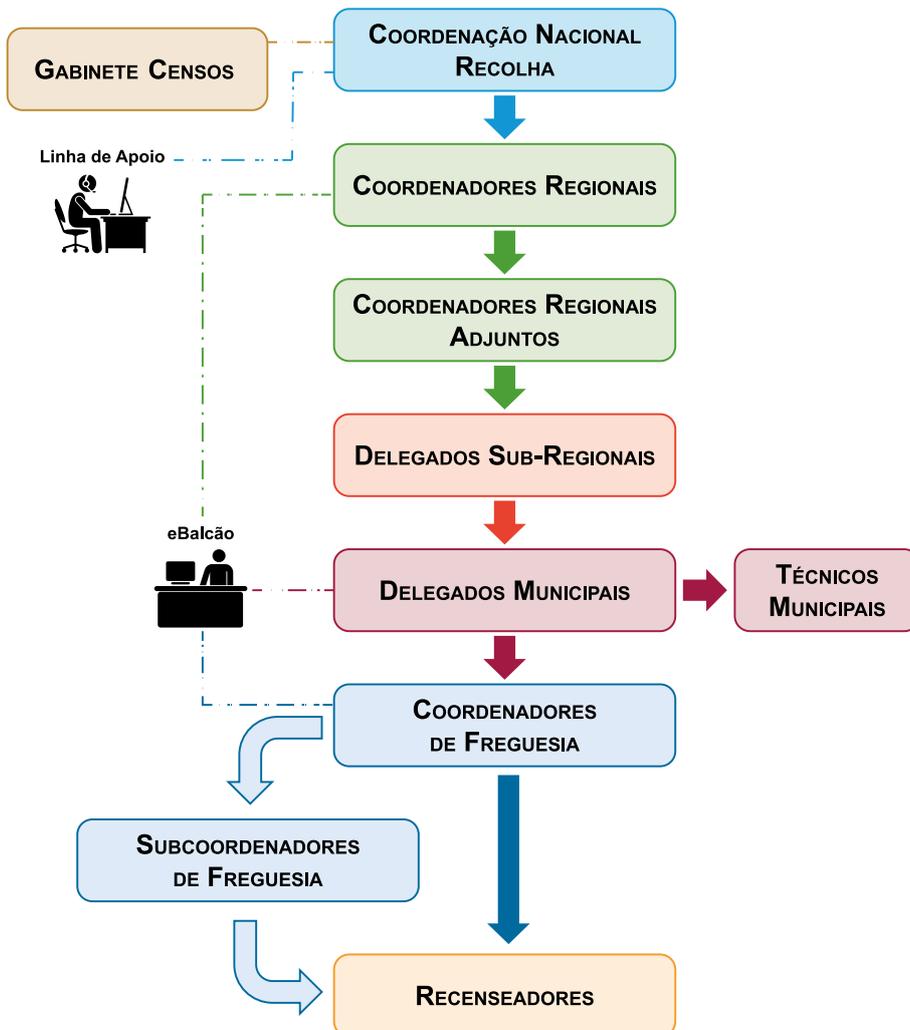
A resposta expressiva pela internet dada diretamente pela população contribuiu decisivamente para que a operação decorresse com toda a qualidade, tranquilidade e segurança, nomeadamente face ao contexto de saúde pública do país, ditado pela pandemia da COVID-19.

2.4. Estrutura executiva

O INE é a entidade responsável pela preparação e realização dos Censos, tendo contado com a colaboração do Serviço Regional de Estatística dos Açores, da Direção Regional de Estatística da Madeira, das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia.

O envolvimento e cooperação das autarquias locais foi determinante no sucesso da operação censitária, pela sua proximidade às populações e pela possibilidade de terem facultado os meios e infraestruturas de apoio necessários à realização da operação.

Estrutura Executiva dos Censos 2021



Estiveram envolvidos nos trabalhos dos Censos 2021 cerca de 15 mil pessoas distribuídas pelos diferentes níveis de intervenção na operação, 11 mil das quais na qualidade de recenseadores.

O Conselho Superior de Estatística acompanhou a preparação e execução da operação através da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2021 - SEAC 2021¹.

2.5. Controlo e avaliação da qualidade

O controlo e avaliação da qualidade são consideradas tarefas fundamentais na realização das operações estatísticas. Beneficiando do modelo adotado com sucesso em censos anteriores, o programa de controlo e avaliação da qualidade dos Censos 2021 baseou-se no controlo de todo o processo de produção estatístico censitário, através da verificação e controlo de processos-chave, nomeadamente nas vertentes recursos humanos, trabalho de campo, tratamento e segurança dos dados e, finalmente, na realização do Inquérito de Qualidade.

Na vertente controlo do trabalho de campo foram aplicados dois procedimentos para aferir a qualidade da recolha de dados:

- Reinquirição de uma amostra de 5% dos alojamentos, realizada pelos Coordenadores/Subcoordenadores de Freguesia. As variáveis selecionadas para verificação tinham como objetivo detetar e corrigir eventuais erros cometidos pela população e/ou pelos recenseadores;
- Sistema de indicadores de alerta, que permitiu monitorizar os valores da recolha por comparação com os resultados esperados, tendo por referência diferentes fontes de informação como as de carácter administrativo. Sempre que se identificaram desvios, face a parâmetros estabelecidos, foram desencadeados procedimentos de verificação adicional do trabalho de campo.

Os principais resultados do Inquérito de Qualidade são também apresentados nesta publicação.

2.6. Recenseamento de situações particulares

Alguns segmentos da população foram recenseados através de procedimentos específicos e que se distinguem dos utilizados na recolha de dados à generalidade da população:

- População sem teto (segmento específico da população sem abrigo): O INE contou com a colaboração de entidades com intervenção na área, no apoio à localização e identificação da população sem teto.
- Recenseamentos especiais: de acordo com a legislação, o INE articulou com diversos serviços e organismos da administração pública os procedimentos necessários ao recenseamento:
- Da população prisional;

¹ A SEAC 2021 é constituída pelas seguintes entidades: Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP; Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – DECO; Comissão Nacional de Proteção de Dados – CNPD; Confederação Empresarial de Portugal – CIP; Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – CGTP; Direção Regional de Estatística da Madeira – DREM; Instituto Nacional de Estatística, I.P. – INE, I.P.; Membros de Reconhecida Reputação de Mérito Científico e Independência; Presidência do Conselho de Ministros – PCM; Serviço Regional de Estatística dos Açores – SREA; União Geral de Trabalhadores – UGT; Associação Nacional de Freguesias Portuguesas – ANAFRE.

- Dos jovens internados em Centros Educativos;
- Das pessoas afetas aos serviços externos das embaixadas e consulados de Portugal;
- Das pessoas que se encontrem em missão militar no estrangeiro, bem como nas instalações militares destinadas a alojamento;
- Do pessoal, não diplomático ou militar, que se encontre em missões de segurança no estrangeiro.

O INE prestou o apoio necessário à recolha dos dados, designadamente através de esclarecimentos técnicos, do fornecimento dos códigos para resposta pela internet ou, quando necessário, dos suportes de recolha em papel.

2.7. Tratamento dos dados

Após o final da recolha, teve início a fase de processamento dos dados que incluiu um conjunto de processos para assegurar a sua integração e a validação da informação.

Na fase de processamento, os dados recolhidos foram sujeitos a um conjunto de validações cujo objetivo foi o de assegurar a consistência da informação. A codificação das questões abertas foi apoiada em tabelas, dicionários e algoritmos de inteligência artificial especificamente desenvolvidos para este fim.

O processo de tratamento da informação contou com a incorporação e aproveitamento da informação administrativa disponível no INE, em particular no âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados do INE, intensificado no contexto do plano de contingência de saúde pública COVID-19 já referido, nomeadamente ao nível do sistema de validação de dados, imputação de não resposta e análise de consistência, contribuindo deste modo para o reforço da qualidade dos resultados censitários.

2.8. Difusão e confidencialidade

No âmbito da Política de Confidencialidade Estatística, o INE, I.P. incorpora no seu processo de produção estatística um conjunto de práticas e métodos, no sentido de assegurar a proteção dos dados que recolhe, trata e divulga. O seu objetivo é o de proteger a confidencialidade dos dados e consistem na aplicação de métodos estatísticos que minimizam o risco de identificação dos indivíduos e na adoção de medidas técnicas e organizativas que garantem a segurança da informação em todas as fases do processo estatístico (desde a recolha até à difusão de dados).

A proteção da confidencialidade dos dados individuais, bem como a salvaguarda da sua utilização exclusivamente para fins estatísticos, estão regulamentadas por um conjunto de documentos legais, instituídos aos níveis nacional e da União Europeia, nomeadamente a [Lei n.º 22/2008](#), de 13 de maio (Lei do Sistema Estatístico Nacional), o [Regulamento \(CE\) n.º 223/2009](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março, e o [Regulamento \(UE\) n.º 2016/679](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril.

Nos Censos 2021, com o propósito de salvaguardar a privacidade dos indivíduos e de garantir que a sua identidade e características não são obtidas a partir dos dados divulgados, foi aplicado um método estatístico de controlo da divulgação dos dados ou comumente conhecido por tratamento de segredo estatístico, designado "*Targeted Record Swapping*". Este método baseia-se, num primeiro momento, na referência dos indivíduos que possam ser mais facilmente identificados, por apresentarem determinadas características incomuns na respetiva unidade territorial. Num segundo momento, a sua identificação é protegida pela permuta com outros indivíduos com características base idênticas, localizados noutra alojamento e numa unidade territorial próxima. Assinale-se que a aplicação deste método garante que o total da população residente e as suas principais características, permanecem inalteradas para os diferentes níveis geográficos. Ainda assim, pode conduzir a ajustamentos de pormenor no "retrato populacional", mas que não têm impacto estatístico significativo nos resultados disponibilizados por esta operação estatística, mantendo a sua integridade e consistência.

O "*Targeted Record Swapping*" foi indicado como uma boa prática a nível internacional, e recomendado especificamente como um método de tratamento de segredo estatístico adequado e robusto aos dados dos Censos no âmbito do Sistema Estatístico Europeu.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

inquérito de qualidade

CENSOS  **2021**

XVI Recenseamento Geral da População
VI Recenseamento Geral da Habitação

1. Introdução

O Inquérito de Qualidade dos Censos integra o programa de controlo e avaliação da qualidade dos Censos 2021. Tem como objetivo a obtenção de indicadores relativos à completude da contagem das unidades estatísticas observadas nos Censos, bem como à consistência de algumas características dos indivíduos residentes.

Os seus resultados não alteram os resultados dos Censos, mas permitem obter uma estimativa dos erros estatísticos de cobertura e de conteúdo associados a esta operação estatística.

A avaliação da cobertura incidiu sobre as unidades estatísticas Edifícios, Alojamentos Familiares, Alojamentos Familiares de Residência Habitual e Indivíduos residentes em Alojamentos Familiares. A avaliação de conteúdo dirigiu-se exclusivamente às características sexo e idade dos Indivíduos.

Atendendo à importância e complexidade desta operação estatística, o INE decidiu que as opções técnicas e metodológicas adotadas fossem avaliadas por uma entidade externa. No âmbito do concurso público realizado em fevereiro de 2021, foi selecionada uma equipa do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa para esta avaliação.

2. Síntese Metodológica

O Inquérito de Qualidade dos Censos (IQ) é uma operação estatística por amostragem realizada de forma independente após a conclusão dos Censos.

A recolha de dados ocorreu entre setembro e novembro de 2021. Este calendário foi definido tendo em atenção a situação pandémica e eventuais repercussões no calendário de recolha dos Censos. Os dados recolhidos no IQ reportam-se ao momento Censitário, zero horas do dia 19 de abril de 2021, tal como na operação Censos.

Foi definida uma amostra de 139 secções estatísticas para assegurar a representatividade regional (NUTS II) de Edifícios, Alojamentos Familiares, Alojamentos Familiares de Residência Habitual e Indivíduos residentes em Alojamentos Familiares.

As dimensões populacionais e amostrais de secções estatísticas e de Alojamentos Familiares de Residência Habitual, por NUTS II, são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 1 Universo e amostra de secções estatísticas e de Alojamentos Familiares de Residência Habitual, por NUTS II

NUTS II	Secções Estatísticas		Alojamentos Familiares de Residência Habitual	
	Universo (n.º)	Amostra IQ (n.º)	Censos (n.º)	Amostra IQ (n.º)
Portugal	10 401	139	4 146 623	11 395
Norte	3 493	18	1 380 155	1 548
Centro	2 589	14	908 851	1 172
AM Lisboa	2 399	19	1 192 134	1 680
Alentejo	804	13	291 502	1 086
Algarve	644	24	194 026	1 432
RA Açores	244	26	85 135	2 302
RA Madeira	228	25	94 820	2 175

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação. Inquérito de Qualidade dos Censos 2021.

Assim, em cada secção estatística foi recolhida, de forma exaustiva, com o auxílio de uma Lista de Edifícios e Alojamentos, a informação relativa aos Edifícios e Alojamentos e, numa subamostra de Alojamentos Familiares de Residência Habitual, foi recolhida a informação relativa aos Indivíduos residentes.

O âmbito do IQ integra as unidades estatísticas relacionadas com alojamentos familiares: Edifício que tenha pelo menos um alojamento familiar, Alojamento familiar, Agregado (corresponde ao alojamento familiar de residência habitual) e Indivíduo residente em alojamento familiar de residência habitual.

As unidades estatísticas excluídas do âmbito do IQ correspondem aos Edifícios unicamente com alojamentos coletivos, Alojamentos coletivos, Agregados institucionais, indivíduos residentes em alojamentos coletivos, indivíduos sem-teto, aos membros do corpo diplomático e indivíduos embarcados. A dimensão destas exclusões é reduzida, como descrito no quadro seguinte.

Quadro 2 Unidades Estatísticas consideradas no Inquérito de Qualidade

Unidade Estatística	Total de Unidades Estatísticas Recenseadas (n.º)	Total de Unidades Estatísticas no âmbito do IQ (n.º)	% de Unidades Estatísticas abrangidas pelo IQ (%)
Edifício	3 573 416	3 567 690	99,8
Alojamento	5 981 482	5 974 720	99,9
Agregado	4 154 571	4 146 623	99,8
Indivíduo	10 343 066	10 189 103	98,5

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

A recolha de dados foi efetuada através de entrevista presencial por equipas especificamente constituídas para esta operação estatística e independentes da estrutura de recolha dos Censos.

Atendendo aos objetivos do IQ, nomeadamente a comparação com os resultados dos Censos e a obtenção de indicadores de qualidade, bem como à experiência adquirida com as anteriores edições, o questionário foi construído tendo por referência as unidades de observação dos Censos e as características dessas unidades que permitem corresponder às exigências constantes dos Regulamentos da UE em termos de indicadores de cobertura e de conteúdo, às necessidades nacionais e à redução da carga estatística.

Neste contexto, o questionário teve três componentes, correspondentes às unidades de observação e numa sequência idêntica à do questionário dos Censos: Edifício, Alojamento e Indivíduo. Também, para as questões comuns se adotou a mesma estrutura e conteúdos, bem como os mesmos conceitos.

3. Emparelhamento de dados

Após a recolha de dados, procedeu-se ao processo de emparelhamento dos registos, para cada uma das unidades estatísticas, obtidos na recolha dos Censos e do IQ, nas 139 secções estatísticas correspondentes à amostra do IQ.

Na análise de cada registo foi efetuado um processo de codificação (1,2,3) de acordo com o resultado obtido:

- situação 1 – existe registo nos Censos e no IQ (a Unidade Estatística encontra-se **corretamente** recenseada);
- situação 2 – existe registo no IQ, mas não existe nos Censos (a Unidade Estatística encontra-se **omitida** nos Censos);
- situação 3 – existe registo nos Censos, mas não no IQ (a Unidade Estatística foi **erradamente** recenseada).

Os resultados deste processo facultam a informação de base para o cálculo dos indicadores de cobertura e de conteúdo. A opção metodológica do IQ implica que, apesar de ser um inquérito amostral, este é considerado a referência para a avaliação da operação censitária.

4. Análise de cobertura

A análise de cobertura pretende obter indicadores sobre a qualidade dos resultados dos Censos, para cada Unidade Estatística considerada, ao nível nacional e NUTS II, para verificar se estas foram devidamente recenseadas, erradamente recenseadas ou omitidas.

Um dos principais indicadores de cobertura é a Taxa de Cobertura Líquida, que informa sobre a existência de desvios relativamente aos Censos, designadamente de sobrecobertura ou subcobertura para as Unidades Estatísticas (UE) em análise: se for superior a 100, existe sobrecobertura; caso contrário, a situação é de subcobertura.

Taxa de Cobertura Líquida (%) = 100 + Diferença Líquida

$$Diferença Líquida (\%) = \left[\frac{(n^{\circ} UE \text{ situação } 3 - n^{\circ} UE \text{ situação } 2)}{(n^{\circ} UE \text{ situação } 1 + n^{\circ} UE \text{ situação } 3)} \right] \times 100$$

5. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo incide sobre a Unidade Estatística Indivíduo residente em Alojamentos Familiares e principais características demográficas: sexo e grupo etário.

Esta análise assenta na comparação dos dados dos Censos e do IQ sobre cada uma daquelas variáveis relativas aos indivíduos comuns nas duas operações estatísticas (situação 1 no processo de emparelhamento – corretamente recenseada) obtendo-se para cada uma das variáveis uma matriz de dupla entrada (Censos vs IQ), considerando as diversas modalidades.

Um dos principais indicadores de conteúdo é o Índice de Consistência Líquida, que expressa o complementar para 100% da relação entre o número de casos classificados de modo diferente e o total de casos.

$$ICL (\%) = \left(1 - \frac{\sum_j |n_{j*} - n_{*j}|}{n} \right) \times 100$$

6. Principais Resultados

Os principais resultados do Inquérito de Qualidade dos Censos são expressos sob a forma de estimativas de erros de cobertura e de conteúdo.

Os indicadores de cobertura, e respetivo desvio padrão, são apresentados para cada uma das quatro Unidades Estatísticas, por NUTS II e para Portugal.

Os indicadores de conteúdo são apresentados para cada uma das variáveis de caracterização dos indivíduos (sexo e grupo etário), por NUTS II e para Portugal.

6.1. Cobertura

6.1.1. Edifício

Quadro 3 Taxas de cobertura líquidas e desvios padrão da unidade estatística Edifício, por NUTS II

NUTS II	Taxa de Cobertura Líquida	Desvio Padrão	Intervalo de Confiança 95%	
			Limite Inferior	Limite Superior
	(%)	(%)	(%)	(%)
Portugal	103,1	0,7	101,8	104,4
Norte	101,5	0,8	99,9	103,2
Centro	103,0	1,5	100,1	105,8
AM Lisboa	104,3	2,0	100,3	108,3
Alentejo	106,8	2,0	102,8	110,8
Algarve	102,7	2,9	97,0	108,3
RA Açores	103,4	1,1	101,3	105,4
RA Madeira	103,5	1,2	101,2	105,8

Fonte: Inquérito de Qualidade dos Censos 2021.

A nível nacional, os resultados para os Edifícios apresentam uma estimativa de taxa de cobertura de 103,1%, situando-se o intervalo de confiança entre 101,8% e 104,4%. Por região, ainda que o perfil seja de sobrecobertura dos edifícios, o intervalo de confiança contém o valor 100% no Norte e Algarve, pelo que não existe suficiente evidência sobre a existência de subcobertura ou de sobrecobertura nestas regiões.

6.1.2. Alojamento Familiar

Quadro 4 Taxas de cobertura líquidas e desvios padrão da unidade estatística Alojamento Familiar, por NUTS II

NUTS II	Taxa de Cobertura Líquida	Desvio Padrão	Intervalo de Confiança 95%	
			Limite Inferior	Limite Superior
	(%)	(%)	(%)	(%)
Portugal	102,7	0,6	101,5	103,8
Norte	101,9	0,7	100,6	103,3
Centro	102,5	1,1	100,4	104,5
AM Lisboa	101,9	1,7	98,5	105,2
Alentejo	106,4	2,1	102,4	110,5
Algarve	105,5	2,4	100,8	110,2
RA Açores	103,2	1,1	101,0	105,4
RA Madeira	103,3	0,8	101,7	104,9

Fonte: Inquérito de Qualidade dos Censos 2021.

Nos alojamentos familiares, estima-se para Portugal uma taxa de cobertura de 102,7%, com o intervalo de confiança a situar-se entre 101,5% e 103,8%. À semelhança do verificado para os edifícios, o perfil por região é de sobrecobertura dos alojamentos familiares recenseados, ainda que no caso da Área Metropolitana de Lisboa não se possa concluir pela existência de sub-cobertura ou de sobrecobertura pelo facto de o intervalo de confiança conter o valor 100%.

6.1.3. Alojamento Familiar de Residência Habitual (Agregado)

Quadro 5 Taxas de cobertura líquidas e desvios padrão da unidade estatística Alojamento Familiar de Residência Habitual, por NUTS II

NUTS II	Taxa de Cobertura Líquida	Desvio Padrão	Intervalo de Confiança 95%	
			Limite Inferior	Limite Superior
	(%)	(%)	(%)	(%)
Portugal	94,3	0,9	92,5	96,1
Norte	96,4	1,0	94,5	98,3
Centro	95,6	2,8	90,1	101,1
AM Lisboa	89,6	1,9	86,0	93,2
Alentejo	95,0	2,7	89,7	100,4
Algarve	97,8	2,2	93,6	102,0
RA Açores	96,7	1,2	94,4	99,0
RA Madeira	99,0	0,8	97,4	100,7

Fonte: Inquérito de Qualidade dos Censos 2021.

Para os Alojamentos Familiares de Residência Habitual (Agregados) estima-se que tenham sido recenseados 94,3% dos Agregados a nível nacional, com o limite superior do intervalo de confiança inferior a 100%. Para a maior parte das regiões, o intervalo de confiança contém o valor 100%; contudo os intervalos de confiança para a Área Metropolitana de Lisboa, o Norte e a RA Açores indicam um perfil de subcobertura.

6.1.4. Indivíduo Residente em Alojamento Familiar de Residência Habitual

Quadro 6 Taxas de cobertura líquidas e desvios padrão da unidade estatística Indivíduo Residente em Alojamento Familiar de Residência Habitual, por NUTS II

NUTS II	Taxa de Cobertura Líquida	Desvio Padrão	Intervalo de Confiança 95%	
			Limite Inferior	Limite Superior
	(%)	(%)	(%)	(%)
Portugal	96,8	0,6	95,7	97,8
Norte	98,3	0,8	96,8	99,8
Centro	96,4	1,4	93,7	99,1
AM Lisboa	95,1	1,3	92,5	97,7
Alentejo	97,2	0,9	95,5	98,9
Algarve	94,0	1,6	91,0	97,1
RA Açores	98,1	0,6	96,9	99,2
RA Madeira	99,6	0,7	98,2	101,0

Fonte: Inquérito de Qualidade dos Censos 2021.

Estima-se que foram recenseados 96,8% dos indivíduos residentes em Portugal, com o intervalo de confiança a situar-se entre 95,7% e 97,8%. Este perfil de subcobertura é mais expressivo na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve.

6.2. Conteúdo

Os resultados para os indicadores de conteúdo calculados por região NUTS II e Portugal apresentam-se no quadro 7:

Quadro 7 Índices de Consistência Líquida (ICL) para as variáveis sexo e grupo etário, por NUTS II

NUTS II	ICL	
	Sexo	Grupo etário
	(%)	(%)
Portugal	99,8	99,5
Norte	99,8	99,6
Centro	99,9	98,8
AM Lisboa	99,5	99,9
Alentejo	99,9	99,2
Algarve	100,0	99,2
RA Açores	99,9	99,4
RA Madeira	99,1	99,1

Fonte: Inquérito de Qualidade dos Censos 2021.

Verifica-se que os resultados do indicador expressam elevada consistência, quer ao nível nacional, quer para as NUTS II. Os valores mais elevados verificam-se, para a variável sexo, no Algarve (100%), e para o grupo etário, na Área Metropolitana de Lisboa (99,9%).

7. Resultado da avaliação técnica

O Inquérito de Qualidade dos Censos 2021 foi sujeito a avaliação técnica por parte de uma equipa do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa - no que respeitou aos procedimentos metodológicos subjacentes.

Considerando os resultados dessa avaliação, concluiu-se que as opções metodológicas tidas na conceção e implementação desta operação estatística são conformes com os referenciais teóricos dos inquéritos por amostragem e respeitam as orientações recomendadas por entidades internacionais (em particular as Nações Unidas e a União Europeia) no que a inquéritos de qualidade pós-censitários diz respeito, relativamente ao Plano de Amostragem, aos Procedimentos de Recolha, Emparelhamento automático e manual de dados e à Estimação dos Erros de cobertura e conteúdo.

CENSOS  **2021**

XVI Recenseamento Geral da População
VI Recenseamento Geral da Habitação



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL